

GABRIELA MARIA DE OLIVEIRA

ACESSIBILIDADE SEMÂNTICA NAS CONSTRUÇÕES
RELATIVAS EM LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS: UM
ESTUDO TIPOLÓGICO-FUNCIONAL

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos (Área de concentração: Análise Linguística).

Orientador: Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho

São José do Rio Preto
2011

Oliveira, Gabriela Maria de.

Acessibilidade semântica nas construções relativas em línguas indígenas brasileiras : um estudo tipológico-funcional / Gabriela Maria de Oliveira. – São José do Rio Preto : [s.n.], 2011.

220 f. ; 30 cm.

Orientador: Roberto Gomes Camacho

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Linguística. 2. Funcionalismo (Linguística). 3. Tipologia (Linguística). 4. Índios – Línguas – Brasil. I. Camacho, Roberto. II. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU – 81-21(81)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IBILCE
Campus de São José do Rio Preto – UNESP

GABRIELA MARIA DE OLIVEIRA

ACESSIBILIDADE SEMÂNTICA NAS CONSTRUÇÕES RELATIVAS NAS LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS: UM ESTUDO TIPOLÓGICO-FUNCIONAL

Dissertação apresentada para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, área de Análise Linguística, junto ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho
Professor Assistente Doutor
UNESP – São José do Rio Preto
Orientador

Prof. Dr. Angel Humberto Cobera Mori
Professor Doutor
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Prof^a. Dr^a. Gisele Cássia de Sousa
Professor Assistente Doutor
UNESP – São José do Rio Preto

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho, por todas as lições ensinadas, pela dedicação, pela paciência, pela seriedade no trabalho e pela confiança em mim depositada, desde os idos da graduação.

Agradeço à Capes e à FAPESP pelo financiamento e por tornar possível o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço aos professores Lourenço Chacon, Erotilde Goreti Pezzati e Marize Mattos Dall'Aglio-Hattner, pelas lições ensinadas e por contribuírem para o meu crescimento como pesquisadora.

Agradeço a minha querida amiga Amanda D'Alarme Gimenez pelas discussões teórico-metodológicas, pela seriedade e confiança e, principalmente, por ter dividido comigo muito mais do que exemplos digitados...

Agradeço também a minha família, mãe, pai e Antonio, por aceitarem e incentivarem minhas escolhas.

E agradeço ao meu companheiro de todas as horas, Diego Codinhoto, que faz da minha vida poesia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. CAPÍTULO 1: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	17
1.1 O enfoque tipológico-funcional.....	17
1.2 Uma definição funcional de Oração Relativa.....	20
1.3 A Hierarquia de Acessibilidade das Orações Relativas de Keenan e Comrie (1977) e a hipótese de Dik (1997).....	36
1.4 As funções semânticas para a Gramática Discursivo-Funcional.....	51
2. CAPÍTULO 2: UNIVERSO DE INVESTIGAÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	63
2.1 Composição da amostra da pesquisa e outros procedimentos metodológicos.....	63
2.2 Aspectos socioculturais das línguas indígenas.....	70
3. CAPÍTULO 3: A RELATIVIZAÇÃO NAS LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS.....	83
3.1 Considerações iniciais.....	83
3.2 O Tronco Tupi.....	83
3.3 O Tronco Macro-Jê.....	96
3.4 A família Karíb.....	102
3.5 A família Aruák.....	117
3.6 A família Páno	127
3.7 A família Arawá.....	131
3.8 A família Makú.....	135
3.9 A família Nambikwára.....	143
3.10 A família Tukáno.....	145
3.11 A família Yanomámi.....	147
3.12 A família Múra.....	151

3.13 A família Txapakúra.....	153
3.14 Karipúna-creole: língua crioula	156
3.15 Kwazá: língua não classificada geneticamente.....	158
4. CAPÍTULO 4: ANÁLISE TIPOLOGICO-FUNCIONAL DA ORAÇÃO RELATIVA NAS LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS.....	162
4.1 Considerações iniciais	162
4.2 Acessibilidade semântica e sintática da oração relativa.....	162
4.3 Estratégias de relativização.....	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS: GENERALIZAÇÕES E PERSPECTIVAS DE TRABALHOS FUTUROS.....	210
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	216

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Línguas indígenas brasileiras inicialmente selecionadas.....	67
Quadro 2: Línguas da amostra.....	68
Quadro 3: Línguas do Tronco Tupi.....	73
Quadro 4: Funções sintáticas relativizadas nas línguas do Tronco Tupi.....	93
Quadro 5: Estratégias de relativização no Tronco Macro-Jê.....	95
Quadro 6: Funções sintáticas relativizadas no Tronco Macro-Jê.....	102
Quadro 7: Afixos nominalizadores em apalaí.....	103
Quadro 8: Afixos nominalizadores em waiwái	108
Quadro 9: Funções sintáticas relativizadas nas línguas da família Karíb.....	110
Quadro 10: Estratégias de relativização nas línguas aruák.....	118
Quadro 11: Sistema de relativizadores (FACUNDES, 2000, p. 246).....	118
Quadro 12: Estratégias de relativização na família Páno.....	128
Quadro 13: Funções sintáticas relativizadas nas línguas páno.....	131
Quadro 14: Funções sintáticas relativizadas nas línguas aruák.....	126
Quadro 15: Funções sintáticas relativizadas nas línguas arawá.....	134
Quadro 16: Funções sintáticas relativizadas nas línguas makí.....	142
Quadro 17: Distribuição das funções sintáticas relativizadas nas línguas investigadas.....	163
Quadro 18: Línguas que relativizam Objeto Indireto e Oblíquo.....	171
Quadro 19: Línguas que relativizam Objeto Indireto.....	173
Quadro 20: Hierarquia de Função Semântica de Dik (1997) e as línguas do <i>corpus</i>	177
Quadro 21: Funções semânticas relativizadas.....	179
Quadro 22: Estratégias de relativização.....	194
Quadro 23: Posição das nominalizações relativizadoras em relação ao núcleo.....	207

ABREVIACOES DAS GLOSAS

1	Primeira pessoa	ERG	Ergativo
2	Segunda pessoa	ESP	Especificativo
3	Terceira pessoa	EV	Evidencial
A	Sujeito de verbo transitivo	EX	Existencial
ABL	Ablativo	EXCL	Exclusivo
ABS	Absolutivo	EXT	Exterior
ACC	Acusativo	F	Feminino
ACT	Ação	FLR	Forma de funil
ADV	Advérbio	FOC	Foco
ADVR	Adverbializador	FTUB	Forma tubular
AG	Agente	FUT	Futuro
ANM	Animado	GEN	Genitivo
APPLIC	Aplicativo	GER	Gerndio
ART	Artigo	HAB	Habitual
ASP	Aspecto	HIS	Tempo histórico
ASSPL	Plural associativo	HSY	Marcador de fala feminina
ATEN	Atenuante	IMM	Imediato
AUG	Aumentativo	IMP	Imperativo
AUX	Auxiliar	IMPL/MSBJ	Implicativo/Mesmo sujeito
BENF	Benefactivo	INANM	Inanimado
CAUS	Causativo	INCH	Incoativo
CER	Certeza	INCL	Inclusivo
CIRC	Circunferencial	IND	Indicativo
CLF	Classificador	INDF	Indefinido
CO	Verificação coletiva / orientação de observação	INFL	Inflexão
COLL	Coletivo	INFR	Inferido
COMIT	Comitativo	INS	Instrumento
COMP	Complementizador	INSV	Inessivo
COMPV	Comparativo	INT	Modalidade intensional
CONJ	Conjunção	INTENS	Intensificador
CONTR	Contrastivo	INTER	Interrogativo
COP	Cpula	INTRANS	Intransitivo
CTF	Partícula direcional centrífuga	INV	Inversa
DAT	Dativo	IO	Verificação individual / orientação de observação
DECL	Declarativo	IRLS	Irrealis
DEF	Definido	ITER	Iterativo
DEM	Demonstrativo	ITG	Intangível
DEP	Dependente	LOC	Locativo
DETRANS	Destransitivizador	M	Masculino
DIM	Diminutivo	MAL	Malefactivo
DIR	Direcional	MOV	Movimento
DIST	Distante	N	Sufixo Nominal
DISTR	Distributivo	NCLF	Não-classificador
DYNM	Dinâmico	NEG	Negação
DUR	Durativo	NEUT	Neutro
EMPH	nfase	NF	Não-feminino
NF	Não-finito	SBJ	Sujeito
NM	Não-masculino	SG	Singular

NMLZ	Nominalizador	STAT	Estativo
NOM	Nome, nominativo	SIMULT	Simultâneo
NONACC	Não-acusativo	So	Sujeito de verbo intransitivo com traços [-controle] e [volição]
NONASP	Não-aspectual		
NONVIS	Não-visual		
NONTEL	Atélico	T/E	Tempo verbal/evidencial
NPST	Não-passado	TEL	Télico
NREC	Não-recente	TEMP	Temporal
NUC	Caso nuclear	THEM	Tema
OBJ	Objeto	TOP	Tópico
Oc	Construção de objeto	TRANS	Transitivo
P	Pessoa	TRPOS	Transpositor
PAC	Paciente	VBLZ	Verbalizador
PASS	Passiva	VENT	Ventivo
PAUS	Pausa	VERT	Vertical
PERF	Perfectivo	VIS	Visual
POL	Polidez	VOC	Vocativo
POSP	Posposição	VS	Sufixo verbal
POSS	Possessivo		
PRED	Marcador de predicado		
PREP	Preposição		
PRES	Presente		
PRO	Pronome		
PROG	Progressivo		
PROJ	Projetivo		
PROX	Próximo		
PST	Passado		
PTCP	Particípio		
PUNCT	Puntiliar		
R	Prefixo Relacional		
R1	Prefixo Relacional do tipo 1		
R2	Prefixo Relacional do tipo 2		
REC	Recipiente / Recente		
RECPST	Passado Recente		
RED	Reduplicação		
REFL	Reflexivo		
REFR	Referencial		
REL	Relativizador		
REM	Remoto		
REP	Reportado		
RES	Resultativo		
RESP	Marcador de respeito		
RETR	Sufixo de atualização retrospectiva		
RLS	Realis		
Sa	Sujeito de verbo intransitivo com traços [+controle] e [+volição]		

OLIVEIRA, Gabriela Maria. **Acessibilidade semântica das construções relativas em línguas indígenas brasileiras: um estudo tipológico-funcional**. 2011. 209 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar a atuação de restrições de ordem semântica ao lado das de ordem sintática para a determinação do processo de formação de orações relativas, em busca de evidências que confirmem a revisão da Hierarquia de Acessibilidade (HA) de Keenan e Comrie (1977) proposta por Dik (1997). As críticas à HA de Keenan e Comrie (1977) dizem respeito tanto a razões empíricas – pelo fato de que em algumas línguas não há nenhuma forma de se construir orações relativas; quanto a razões teóricas – pelo fato de as funções sintáticas não serem relevantes para todas as línguas do mundo. O *corpus* deste trabalho é composto por 30 línguas indígenas brasileiras e conta com descrições previamente feitas, como gramáticas, teses e outros tipos de manuais descritivos. Os dados coletados por este trabalho confirmam a hipótese de que é necessária uma revisão da HA. As lacunas na HA dizem respeito, principalmente, à função de Objeto Indireto. Para várias das línguas investigadas, essa função sintática não está acessível à relativização, mas outras funções, mais baixas na hierarquia do que essa, podem ser relativizadas, contrariando a HA de Keenan e Comrie (1977). Ao se analisarem as funções semânticas relativizadas, concluiu-se que as funções de Recipiente, Locativo e Tempo têm o mesmo estatuto nas línguas, hipótese confirmada pela teoria da Gramática Discursivo-Funcional. Em consequência disso, propomos neste trabalho uma outra hierarquia, baseada em critérios sintáticos e semânticos. Além disso, a nominalização desponta, neste trabalho, como a estratégia de relativização mais recorrente, apesar de não ser aceita como estratégia legítima para alguns autores de orientação formalista.

Palavras-chave: Tipologia Linguística; Línguas Indígenas Brasileiras; Oração Relativa; Nominalização; Hierarquia de Acessibilidade.

OLIVEIRA, Gabriela Maria. **Semantic accessibility of relative constructions in Brazilian native languages: a functional-typological study**. 2011. 209f. Thesis (Master degree in Linguistics Studies) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, São Paulo, Brazil.

ABSTRACT

This study aims at investigating the role of semantic and syntactic constraints to determine the process of relative clauses formation, in search of evidence that confirms the revision of the Accessibility Hierarchy (AH), by Keenan and Comrie (1977), proposed by Dik (1997). The criticism to the HA, by Keenan and Comrie (1977), concern both empirical reasons (the fact that there are languages that do not have any type of relative construction) and theoretical reasons (the fact that the authors take syntactic categories as universal without mentioning any theory that defines them and without taking into account that there are languages for which these functions are not relevant). The corpus of this work consists of 30 Brazilian indigenous languages and includes descriptions made previously, such as grammar books, theses and other types of descriptive manuals. Data collected by this study confirm the hypothesis that a review is needed for AH. Gaps in the AH relate mainly to the function of Indirect Object. For many languages, such function is not accessible to relativization, but other functions, lower in the hierarchy, can be relativized. When analyzing the relativized semantic functions, it was concluded that the semantic functions of Recipient, Locative and Time have the same status in the languages, a hypothesis that is also confirmed by the theory of Functional Discourse Grammar. In addition, in this study, nominalization happens to be the most recurrent strategy of relativization, although it is not accepted as a legitimate strategy for some more formalistic authors.

Keywords: Linguistic Typology; Brazilian Indigenous Languages; Relative Clause; Nominalization; Accessibility Hierarchy.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho analisar a relevância e a importância das funções semânticas no tocante à acessibilidade das relativas, em busca de evidências que confirmem a revisão da Hierarquia de Acessibilidade (HA) de Keenan e Comrie (1977) proposta por Dik (1997). O trabalho transistêmico pioneiro de Keenan e Comrie (1977) é considerado um dos trabalhos mais influentes sobre tipologia linguística. As estratégias de formação da oração relativa e a Hierarquia de Acessibilidade propostas pelos dois autores ainda hoje fornecem base sólida para estudos dessa natureza. Entretanto, uma pesquisa de base tipológico-funcional não se pode fiar em critérios puramente morfossintáticos, como os de Keenan e Comrie (1977)¹. Sendo assim, este trabalho procura determinar em que medida as funções semânticas influenciam a relativização, com a finalidade de encontrar uma explicação alternativa para o fenômeno, levando em consideração critérios mais apropriados para uma pesquisa de cunho tipológico-funcional.

Os estudos de Keenan e Comrie (1977) revelam que a relação estabelecida entre o elemento compartilhado pela oração matriz e pela relativa permite diferenciar as estratégias de relativização, ou seja, uma oração relativa dispõe de uma ou outra estratégia de relativização a depender das relações morfossintáticas estabelecidas em sua construção. Os estudos revelam, também, que a função sintática desempenhada na oração relativa pelo item compartilhado estabelece restrições à acessibilidade na construção das relativas. Desse modo, com base em aproximadamente 50 línguas, Keenan e Comrie (1977) propõem uma Hierarquia de Acessibilidade que serve de base para a descrição das orações relativas a partir de um ponto de vista tipológico.

¹ Song (2001) afirma que critérios morfossintáticos não podem servir de base para estudos tipológicos, uma vez que a variação estrutural existente nas línguas é muito grande. Além disso, critérios semânticos e pragmáticos têm maior abrangência, o que possibilita a convergência de análises tipológicas a um maior número de línguas.

No entanto, Dik (1997) não concorda com os critérios puramente sintáticos estabelecidos por Keenan e Comrie (1977) e afirma que as funções semânticas e pragmáticas, desempenhadas pelo item compartilhado também fornecem restrições à acessibilidade das orações relativas. As críticas à Hierarquia de Acessibilidade de Keenan e Comrie (1977) dizem respeito tanto a razões empíricas, pelo fato de existirem línguas que não dispõem de nenhum tipo de construção relativa, quanto a razões teóricas, pelo fato de os autores tomarem como universais categorias sintáticas sem menção a nenhuma teoria que as defina e sem levar em consideração que há línguas para as quais essas funções não são relevantes. Além disso, Keenan e Comrie (1977) apontam para o fato de que as línguas dispõem de estratégias específicas para burlar as restrições sintáticas impostas pela HA: em uma dada língua que não permite relativização de Objeto Direto, por exemplo, o constituinte numa função mais baixa pode transformar-se num constituinte com função sintática mais alta, como a de Sujeito, para poder ser relativizado mediante passivização, por exemplo. Dik (1977) e Givón (1990) afirmam que esse fato é de crucial importância para a análise das relativas. Uma vez que as restrições sintáticas da hierarquia podem ser superadas, é necessário que se analise, então, os mecanismos que permitem tal superação, além de investigar se há restrições outras, semânticas e pragmáticas, que influenciam tais mecanismos.

Os critérios adotados por Keenan e Comrie (1977) não são de todo produtivos, já que a morfossintaxe está presa às particularidades de uma língua específica, distanciando-se de um estudo tipológico, que tem como objetivo servir de modelo de descrição e análise para qualquer língua, dentro de uma visão universal do fenômeno. Sabe-se que as línguas diferem enormemente quanto à codificação morfossintática e que, por isso, é muito grande a variação estrutural existente. Em consequência disso, é necessário que se estabeleçam outros critérios na pesquisa tipológica, baseados na função e não na forma dos elementos estudados, para que, assim, haja de fato características que possam ser comparadas translinguisticamente.

Para o estudo que aqui se propõe, serão analisadas 30 línguas indígenas faladas no território brasileiro, selecionadas a partir de critérios de composição de amostras tipológicas, que buscam diversidade genética, geográfica e tipológica. As línguas selecionadas pertencem a treze agrupamentos genéticos diferentes, entre famílias e troncos.

Levando em conta que há poucos estudos tipológicos das línguas nativas do Brasil dessa natureza, este trabalho poderá fornecer uma contribuição significativa para essa área de investigação, além de fornecer um estudo alternativo, em bases semânticas e discursivas, para o tratamento exclusivamente sintático da HA.

Além disso, o presente trabalho ganha importância por aproximar um estudo tipológico-funcionalista a estudos de línguas indígenas, associação já defendida por Seki (1999), ao alegar que, no que respeita as suas relações com a Linguística no Brasil, a Linguística Indígena ainda não conseguiu integrar-se com ela satisfatoriamente, seja em termos de seu objeto de estudos, seja em termos do corpo de especialistas, seja em termos institucionais. De fato, a pesquisa em línguas indígenas no Brasil, durante muito tempo, esteve à margem dos estudos linguísticos.

Se analisarmos os estudos de línguas indígenas historicamente no Brasil, vemos que num primeiro momento, que vai desde os estudos de Anchieta (1595) até a primeira metade do século XX, chamado por Mattoso Câmara (1977) de *Tupinologia*, apenas as línguas tupi eram estudadas e, por esse e por outros motivos, essas línguas acabaram se tornando o protótipo de língua indígena no Brasil; em consequência, línguas de outras tribos foram relegadas a um segundo plano ou simplesmente omitidas dos estudos.

O interesse pelas línguas indígenas cresceu consideravelmente na segunda metade do século XX, influenciado também pelo desenvolvimento da linguística brasileira como ciência, devido a interesses políticos e ao ingresso do *Summer Institute of Linguistics* (SIL) no Brasil. Seki (1999) faz sérias críticas ao SIL, que, segundo ela, usou a pesquisa para fazer

propaganda religiosa nas tribos indígenas. Segundo Seki (1999), a Linguística Indígena no Brasil se firma no país somente depois da década de setenta, principalmente na década de 80, depois da saída do SIL do país e do fortalecimento da Linguística como área de pesquisa.

A Linguística brasileira, apesar dos avanços, ainda não compreendeu a relevância do conhecimento das línguas não-indo-europeias para a formação do linguista e para a constituição da ciência, uma vez que os resultados da investigação das línguas indígenas são em geral ignorados pelos especialistas de outras subáreas da Linguística. Seki (1999) afirma que o isolamento da Linguística Indígena no Brasil está refletido nos programas de encontros científicos no país, que separam a Linguística Indígena dos outros campos de análise, como a fonologia e a sintaxe, por exemplo, independentemente do foco de análise do estudo de tal pesquisa indigenista.

Este trabalho não se propõe a fazer uma pesquisa em Linguística Indígena, nos moldes em que essa ciência se organiza. O foco deste trabalho é a caracterização tipológico-funcional da oração relativa. No entanto, ao tomar como *corpus* de análise línguas indígenas brasileiras, este trabalho aproxima as duas áreas, a Linguística Indígena e a Análise Linguística, além de valorizar o trabalho de linguistas indigenistas, ao revitalizar as descrições feitas por esses pesquisadores.

O texto desta dissertação está assim organizado: no Capítulo 1 são discutidas questões teóricas, bem como são definidos os pilares que fundamentam esta pesquisa. As noções de tipologia linguística, subordinação e oração relativa, que são base deste trabalho, aparecem detalhadas nesse capítulo, bem como a Hierarquia de Acessibilidade de Keenan e Comrie (1977), as críticas de Dik (1997) a tal hierarquia e os fundamentos teóricos sobre as funções semânticas a partir da perspectiva da Gramática Funcional e da Gramática Discursivo-Funcional.

No capítulo 2, são discutidas questões metodológicas, como a composição da amostra e os critérios de análise das línguas, além de discutir alguns aspectos socioculturais das línguas analisadas e da comunidade de falantes dessas línguas. Nesse capítulo será apresentado o *corpus* de análise.

No Capítulo 3, passa-se à análise da oração relativa nas línguas nativas brasileiras, organizadas a partir de seus agrupamentos genéticos. Os dois troncos e as dez famílias linguísticas que compõem o *corpus*, bem como a língua kwazá, não classificada geneticamente, são descritos e analisados a fim de se estabelecerem as características da relativização nas línguas indígenas analisadas.

O Capítulo 4 traz os resultados obtidos com a pesquisa. Nesse capítulo é apresentada a etapa de comparação translinguística fora do domínio da filiação genética. Cada grau da hierarquia de Keenan e Comrie (1977) é analisado a partir dos dados apresentados no Capítulo 3. Destacam-se, aqui, dois pontos: a relativização das funções de Objeto Direto, Objeto Indireto e Oblíquo, interligadas devido à fragilidade em algumas línguas da posição de Objeto Indireto na hierarquia; e a relativização de Sujeito nas línguas kamayurá e kaiwá. Além disso, é discutida a aplicabilidade da Hierarquia de Função Semântica, de Dik (1997), bem como a relevância das funções semânticas para a acessibilidade à relativização. Também nesse capítulo, empreende-se uma discussão sobre as estratégias de relativização empregadas pelas línguas indígenas, com destaque à nominalização, que aparece como a estratégia mais recorrente no *corpus* analisado.

Por fim, as Considerações Finais trazem as reflexões finais deste estudo, bem como perspectivas para trabalhos futuros. Nessa etapa do texto, é proposta uma nova Hierarquia de Acessibilidade, baseada em critérios semânticos e sintáticos, que se adequa melhor aos resultados obtidos com a análise das línguas indígenas brasileiras.

CAPÍTULO 1

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1 O enfoque tipológico-funcional

A diversidade linguística é muito vasta. Estima-se que existam entre 4000 e 6000 línguas faladas no mundo, e, dependendo de como é feita a distinção entre língua e dialeto, esse número pode chegar a 7000². No entanto, apesar das diferenças estruturais, lexicais e pragmáticas entre as inúmeras línguas, há traços e propriedades comuns. O trabalho de identificação das propriedades universais das línguas é realizado pela tipologia linguística. O tipologista desenvolve seu trabalho com o propósito de chegar à unidade, partindo do estudo das características estruturais de cada língua. O tipologista, então, tem o papel de descobrir o que há de semelhante nas línguas do mundo, e o que as diferenciam umas das outras.

As generalizações obtidas com as análises tipológicas, em geral, são de caráter implicacional. Os tipologistas concordam, desde Greenberg (1963), que o primeiro passo para o tratamento dos padrões variáveis encontrados na análise tipológica é explicá-los por meio do uso de generalizações implicacionais. O valor teórico de generalizações implicacionais se baseia no fato de que não somente elas excluem tipos de língua logicamente impossíveis, mas também permitem certo grau de variação entre os tipos permitidos, de modo similar à variação encontrada nas análises translinguísticas.

O principal postulado subjacente à abordagem tipológico-funcional é o de que a variação estrutural apresentada pelas línguas do mundo é sistematicamente ordenada e pode

² Dados de Song (2001, p. 1).

ser descrita em termos de um conjunto de condições ou princípios restritivos com validade universal. A natureza universal desses princípios deve ser vista de dois modos.

Por um lado, há condições que comprovam que todas as línguas se comportam do mesmo modo em relação à distribuição de certos traços particulares, como a presença ou a ausência de vogais. Essas condições afirmam que o traço relevante está universalmente presente ou ausente nas línguas, não deixando margem para variação, como por exemplo, o fato de todas as línguas disporem de vogais.

Por outro lado, há condições referentes à correlação entre diferentes traços. Essas condições afirmam que todas as línguas que dispõem de um traço X também dispõem de um traço Y. Assim, por exemplo, línguas que têm vogais nasais têm também as vogais orais correspondentes (HENGEVELD, 2006). Já que o traço relevante não precisa estar presente numa língua, essas condições não podem ser consideradas universais no sentido anteriormente mencionado: línguas não apresentam uniformidade em relação aos traços relevantes. Por exemplo, pode haver línguas com vogais orais e vogais nasais, ou línguas com vogais orais somente. Contudo, o princípio restritivo exclui a existência de línguas com vogais nasais sem as orais correspondentes. Nesses termos, o princípio restritivo descreve um padrão de variação. Embora as línguas se comportem de modo diferente em relação à distribuição dos traços relevantes, a variação existente obedece aos limites estabelecidos pelo princípio restritivo. Nesse caso, o que é universal é o fato de que as línguas têm que se conformar ao mesmo padrão, ainda que esse padrão permita certa quantidade de variação.

Os dois tipos de condições universais acima descritos são inseridos em dois conjuntos de proposições que podem ser rotulados de universais irrestritos e universais implicacionais, respectivamente. Desse modo, o instrumento principal do estudo tipológico é a hierarquia

implicacional³, por constituir o procedimento mediante o qual é possível expressar universais que restringem a variação possível entre as línguas do mundo. As implicações obtidas por meio da hierarquia são unilaterais. Hengeveld (2006) exemplifica a unilateralidade das hierarquias a partir do seguinte modelo abstrato:

(1.01) A > B (HENGEVELD, 2006, p. 50)

Nesse modelo hierárquico simplificado, pode-se considerar que a presença de uma propriedade B implica a presença da propriedade A; no entanto, a presença de A não implica a de B, e a ausência de B não implica a ausência de A. Há, a seguir, um esquema que explicita as relações mencionadas. A última combinação entre as propriedades de A e de B não é possível, devido à unilateralidade da hierarquia. Sendo assim, nesse caso, excluem-se 25% das variações possíveis.

(1.02)	A		B	
	+		+	
	+		-	
	-		-	
	*	-	+	(HENGEVELD, 2006, p. 50)

O enfoque tipológico é essencialmente o da comparação translinguística, que vale tanto para os universais implicacionais quanto para os universais irrestritos, uma vez que nenhum desses dois tipos de universais pode ser reconhecido a partir da análise de apenas uma língua. É justamente a ênfase na comparação translinguística que mostra a diferença entre o enfoque tipológico-funcional e os enfoques formalistas, como o da Gramática Gerativa. Apesar de se debruçarem sobre a investigação de universais linguísticos, os estudos

³ Normalmente são distinguidos dois tipos de hierarquias implicacionais: as absolutas e as estatísticas. As hierarquias absolutas são válidas para todas as línguas de que se tem conhecimento, enquanto as estatísticas são válidas para uma alta porcentagem dessas línguas (HENGEVELD, 2006).

gerativos se baseiam na análise de uma única língua, com a possibilidade de generalização para todas as demais. O enfoque tipológico-funcional é essencialmente empírico, os dados são coletados por meio de comparação translinguística e explicados pela teoria mais apropriada.

Só é admissível, na abordagem tipológico-funcional, a comparação translinguística com base numa amostra representativa das línguas que integram o universo de investigação. Para que uma amostra seja representativa, é preciso considerar sua diversidade genética, geográfica e tipológica. As línguas da amostra devem apresentar a máxima distância genética e geográfica devido ao fato de que as línguas de uma mesma família ou que são faladas em zonas contíguas apresentam características muito similares e, assim, não podem ser tomadas como base tipológica para todas as línguas do mundo. Por outro lado, quanto à diversidade tipológica, as línguas podem ter características semelhantes por pertencerem a um mesmo tipo linguístico. Esse fator é difícil de ser controlado, pois parte dos traços tipológicos ainda não foram descritos ou não foram determinados.

A pesquisa tipológica assume, assim, que há motivações sistemáticas, sujeitas a princípios regulares subjacentes à conexão entre funções semântico-discursivas e estruturas morfossintáticas relevantes. As motivações são relacionadas ao modo como as estruturas se projetam nos conceitos correspondentes (iconicidade), à frequência e ao grau de acessibilidade dessas estruturas na mente do falante (economia), à dificuldade de processamento de combinações individuais de estruturas e conceitos, entre outros.

1.2 Uma definição funcional de Oração Relativa

Neste trabalho, toma-se como base para a análise das orações relativas a definição tipológica de subordinação postulada por Cristofaro (2003), já que essa autora trata da subordinação de um ponto de vista funcional, que prioriza as relações semântico-pragmáticas

e não se fia, basicamente, em relações morfossintáticas. Uma vez que as orações relativas são construções subordinativas, é importante caracterizar a subordinação neste trabalho. Para Cristofaro (2003), a subordinação está relacionada ao modo como os Estados de Coisas expressos por orações conectadas são percebidos e conceitualizados e ao estatuto que têm no contexto discursivo, já que um enfoque funcional distingue pelo menos o nível conceitual do nível morfossintático. Além disso, vale destacar que, conforme aponta Cristofaro (2003) critérios morfossintáticos em si mesmos não são suficientes para explicar a relação de subordinação, pois a comparação translinguística mostra que nem sempre as diversas línguas compartilham as mesmas estruturas morfossintáticas. Baseando-se em Langacker (1991), Cristofaro (2003) parte do pressuposto de assimetria e de assertividade para definir subordinação. Para construir um enunciado que contenha dois Estados de Coisas relacionados, o falante tem duas escolhas: ou se constroem os dois Estados de Coisas simetricamente a partir de um ponto de vista cognitivo, de modo que ambos têm um perfil autônomo (no caso de uma coordenação), ou se constroem os dois Estados de Coisas assimetricamente, de modo que um prescinda de um perfil autônomo e seja construído com base no outro (no caso da subordinação).

A distinção pragmática entre asserção e não-asserção é paralela à de subordinação e não-subordinação. A Pragmática reconhece essa distinção sob o ponto de vista do falante, ou seja, sob o ponto de vista que ele assume em relação ao que está sendo dito. Ao enunciar, por exemplo, a sentença contida em (1.03), o falante assume que o ouvinte sabe que existe um determinado casal que se mudou para o quarto andar, e o que o falante quer informar é que ele conheceu esse casal. Logo, a parte afirmada da sentença é a de que o falante conheceu tal casal, enquanto o fato de que esse casal se mudou para o quarto andar é a parte não-afirmada.

(1.03) Eu conheci o casal **que se mudou para o quarto andar**.

A noção de subordinação definida por Langacker (1991) assume que apenas um dos tem um perfil autônomo, enquanto o outro é destituído de autonomia. Ao relacionar a noção de assertividade à de subordinação, Cristofaro (2003) fornece critérios consistentes para a identificação da subordinação em termos universais. Entende-se por subordinação, então, uma situação a partir da qual se estabelece uma assimetria cognitiva entre dois Estados de Coisas interligados, de modo que o principal sobrepuja o dependente. Entende-se, portanto, que o Estado de Coisas principal é pragmaticamente afirmado, enquanto o Estado de Coisas dependente é pragmaticamente não-afirmado. Esse critério, segundo Cristofaro (2003) é aplicável a qualquer língua.

A definição de oração relativa, para Cristofaro (2003) está baseada na relação de subordinação. Para a autora, as orações relativas são aquelas que envolvem dois Estados de Coisas, um dos quais (o dependente) fornece especificações para o outro (o principal). Há, para a autora, dois tipos de orações relativas: as restritivas e as não-restritivas. Mantendo o foco na noção de assimetria, alega a autora que as orações relativas restritivas identificam o SN nuclear a que se ligam dentro de uma gama de possibilidades, ou seja, restringem sua referência. As orações relativas não-restritivas, por outro lado, não especificam o Sintagma Nuclear, mas apenas fornecem informações adicionais sobre ele. Cristofaro (2003), portanto, não considera as ORs não-restritivas como um caso de subordinação, já que, levando em conta o critério de assertividade, no caso das não-restritivas, ambos os Estados de Coisas envolvidos são afirmados e podem conter, assim, sua própria ilocução, constituindo, portanto, o que na Gramática Discursivo-Funcional é identificado como Ato Discursivo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Citando Downing (1978:378), De Vries (2002) afirma que é impossível uma caracterização sintática universal das relativas, que pode ser concebida somente em termos semânticos, ou seja, com base em correferência e asserção, critérios também utilizados por

Cristofaro (2003). Segundo Downing (1978 *apud* DE VRIES, 2002), há correferência entre os termos inseridos dentro e fora da oração relativa e esta se identifica como uma asserção acerca do SN da oração nuclear. Um terceiro universal que caracteriza somente as restritivas, para De Vries (2002) é o da modificação. Como De Vries (2002) assume uma perspectiva mais geral, que inclui também as não-restritivas, a noção de modificação não é critério relevante para ele, mas mesmos os dois primeiros não são suficientemente precisos, já que num enunciado como ‘I saw John_i. He_i looked sad.’ (DE VRIES, 2002, p. 14), a segunda oração contempla as duas primeiras condições, mas não é uma oração relativa.

De Vries (2002) postula que duas propriedades, ambas de natureza semântica, são essenciais para a definição de uma oração relativa: (i) uma oração relativa é subordinada; (ii) uma oração relativa está conectada ao material circundante por um constituinte pivô, que é semanticamente compartilhado tanto pela oração matriz quanto pela oração relativa. Se o pivô, que se identifica com um SN que aparece dentro da oração matriz – frequentemente, mas nem sempre a oração principal – ele pode ser reconhecido como um antecedente. Essa condição produz um tipo estrutural – relativa de núcleo externo - em que a relativa contém uma lacuna, que pode ser preenchida por um pronome relativo. Se o pivô aparece dentro da oração relativa, a construção é de núcleo interno. Nesse tipo estrutural, a matriz é que contém a lacuna, que deve ser inteiramente preenchida pela construção relativa. De Vries (2002) descarta a modificação por ser traço definidor das restritivas. No entanto, como este trabalho pretende debruçar-se sobre as restritivas⁴ e também sobre as não-restritivas, é conveniente

⁴ Neste trabalho, procura-se aplicar o critério da assertividade para diferenciar as relativas restritivas das não-restritivas. Por não haver informações pragmáticas suficientemente seguras para determinar o tipo de relativa a partir do exemplo na língua indígena, essa análise é feita em conjunto com a tradução dos exemplos. Além disso, apesar de voltar-se especialmente para as restritivas, este trabalho considera todas as relativas em sua análise. Além disso, caso a análise fosse voltada apenas aos dados de relativas restritivas, a amostra seria ainda menor, devido à escassez de material sobre as relativas em alguns trabalhos consultados, e, desse modo, a amostra seria ainda menos abrangente.

destacar o tratamento que a modificação recebe na Gramática Discursivo-Funcional (HEGENVELD; MACKENZIE, 2008).

Cada nível de representação distinguido dentro da GDF tem sua própria estruturação. Em comum é que eles têm uma organização em níveis e camadas hierarquicamente ordenadas. A forma máxima da estrutura geral de camadas dentro de cada nível é dada em (1.04):

$$(1.04) \quad (\pi v_1 [\text{head}(v_1) \Phi] : [\sigma(v_1) \Phi]) \Phi \text{ (HEGENVELD; MACKENZIE, 2008, p. 14)}$$

Nessa representação, v_1 representa a variável da camada relevante, que é restrita por um núcleo (possivelmente complexo) que toma a variável como seu argumento, e pode ser depois restringido por um modificador σ que também toma a variável como seu argumento. A camada pode ser especificada por um operador π e exerce a função Φ . Uma oração relativa restritiva exerce a função de modificador de um núcleo nominal, que na formalização em (1.04) é representada por $[\sigma(v_1) \Phi]$.

Todos os tipos de unidades designadoras de indivíduos podem em princípio ser qualificadas por modificadores, com exceção daqueles desprovidos de núcleo. É possível distinguir modificadores lexicais e modificadores complexos. Em línguas com adjetivos, como o português, muitos deles exercem a função de núcleo de modificadores em unidades designadoras de indivíduos, como em (1.06), já que essa é a posição que define adjetivos:

$$(1.05) \quad (1x_i : [(f_i: \text{homem}_N(f_i))(x_i) \Phi]) \text{ “o homem”}$$

$$(1.06) \quad (1x_i : [(f_i: \text{homem}_N(f_i))(x_i) \Phi] : [(f_i: \text{velho}_A(f_i))(x_i) \Phi]) \text{ “o homem velho”}$$

(HEGENVELD; MACKENZIE, 2008, p. 241).

Como núcleos, os modificadores dessa camada são analisados como se compusessem predicções de um lugar com o (x_i) . Em (1.06) o modificador envolve a atribuição da

propriedade (f_i : velho_A (f_i)) a (x_i) em um esquema de predicação de um lugar do tipo $[(f_1)$ (x_1)_U], em que f é uma propriedade atribuída a uma entidade x com função semântica de paciente (**Undergoer**).

Modificadores podem ser de outras categorias semânticas, como quando tomam a forma de orações relativas restritivas ou orações participiais, caso em que a descrição de um Estado de Coisas, em que um indivíduo se acha envolvido, é usada para descrever esse indivíduo como em (1.07a), que pode ser representado em (1.07b).

- (1.07) a O homem varrendo a calçada
 b $1x_i : [(f_i : homem_N (f_i)) (x_i)_{\Phi}] : [sim e_i : [(f_j : [(f_k : varrer_V (f_k)) (x_i)_A$
 $(1x_j : (f_l : calçada_N (f_l)) (x_j))_{U}] (f_j)) (e_i)_{\Phi}]]$

Há casos em que a marcação absoluta de tempo dentro de uma oração relativa é independente do tempo da oração matriz, caso em que o verbo da oração relativa aparece na forma finita, como se vê em (1.08a), representada por (1.08b).

- (1.08) a Eu vejo o homem que estava varrendo a calçada ontem.
 b $1x_i : [(f_i : homem_N (f_i)) (x_i)_{\Phi}] : [past ep_i : (e_i : [(prog f_j : [(f_k : varrer_V (f_k)) (x_i)_A$
 $(1x_j : (f_l : calçada_N (f_l)) (x_j))_{U}] (f_j)) (e_i)_{\Phi}]] (ep_i) : (t_i : ontem_{Adv} (t_i)) (ep_i))$

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 244), no Nível Morfossintático, a designação de Sujeito ao argumento A de *varrer* e a ausência de operador de tempo absoluto são os fatores que determinam a forma *varrendo* no caso de (1.07). Já em (1.08), o operador de tempo absoluto aciona uma oração finita e o SV finito *estava varrendo* bem como a introdução do pronome relativo.

Caracterizada a modificação a partir do ponto de vista da GDF, uma vez que De Vries (2002) não se debruça sobre esse aspecto por considerá-lo um traço inerente apenas às

restritivas, voltemos a caracterização da relativa para esse autor. Entende De Vries (2002), ainda, que existe uma terceira propriedade universal que, todavia, não pode ser considerada definidora, embora seja essencial: o papel semântico e o papel sintático que o constituinte pivô exerce na oração relativa são, por princípio, independentes dos papéis que exercem fora da relativa. Numa oração como (1.09), o constituinte pivô, *rato*, é um experienciador na oração principal e um paciente na relativa. Sintaticamente, é o Sujeito da principal e o Objeto Direto da subordinada.

(1.09) o **rato** que eu peguei ontem estava faminto (adaptada de De Vries, 2002, p. 15)

Na maioria das línguas, as funções sintático-semânticas do constituinte pivô na oração relativa não dependem das funções desempenhadas por tal item na principal. Em outras palavras, como é o caso do Hupda (EPPS, 2005), há uma relação entre as funções desempenhadas na matriz e na relativa que determinam a acessibilidade. Casos como esse serão detalhados oportunamente.

Outra questão relevante para este trabalho são as estratégias que cada língua emprega para construir uma relativa. Keenan e Comrie (1977) afirmam que as estratégias de formação de relativas são diferenciadas com base na posição do SN em relação à oração relativa e com base na presença ou ausência de um morfema que expresse a posição relativizada. De acordo com o primeiro parâmetro, as ORs se subdividem em pré-nominal, pós-nominal e circum-nominal. A presença ou a ausência de morfema, no segundo parâmetro, permite a recuperação de caso⁵. Os autores consideram, ainda, que as línguas apresentam quatro tipos de estratégias de relativização: lacuna, retenção de pronome, pronome relativo e não-redução (KEENAN, 1985; COMRIE, 1989).

⁵ Oportunamente, esses aspectos da teoria de Keenan e Comrie (1977) serão mais bem detalhados e discutidos.

A estratégia da lacuna é caracterizada pela ausência de marcação do núcleo nominal na oração relativa. O núcleo nominal, nesse caso, não está presente, e não há nenhum vestígio dele na oração subordinada. Supõe-se, nessa estratégia, que o ouvinte recupere o item relativizado por meio de inferência. Geralmente, essa estratégia é mais comum em línguas com ordem de constituintes mais rígida, uma vez que, nelas, é mais fácil a recuperação cognitiva de itens ausentes. O japonês, por exemplo, língua de ordem rígida SOV, tem a lacuna como estratégia de formação de relativas, como pode ser observado em (1.10).

(1.10) Japonês (GIVÓN, 1979, p. 148)

onna-ni tegami-o kaita otoko-wa

woman-DAT letter-ACC wrote man-TOP

‘The man who wrote a letter to the woman’

O homem que escreveu uma carta para a mulher

A estratégia de retenção de pronome requer o uso de um pronome pessoal na oração relativa que seja correferencial ao núcleo nominal da oração principal. Em outras palavras, emprega-se, na oração relativa, um pronome que recupera o item relativizado da oração principal. Essa estratégia é geralmente utilizada por línguas que dispõem de relativas pós-nominais. O início da oração relativa, na estratégia da retenção de pronome, é assinalado por um subordinador invariável, que não marca caso. O item relativizado é expresso na relativa por meio de um pronome anafórico com marcação de caso morfossintático. O papel do subordinador, nesse caso, é ligar as orações envolvidas no processo de subordinação e identificar a relativa. O item responsável pela marcação da posição relativizada é o pronome anafórico. Em (1.11), exemplifica-se um caso de relativa formada pela estratégia de retenção pronominal:

(1.11) Gilbertese (SONG, 2001, p. 218)

te mane **are oro-ia te aine**
 the man that hit-him the woman
 ‘the man whom the woman hit’
o homem em quem a mulher bateu

O português utiliza a estratégia da retenção de pronome como estratégia secundária. Na terminologia de Tarallo (1983), o português utiliza a estratégia copiadora, que é estigmatizada na sociedade brasileira. No caso da utilização dessa estratégia, como em (1.12), não se pode afirmar que o pronome *que* é de fato um pronome relativo. Alguns autores, entre eles Tarallo (1983), acreditam que, quando utilizada a estratégia copiadora, o pronome *que* é, na verdade, um subordinador, perdendo, assim, as características de pronome relativo, uma vez que a recuperação do item relativizado é marcada pelo pronome pessoal.

(1.12) a criança **que ela não tem esse contato com o livro quando ela chega na escola...** ela ela se sente até um po(u)co perdida (IBORUNA AC-088:L540)⁶

A estratégia do pronome relativo envolve o uso de pronomes especiais, que em geral são formalmente relacionados a expressões demonstrativas e/ou pronomes interrogativos. Esses pronomes são usados para representar o papel do núcleo nominal na oração restritiva. Segundo Givón (1990), há uma forte tendência para que os pronomes relativos não apareçam na posição relativizada, mas, sim, na fronteira entre a oração principal e a relativa, embora haja, como sempre, exceções para essa generalização, como em algumas línguas da amostra deste trabalho, como o caso do canela-krahô. Além disso, esses pronomes relativos podem receber marcação de caso e, por isso, desempenham não somente a função de subordinação, mas, também, essa função de marcação do caso do termo relativizado na oração dependente.

⁶ Esse exemplo foi retirado do *corpus* IBORUNA, elaborado pelo projeto ALIP (Amostra Lingüística do Interior Paulista). Outras informações sobre esse banco de dados estão disponíveis no site <http://www.iboruna.ibilce.unesp.br/>.

Como dito anteriormente, os pronomes relativos relacionam-se, geralmente, a expressões demonstrativas e a pronomes interrogativos. Bastos (2002) exemplifica essa afirmação com o inglês, como pode ser visto em (1.13a) e (1.13b). Muitas das línguas europeias, como o português, o francês, o espanhol, o italiano, o alemão, além do inglês, se utilizam da estratégia do pronome relativo como estratégia principal de formação de relativas.

(1.13) a. Inglês (BASTOS, 2002, p. 43)

Sujeito

the man **who** **sttoped by**
 o homem quem chegou (para uma visita rápida)
 The man who sttoped by.
O homem que chegou para uma visita rápida.

(1.13) b. Inglês (BASTOS, 2002, p. 43)

Objeto Direto

the man **whom** **she** **married**
 o homem quem-ACC ela casou
 The man whom she married.
O homem com quem ela casou.

A estratégia da não-redução é aquela segundo a qual há expressão completa do núcleo nominal na oração relativa. Tal estratégia é restrita às orações relativas correlativas e de núcleo interno. A língua sanumá, integrante da amostra de pesquisa do presente trabalho, é uma das línguas em que a estratégia da não-redução é utilizada. Observe o exemplo em (1.14):

(1.14) Sanumá (BORGMAN, 1990, p. 133)

ipa ulu kökö lo-le ã kökö hu mai kite
 my son 3:PL sit-PRS REL 3:PL go NEG FUT
 My sons who are sitting here will not go.
Meus filhos que estão sentados aqui não irão.

A oração relativa típica em sanumá é de núcleo interno e é seguida por uma anáfora na oração principal que é correferencial ao núcleo interno. Essa anáfora consiste no pronome relativo *ĩ*, que vem seguido por um pronome classificador (no caso, *kökö*) que concorda em pessoa e número com o núcleo interno. Tanto o classificador quanto o pronome relativo podem ser omitidos, mas eles geralmente aparecem juntos nas relativas dessa língua.

Givón (1990), diferentemente de Keenan e Comrie (1977), se concentra na possibilidade de recuperação de caso para definir as estratégias de relativização. Para esse autor, a maioria das línguas faz uso de uma mistura de estratégias, ao invés de uma única. Além disso, uma língua pode dispor de uma estratégia ambígua para a recuperação do caso, e, assim, mais de um caso pode ser codificado ao mesmo tempo. O autor diz ainda que uma língua pode dispor de uma estratégia para recuperar um caso específico e nenhuma para recuperar outros, que provavelmente se apoiam em mecanismos de redundância disponíveis para serem identificados. Como estratégias, Givón (1979) propõe a não-redundância, lacuna, pronome anafórico, pronome relativo (idênticas às propostas por Keenan e Comrie (1977)), ordem de palavras, nominalização, caso idêntico e codificação do verbo.

Assim como a estratégia da lacuna, a estratégia da ordem de palavras depende em grande parte de uma ordem fixa dos constituintes. Nas línguas em que o Sujeito e o Objeto Direto não são morfologicamente marcados, como o inglês e o português, por exemplo, a ordem de palavras desempenha papel fundamental na relativização. É comum, em dialetos atuais do inglês, construções relativas em que a simples disposição dos constituintes na oração marca a posição relativizada. Observe os exemplos apresentados por Givón (1979):

(1.15) a. Inglês (GIVÓN, 1979, p. 149)

Sujeito

The man **saw John yesterday** is a crook.

O homem que viu John ontem é um trapaceiro.

(1.15) b. Inglês (GIVÓN, 1979, p. 149)

Objeto Direto

The man **John saw yesterday** is a crook.

O homem que John viu ontem é um trapaceiro.

A eficácia dessa estratégia depende crucialmente da ordem rígida dos constituintes em inglês. Givón (1979) observa que a entonação também tem um papel importante na construção desse tipo de relativa.

A estratégia da nominalização é aquela em que o verbo não dispõe de forma finita e recebe um afixo nominal, tornando o resultando desse processo uma oração relativa. Geralmente, as línguas que dispõem de nominalização como estratégia de relativização dispõem de verbos finitos apenas em orações principais. Givón (1990) utiliza o turco para exemplificar a estratégia de nominalização. Nessa língua, o Sujeito é relativizado pelo sufixo *-en*, enquanto o Objeto Direto é relativizado por *-diig*.

(1.16) a. Turco (GIVÓN, 1990, p. 664)

Oração principal:

adam ev-i gör-dü

man house-ACC see-PST

‘the man saw the house’

o homem viu a casa

(1.16) b. Turco (GIVÓN, 1990, p. 664)

Sujeito:

ev-i gör-en adam

house-ACC see-SBJ/NMLZ man

‘the man who saw the house’

o homem que viu a casa

(1.16) c. Turco (GIVÓN, 1990, p. 664)

Objeto:

adam-nim **gör-düg-u** ev
 man-GEN see-OBJ/NMLZ-3POSS house

‘the house the man saw’

a casa que o homem viu (lit.: a casa do homem vendo)

A estratégia da equivalência de caso, ou de caso idêntico, é aquela em que a língua permite relativização apenas de itens que desempenham a mesma função sintática na oração principal e na oração relativa, ou seja, são Sujeito na principal e na relativa, ou Objeto na principal e na relativa, etc. Givón (1979) afirma que essa estratégia limita drasticamente as possibilidades de manifestação de relativas em termos de poder de expressão e que raramente essa estratégia aparece como exclusiva em uma língua. Muitas línguas, como o hebraico, utilizam essa estratégia como secundária.

(1.17) Hebraico (BASTOS, 2002, p. 46)

l-a-ish **she- Yoav natan (l-o)** **et-ha-sefer** eyn kesef
 para-o-homem REL-Yoav deu/ele (para-ele) ACC-o-livro NEG/ser dinheiro

‘O homem para quem Yoav deu o livro não tem dinheiro’

(lit.: para o homem que Yoav deu para ele o livro não tem dinheiro)

A chamada estratégia de codificação verbal, que também é conhecida como codificação do verbo, ou ainda a estratégia de parênteses, envolve a ocorrência de morfema de marcação de caso duas vezes: tanto no item relativizado quanto no verbo da oração relativa. Segundo Givón (1979), essa estratégia é amplamente encontrada em línguas filipinas e em línguas malaio-polinésias ocidentais. O exemplo que segue em (1.18) é do hewa, uma língua da Papua Nova-Guiné:

(1.18) Hewa (GIVÓN, 1990, p. 668)

na-a möfi-lë **wipe** **m-ié-m-e**
 1SG-SBJ homem-1SG-SBJ porco IND-atirar-REM-RLS

möfi-le m-ei-y-e
 homem-OBJ IND-ver-REC-RLS

Eu vi o homem que atirou no porco.

(lit.: 'eu, o homem atirou no porco, (eu) vi o homem')

Givón ainda se estende a casos de línguas que combinam estratégias ou que, diante de restrições, realizam operações promovendo o termo em questão de um caso a outro para possibilitar a relativização. Por exemplo, dada uma língua que só relativiza Sujeito, o termo a ser relativizado deve ser primeiramente promovido a Sujeito por uma operação de passivização; se uma língua só relativiza OD, procede-se à promoção a OD do termo a ser relativizado e posteriormente à relativização.

Enfocando, especificamente, a marcação morfossintática da oração relativa, Dik (1997, p. 48) identifica três tipos de marcadores que são usados em diferentes combinações para caracterizar formalmente as orações relativas do tipo pós-nominal, como as do português brasileiro: os marcadores invariáveis de relativização (MR), os pronomes pessoais e os pronomes relativos.

Os marcadores invariáveis são comparáveis a complementizadores, como a forma *que* do português; esses marcadores fornecem informação explícita sobre o estatuto subordinado da oração relativa, mas não fornecem informação direta sobre a natureza da variável relativizada. No contexto de orações relativas, os pronomes pessoais dão informação sobre a natureza da variável relativizada, mas nenhuma informação sobre a natureza subordinada da própria oração. Já os pronomes relativos, restritos aos pronomes do inglês *who*, *whom*, *which*, *whose*, contêm informação tanto sobre o estatuto relativizado da oração relativa quanto sobre a natureza da variável relativizada. Ocioso dizer que o tipo de marcador depende da estratégia

de relativização. Tarallo (1983) postula que, na estratégia copiadora, o uso de um pronome-lembrante faz a marcação de caso na oração relativa, tarefa não exercida pelo conectivo, que se identifica formalmente com um complementizador, não com um verdadeiro pronome relativo.

Juntos, esses elementos definem os seguintes padrões, que são os mais comumente empregados para a expressão de orações relativas pós-nominais, cuja primeira posição estrutural é representada como P1⁷.

(1.19) MARCAÇÃO FORMAL DE ORAÇÕES RELATIVAS PÓS-NOMINAIS

	<i>Posição P1</i>	<i>Posição padrão</i>	
a.	∅	∅	
b.	MR	∅	
c.	∅	pronome pessoal	
d.	MR	pronome pessoal	
e.	MR + pronome pessoal	∅	
f.	pronome relativo	∅	(DIK, 1997, p. 48)

As seguintes construções em inglês ilustram esses diferentes padrões:

(1.20) a.	the book	∅	John	read	∅	
b.	the book	that	John	read	∅	
c.	the book	∅	John	read	it	
d.	the book	that	John	read	it	
e.	the book	that it	John	read	∅	
f.	the book	which	John	read	∅	(DIK, 1997, p. 49)

Devem-se notar os seguintes pontos: o MR e o pronome relativo sempre aparecem em posição inicial da oração relativa, que é a posição P1; assim, uma vez marcado o estatuto

⁷ Dik (1997) postula que todas as línguas têm uma posição em início de oração que é usada para propósitos especiais, que ele chama de P1. Esses propósitos especiais incluem (i) a colocação de constituintes que devem ser colocados em P1, como palavras Q, complementizadores e pronomes relativos; (ii) a colocação de constituintes com valor pragmático especial (cf. DIK, 1989, p. 359).

relativo, a sinalização já aparece no início da oração. Quando uma oração relativa contém um elemento pronominal, deve-se falar de “expressão pronominal” da variável anafórica relativizada. Esse elemento pronominal, se de fato ocorrer, posiciona-se tipicamente na posição padrão, isto é, a posição que um pronome deveria assumir numa oração não-relativa; ele pode também ser atraído para a posição inicial (tipo (1.19)/(1.20)e), mas o tipo mais familiar, inclusive ao português brasileiro, é (1.19)/(1.20)d.

Vale destacar que o pronome relativo e o pronome pessoal excluem-se mutuamente, o que afasta a possibilidade de casos convincentes de uma construção correspondente a **the book which John read it*, considerando a interpretação de que *which*, diferentemente de *that*, é de fato pronome relativo e como tal, já estabelece relação anafórica com um antecedente.

Um fator importante para a análise das orações relativas é a categoria tipológica da língua. Segundo Pezatti (1992), há três classificações que distinguem os comportamentos sintático-semântico das línguas: línguas nominativas, línguas ergativas e línguas ativas.

Nas línguas nominativo-acusativas, como o latim, o Sujeito, independentemente da transitividade do verbo, é marcado igualmente em oposição ao Objeto. Há, portanto, uma neutralização das funções semânticas e pragmáticas desempenhadas pelo item na função de Sujeito.

As línguas ergativo-absolutivas, por sua vez, distinguem o Sujeito de verbo transitivo do Sujeito de verbo intransitivo e do Objeto. Pezatti (1992) afirma haver um alinhamento entre o Sujeito de verbo intransitivo e o Objeto, que se diferenciam do Sujeito de verbo transitivo. Nesse caso, a morfossintaxe se orienta de acordo com a transitividade da oração.

Nas línguas ativo-estativas, o comportamento dos argumentos não se baseia propriamente no Sujeito ou no Objeto, mas sim no verbo. De acordo com Pezatti (1992), verbos estativos codificam Sujeito no caso inativo, enquanto verbos dinâmicos requerem o

uso de Sujeito no caso ativo e o Objeto, se houver, no caso inativo. Nesse caso, a morfologia é semanticamente orientada.

Há, ainda, um quarto tipo de língua, que dispõem de Ergatividade Cindida. Segundo Pezatti (1992, p. 69), o fenômeno da ergatividade cindida diz respeito a línguas que se comportam em alguns aspectos sobre a base ergativo-absolutiva e em outros sobre a base nominativo-acusativa. Há, portanto, uma mistura de ergatividade com acusatividade. Pezatti (1992), citando Dixon (1979), afirma que são três os fatores que influenciam, basicamente, esse tipo de língua: a natureza semântica do verbo, a natureza semântica do SN e o aspecto/tempo da sentença.

1.3 A Hierarquia de Acessibilidade das Orações Relativas de Keenan e Comrie (1977) e a hipótese de Dik (1997)

Os estudos de Keenan e Comrie (1977) revelam que o papel sintático do participante compartilhado pela oração principal e a OR permite diferenciar tipos de construções relativas. Com base numa amostra de aproximadamente 50 línguas, os autores observam que a variação obedece a padrões regulares de distribuição tipológica. Desse modo, considerando-se a relativização, eles propõem a seguinte Hierarquia de Acessibilidade:

(1.21) Sujeito > Objeto Direto > Objeto Indireto > Oblíquo > Genitivo > Objeto de Comparação

A leitura da hierarquia permite afirmar que a posição de Sujeito, a mais alta na HA, é, por isso mesmo, a mais suscetível à relativização, enquanto a de Objeto de Comparação, situada no extremo inferior, é a menos acessível a esse tipo de oração. Portanto, a relativização da posição de Sujeito é considerada primária, pois todas as línguas que dispõem

de uma construção relativa necessariamente relativizam o SN nessa função. Se uma língua é capaz de relativizar o último grau da escala – Objeto de Comparação – ela é capaz de relativizar todos os anteriores, uma vez que, sob condições normais, não é possível transpor nenhum ponto da HA. Em relação à HA, Keenan e Comrie (1977) formulam as seguintes restrições:

- (i) Todas as línguas têm uma estratégia de relativização primária que pode, no mínimo, ser aplicada ao Sujeito.
- (ii) Outras estratégias não primárias podem ser aplicadas a qualquer ponto da HA
- (iii) Qualquer estratégia de relativização deve aplicar-se a um segmento contínuo da HA.
- (iv) Qualquer estratégia de relativização pode ter seu ponto de corte em qualquer posição da HA, com exceção da estratégia que expressa a posição relativizada por um pronome: uma vez que essa estratégia começa, ela continua em direção à última posição da HA que é relativizável na língua em questão.
- (v) Se as estratégias deixam uma lacuna na HA, então as posições na lacuna que não podem ser diretamente relativizadas podem ser “promovidas” a posições a partir das quais elas se tornam relativizáveis.

As línguas que usam combinação de diferentes estratégias de relativização mostram uma curiosa tendência de distribuição, segundo Keenan e Comrie (1977): as estratégias de processamento mais complexo são aplicadas a termos mais altos da hierarquia, enquanto as estratégias de processamentos mais simples são aplicadas a pontos mais baixos. O que não é atestado nas línguas é a situação inversa.

Sobre a HA de Keenan e Comrie, Cristofaro (2003) afirma:

A proposta original de Keenan e Comrie (1977) está sustentada na facilidade psicológica da compreensão. Quanto mais baixa está uma função na Hierarquia de Acessibilidade, mais difícil de serem entendidas são as orações relativas formadas com base nessa função.⁸ (CRISTOFARO, 2003, p.208).

Em outras palavras, se o falante é cognitivamente capaz de processar orações relativas construídas com uma função menos acessível, ele é ainda mais capaz de processar orações relativas formadas com as funções consideradas mais acessíveis.

Keenan e Comrie (1977) consideram que um objeto sintático é uma oração relativa se ele especifica um conjunto de objetos em dois momentos. Especifica-se, num primeiro momento, um conjunto maior, chamado domínio da relativização, e, num segundo momento, restringe-se esse conjunto maior a um subconjunto do qual a sentença, que é a restritiva, é verdadeira. Expressa-se o domínio da relativização na estrutura superficial com o SN nuclear, e a sentença restritiva com a oração relativa, que pode estar mais ou menos expressa na estrutura superficial da oração, dependendo da língua. Considere-se, por exemplo, a sentença contida em (1.22):

(1.22) porque tem um colega meu **que nunca usô(u) droga** (IBORUNA AC-031:L190)

Na oração relativa em (1.22), o domínio da relativização é o conjunto de meus colegas e o SN nuclear é *colega*. A sentença restritiva é *ele nunca usou droga*, e a oração relativa é *que nunca usou droga*.

Os autores afirmam que a HA das orações relativas define condições que toda e qualquer gramática de língua humana deve respeitar. No entanto, Dik (1997) critica a aplicação de restrições unicamente sintáticas à HA, entendendo que as outras funções que a Gramática Funcional distingue, as funções semânticas e as pragmáticas, que não são

⁸ Keenan and Comrie's (1977) original proposal is grounded on psychological ease of comprehension. The lower a role is on the Accessibility Hierarchy, the harder it is to understand relatives clauses formed on that role (CRISTOFARO, 2003, p. 208).

devidamente levadas em conta por Keenan e Comrie (1977), têm relevâncias para a descrição da acessibilidade das construções relativas.

A partir desse estudo pioneiro de Keenan e Comrie (1997), Dik (1997) propõe ampliar o escopo da aplicação da HA para além das funções sintáticas. Para dar conta da adequação pragmática da GF, Dik (1997) inicia sua proposta tratando dos tipos de restrições que influenciam a acessibilidade. Para ele, a acessibilidade é definida como a capacidade de uma posição ser o alvo de alguma operação gramatical⁹. Segundo o autor:

Uma posição de termo T para qual uma operação O pode ser aplicada é acessível a O; caso contrário não é acessível a O. Se T não é acessível a O, deve haver alguma restrição de acessibilidade que impede O de aplicar-se a T. (Dik, 1997, p. 357)¹⁰

Dik (1997) distingue três tipos de restrições que envolvem os processo da acessibilidade:

- (i) Restrições intrínsecas, que envolvem propriedades inerentes ao termo alvo (T);
- (ii) Restrições hierárquicas, que envolvem a posição do termo alvo (T) no interior da estrutura oracional em que ocorre;
- (iii) Restrições funcionais, que envolvem o estatuto funcional do termo alvo (T).

Sobre as restrições intrínsecas do termo alvo, é possível sustentar que, se uma dada língua, por exemplo, dispuser apenas de Sujeitos formados por termos definidos, é a definitude, propriedade nem hierárquica nem funcional, que governa a acessibilidade. Essa restrição é representada por Dik (1997) em (1.23):

⁹ Operações gramaticais que podem sofrer restrições de acessibilidade são atribuição de sujeito e de objeto, relativização, interrogação com palavra-Q, relações anafóricas e alçamento.

¹⁰ *A term position T to which an operation O can be applied is accessible to O; otherwise it is inaccessible to O. If T is inaccessible to O, there is apparently some accessibility constraint which prevents O from applying to T.* (DIK, 1997, p.357)

(1.23) O (T: <P>)

‘a operação (O) pode aplicar-se a termos (T) com a propriedade intrínseca P’

Geralmente, as restrições intrínsecas não podem ser definidas em termos absolutos, mas de acordo com relações de prioridade que podem, por sua vez, ser interpretadas em termos de acessibilidade. Os fatores intrínsecos mais relevantes, segundo Dik (1989, p. 359), estão representados em (1.24):

- (1.24) A Hierarquia de Pessoa: [1,2] > 3 ou participante do ato de fala > não participante
- A Hierarquia de Animacidade: humano > outro animado > força inanimada > outro inanimado
- A Hierarquia de Gênero: masculino > feminino > outro
- A Hierarquia de Definitude: definido > outro específico > não-específico

O caso de Clítico Dativo Duplo em Espanhol é um exemplo inequívoco, fornecido por Dik (1997), de restrição intrínseca, já que é uma operação obrigatória quando o termo argumental se referir a um ser humano específico, como se observa em (1.25) a seguir.

(1.25) a. Espanhol (DIK, 1997, p. 361)

Envió los documentos a los abogados

he-sent the documents to the lawyers

Enviou os documentos aos advogados.

(1.25) b. Espanhol (DIK, 1997, p. 361)

Les envió los documentos a los abogados

3PL-DAT he-sent the documents to the lawyers

Enviou os documentos aos advogados.

É interessante observar que tanto (1.25a) quanto (1.25b) são construções gramaticais no espanhol. No entanto, elas têm leituras diferentes: em (1.25a), o SN *los abogados* faz referência à instituição, não a advogados específicos; em (1.25b), ao contrário, o SN refere-se a advogados específicos, individualizados.

As restrições hierárquicas foram amplamente estudadas no âmbito da teoria da Gramática Transformacional. Inicialmente, as várias restrições hierárquicas eram vistas principalmente como operações transformacionais de movimento e apagamento. Dik (1997) afirma que esse ponto de vista é claramente inadequado pelo seguinte motivo: trata-se do fato de que se as restrições são intrinsecamente ligadas a movimento e a apagamento, então não deveriam existir casos em que esses dois processos não estão presentes. Essa hipótese não se apoia nos fatos. Para Dik (1997), restrição hierárquica é aquela que envolve a posição hierárquica do termo dentro da estrutura da oração em que ele ocorre. O modelo abstrato dessa definição é dado em (1.26) (DIK, 1997, p. 363):

- (1.26) O [x... (T) ...]
 ‘a operação (O) só pode ser aplicada a termos (T) que fazem parte de um constituinte do tipo (X)’.

Um exemplo de restrição hierárquica é o uso da construção de Sujeito Acusativo com Infinitivo (*AcI-construction*) em holandês, que só é licenciada com complementos oracionais que designam necessariamente eventos simultâneos ao da oração principal, caso que Noonan (1985) designa por “dependência de referência temporal”. Observe os exemplos em (1.27)-(1.30).

(1.27) Holandês (DIK, 1997, p. 363)

Ik zag hem weggaan

I saw him go.away

Eu o vi ir embora.

(1.28) Holandês (DIK, 1997, p. 363)

*Ik geloofde hem ziek zijn / ziek te zijn

I believed him ill be ill to be

‘I belived him to be ill’.

(1.29) Holandês (DIK, 1997, p. 364)

*Ik wil hem weggaan / weg te gaan

I want him go.away way to go

‘I want him to leave.’

Eu quero que ele vá embora.

(1.30) Holandês (DIK, 1997, p. 364)

*Ik betreur hem ziek zijn / ziek te zijn

I regret him ill be ill to be

‘I am sorry he is ill’

Lamento que ele esteja doente.

Segundo Dik (1997, p. 364), o holandês permite apenas contruções de Acusativo com Infinitivo com eventos que necessariamente ocorrem simultaneamente na oração principal, como em (1.27). Nesse exemplo, o verbo de percepção imediata *zien* ‘ver’ obriga uma interpretação simultânea da oração completiva. Uma vez que o Estado de Coisas da oração principal está situado no pretérito, o Estado de Coisas da subordinada é interpretado também como situado no pretérito. Isso não acontece nos outros exemplos, de (1.28)-(1.30), o que torna as sentenças ali contidas agramaticais.

Finalmente, as restrições funcionais à acessibilidade são definidas por Dik (1997) nos termos da OR. A partir da HA apresentada por (Keenan (1972) e Keenan e Comrie (1977)),

que, conforme já mencionado, propõem restrições de acessibilidade à posição de termo relativizável como as funções de Sujeito, Objeto, Objeto Indireto, etc. Em (1.31) essas restrições funcionais aparecem devidamente representadas, como postula Dik (1997).

(1.31) O (T)_F
 ‘a operação (O) somente pode ser aplicada a termos (T) com a função F’ (DIK, 1997, p. 365)

Dik (1997) desenvolve a teoria sobre as restrições à relativização a partir das funções de ordem sintática, tal como proposta por Keenan e Comrie (1997), de ordem semântica e de ordem pragmática, todas relevantes, segundo o autor, para a descrição dos fenômenos de acessibilidade.

Quanto à dimensão empírica da questão, os motivos que levam à reinterpretação da HA de Keenan e Comrie (1977) dizem respeito ao fato de haver línguas que não parecem dispor de nenhuma espécie de construção relativa. Em pesquisa anterior¹¹, na amostra que investigamos, dez das dezoito línguas indígenas não dispõem de uma forma específica de orações relativas, mas de uma construção que cobre semanticamente esse domínio funcional: a nominalização. Muitos linguistas, dentre eles Dik (1997), não entendem como Givón (1990) que a nominalização seja uma estratégia de formação de orações relativas propriamente dita. Isso significa que deve ser mais bem qualificado o pressuposto (i) de que todas as línguas têm uma estratégia de relativização primária que pode, no mínimo, ser aplicada ao Sujeito. Nesse caso, a validade da HA como um todo deve ser restrita às línguas que realmente dispõem de construções relativas.

Quanto à dimensão teórica, Dik (1997) alega que uma teoria tipológica, como a de Keenan e Comrie (1977), proposta com base nas funções de Sujeito, Objeto Direto, etc., tomadas como universais, pressupõe gramáticas em que essas noções têm um estatuto bem

¹¹ OLIVEIRA, Gabriela. *Tipologia da oração relativa nas línguas indígenas do Brasil*. Trabalho de Iniciação Científica. Orientação: Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho.

definido. Esse tipo de língua pressupõe uma teoria gramatical geral que inclua tais noções em seus primitivos e forneça critérios para determinar quando essas noções são aplicáveis a dados termos. Keenan e Comrie, todavia, não fornecem uma teoria desse tipo. Assumem, em vez disso, o princípio de que as funções gramaticais da HA têm validade linguística universal e que podem ser mais ou menos inequivocamente identificadas em qualquer língua. Falta, portanto, os fundamentos teóricos para a generalização tipológica.

Ao fazer uma discussão detalhada de cada grau da HA de Keenan e Comrie, Dik (1997) aponta os problemas teórico-metodológicos de cada um e propõe novas hierarquias que levam em consideração as funções semânticas e pragmáticas.

Dik (1997) discute a atribuição da função de Sujeito e Objeto Direto na sintaxe das línguas em geral. Para isso, vale-se o exemplo (1.32):

- (1.32) a. John gave the book to Peter
John deu o livro a Peter.
- b. The book was given to Peter by John.
O livro foi dado para Peter por John.
- c. Peter was given the book by John¹². (DIK, 1997, p. 209)

Segundo o autor, cada uma dessas construções expressa o mesmo Estado de Coisas, o que muda em cada uma delas é a perspectiva. Pode-se dizer, então, que todas elas têm a mesma forma num nível subjacente. De (1.32a), pode-se afirmar que a sentença é construída a partir do ponto de vista de “John”; de (1.32b), de “book”; de (1.32c), de “Peter”. A relação entre as três sentenças é descrita em termos do que tradicionalmente se afirma “Sujeito”: em (1.32a), o Sujeito é ativo, enquanto nas duas outras sentenças, o Sujeito é passivo. Dik (1997) propõem uma reinterpretação dessa função, relacionando-a diretamente ao Objeto Direto e às funções Semânticas.

¹² Não há, no português, uma construção semelhante para a sentença contida neste exemplo.

Segundo o autor, a sentença contida em (1.32b) é considerada a verdadeira passiva, em que o Paciente se torna Sujeito, enquanto na de (1.32c), o Sujeito corresponde a um Recipiente na construção ativa correspondente, não sendo, assim, uma passiva verdadeira. Em português, apenas a passiva correspondente a (1.32b) é possível. Dados tipológicos, segundo Dik (1997), evidenciam que as possibilidades de passivização encontradas no inglês representam somente o segmento inicial de toda uma gama de possibilidades de atribuição da função de Sujeito a um termo da sentença. Desse modo, a atribuição de Sujeito é um fenômeno potencialmente muito mais vasto do que prevê a perspectiva formal.

Segundo Dik (1997), a consideração das funções semânticas desempenhadas pelos termos nas sentenças de (1.33) conduz às seguintes definições:

- (1.33) a. John (AgSuj) gave the book (PacOb) to Peter (Rec)
 b. John (AgSuj) gave Peter (RecOb) the book (Pac) (DIK, 1997, p. 210)

Dik (1997) define a função de Objeto Direto em relação ao Sujeito. Segundo o autor, o Objeto é definido como um ponto secundário de preponderância em relação ao Sujeito, uma vez que esta é a primeira função a ser atribuída a um item da sentença. O autor deixa claro que as funções de Sujeito e Objeto não podem ser reduzidas às funções semânticas. A questão central, para ele, é que as funções de Sujeito e Objeto podem ser atribuídas diferentes funções semânticas, reorganizando, desse modo, a orientação básica no esquema do predicado. Assim, se é possível recuperar a função semântica subjacente às funções de Sujeito e Objeto Direto, é possível haver Sujeitos Agentes (AgSuj), Sujeitos Pacientes (PacSuj), Sujeitos Recipientes (RecSuj), Sujeitos Beneficiários (BenSuj), como pode ser observado nas seguintes construções:

Embora pareça suficiente a hierarquia contida em (1.35), Dik (1997) amplia a discussão sobre as funções semânticas atribuídas ao Sujeito. Se for considerada apenas a função de Agente, seriam descartadas as outras funções semânticas do primeiro argumento (A^1), como Posicionador, Força, Processado, Zero. Segundo o autor, a GF assume que a função de Sujeito só necessita ser atribuída quando a perspectiva é definida a partir do ponto de vista de um argumento que não ocupe a primeira posição. Se não for esse o caso, o ponto de partida cairia por *default* no primeiro argumento. De fato, se uma língua dispõe de atribuição alternativa para Sujeito, ele pode ser, também, normalmente atribuído ao primeiro argumento na construção ativa. Sendo assim, Dik (1997) prefere trocar na HFS o termo Agente por A^1 , que representa todas as funções semânticas possíveis do primeiro argumento:

$$(1.36) \quad A^1 = \{ \text{Agente, Posicionador, Força, Processado, Zero} \}$$

Neste trabalho, é importante que se faça a distinção entre tais funções semânticas na descrição das orações relativas, uma vez que é possível que haja restrições à acessibilidade dependendo do estatuto de determinada função semântica na língua ou da categoria tipológica da língua, por exemplo.

As funções semânticas, para a GF, são determinadas a partir dos traços semânticos de [dinamicidade] e [controle] do predicado envolvido na sentença. Assim, um Agente é um item cuja função semântica diz respeito a uma entidade controladora de uma Ação, ou seja, um item cujo predicado referente é [+ dinâmico] e [+controlado]. Um Posicionador, por sua vez, é a função semântica de uma entidade controladora de Posição, cujo predicado é [-dinâmico] e [+controlado]. Um item cuja função semântica é Força tem a característica de se ligar a um predicado [+ dinâmico] e [-controlado], assim como um Processado. A diferença entre os dois está no fato de que a Força é uma entidade não-controladora, mas instigadora de Processo, enquanto um Processado é uma entidade que *sofre* um Processo. Por fim, Zero é a função

semântica de um item envolvido em um Estado, em que os traços de [-dinâmico] e [-controlado] estão presentes.

No tocante à relativização da posição de Sujeito, Dik (1997) não questiona o papel relevante que essa função desempenha na restrição à acessibilidade. No entanto, há dois aspectos que, segundo ele, apontam para a prioridade das funções semânticas na determinação de acessibilidade. O primeiro está na não universalidade da função sintática de Sujeito. Nas línguas sem possibilidade de passivização, essa posição não é relevante e, nesse caso, o primeiro grau da hierarquia é, sem dúvida, o argumento A^1 , que está na primeira posição da Hierarquia de Função Semântica. O segundo ponto é o fato de a Gramática Funcional (GF) distinguir a função de Sujeito de acordo com a função semântica subjacente. É possível, assim, derivar uma Hierarquia de Função Semântica para a função de Sujeito, que se encontra em (1.37):

(1.37) Suj A^1 > Suj Meta > Suj Rec > Suj Ben > Suj Instr > Suj Loc (Dik, 1997, p. 369)

Sobre o Objeto Direto, aplicam-se os mesmos princípios. Em primeiro lugar, também essa função não é necessariamente relevante para todas as línguas. Quando é válida, obviamente ela desempenha um papel importante no que tange à acessibilidade. Quando não é, a condição da acessibilidade é revertida para a função semântica Meta. Em segundo lugar, é possível distinguir o OD também em termos de sua função semântica subjacente. Em (38), defini-se a hierarquia de Objeto, postulada por Dik (1997):

(1.38) Obj Meta > Obj Rec > Obj Ben > Obj Instr > Obj Loc (Dik, 1997, p. 369)

Tanto no caso do Sujeito quanto no caso do Objeto Direto, há evidências de que são as funções semânticas que determinam a acessibilidade. Dik (1997) ilustra esse fenômeno com

exemplos do bahasa da Indonésia, em que há a relativização de Objeto na função de Recipiente e de Beneficiário, embora seja uma construção menos frequente e evitada pelos falantes. Nesse sentido, é mais difícil relativizar o Objeto na função de Beneficiário, o que torna essa categoria semântica de Objeto menos acessível do que a de Recipiente.

A função de Objeto Indireto não dispõe de um estatuto independente na GF, sendo reinterpretada prioritariamente pela indicação da função de Recipiente, ou então pela combinação de Recipiente com Objeto. Nesse sentido, a GF explica que a função tradicionalmente chamada Objeto Indireto ora se comporta como um Oblíquo, ora como um Objeto Direto. Veja o caso do inglês:

- (1.39) a. John gave the book *to Peter*.
 b. John gave *Peter* a book.

Em (1.39a), o argumento *Peter* se comporta como um Oblíquo, uma vez que recebe uma preposição e não desempenha nem a função sintática de Sujeito nem a de Objeto. Já em (1.39b), o mesmo argumento se comporta como Objeto Direto, já que não se diferencia formalmente do outro argumento, mas semanticamente mantém a função Recipiente nos dois casos. Keenan e Comrie (1977) assumem a fragilidade da posição de OI, alegando que talvez seja a posição mais sutil da HA. Outros exemplos corroboram essa relação. Dik (1997) menciona o caso do grego moderno, citando Haberland e Van der Auwera (1990 *apud* Dik, 1997) para os quais a relativização de OI no grego é nada mais que a relativização de um Recipiente.

Os constituintes na posição de Oblíquo são interpretados na GF como constituintes que desempenham apenas funções semânticas. Oblíquos não têm por si sós um estatuto sintático: eles são, na verdade, termos com funções semânticas que não desempenham nem a função de Sujeito, nem a de Objeto. Considere-se o caso do OI no grego moderno, citado por

Dik (1997). Haberland e Van der Auwera (1990, *apud* DIK; 1997) não admitem a atribuição do estatuto de OI a Oblíquos, uma vez que as funções de Recipiente e de Beneficiário não são como os demais Oblíquos. Deve-se, portanto, distingui-los de acordo com a função semântica que exercem. Dik (1997) entende que, se o Objeto Indireto se classifica como Oblíquo, devem-se distinguir os Oblíquos na função de Recipiente e de Beneficiário de Oblíquos com outras funções semânticas, uma vez que apenas os primeiros dispõem opcionalmente de uma expressão Genitiva. Segundo Dik (1997), é necessário também, nesse caso, distinguir Oblíquos Recipientes de Oblíquos Beneficiários, pois estes também podem ter comportamentos distintos.

Sobre a função de Genitivo, Dik (1997) prefere chamá-la de Possuidor, pois, assim, o termo pode ser sensível às diferentes restrições que o envolve. A primeira restrição dessa função não concerne ao termo em questão, mas à posição hierárquica que ocupa na estrutura da oração. Fora algumas raras exceções, o Genitivo não é nem Satélite nem Argumento da oração matriz, mas um atributo dentro do núcleo do SN em que ele atua como Argumento ou Adjunto (*Satélite* para Dik). Isso significa que a restrição à acessibilidade do Genitivo é dada a partir de fatores hierárquicos. O estatuto hierárquico do Possuidor está envolvido na acessibilidade por motivos claros, já que as línguas em que o Possuidor por si só não é acessível dispõem de uma construção alternativa em que o termo correspondente ocorre em algum argumento do predicado matriz que seja acessível à relativização. Como conclusão, Dik (1997) afirma que o constituinte Possuidor não tem um lugar próprio na oração, e que deve ser funcionalmente definido em outros termos da HA.

Por fim, a noção de Objeto de Comparação não é tipologicamente uniforme, uma vez que as línguas dispõem de diferentes tipos de construção comparativa. Segundo Dik (1997), dependendo da construção de que uma dada língua dispõe, haverá diferentes propriedades estruturais e funcionais na construção de tal função. Não há, portanto, um tipo estruturalmente

definido para Objeto de Comparação, mas é possível relativizar um termo que participa de uma construção comparativa com outra função (sintática e/ou semântica e/ou pragmática) dentro da oração em que aparece, como em *Quero um carro igual ao que você comprou*, em que *carro*, apesar de ser um elemento comparativo, funciona sintaticamente como Objeto Direto da oração relativa.

Em suma, Dik (1997) assume que, com base no arcabouço teórico da Gramática Funcional, restrições de acessibilidade podem ser parcialmente reconstruídas em termos de três distintas hierarquias que interagem entre si. As hierarquias propostas por Dik (1997) são encontradas em (1.40):

(1.40) (i) Hierarquia de Função Semântica

Arg-1 > Meta > Rec > Ben > Instr > Loc

(ii) Hierarquia de Função Sintática

Suj > Obj > Não-Suj, NãoObj

(iii) Hierarquia de Função Pragmática

Tópico > Não-tópico

Foco > Não-foco

(Cf. Dik, 1997, p. 365)

1.4 As funções semânticas para a Gramática Discursivo-Funcional

A teoria da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) traz uma nova perspectiva para a descrição das funções semânticas que é muito útil e operacional para estabelecer os dados tipológicos aqui obtidos. A partir de uma perspectiva tipologicamente orientada, a GDF propõe um modelo *top-down* de descrição linguística, ou seja, de um modelo de análise linguística que parte da intenção do falante até a realização

material da linguagem, em que constituintes mais altos hierarquicamente se relacionam de forma dinâmica com constituintes mais baixos na construção da expressão linguística. A gramática dispõe de quatro componentes: o Componente Conceitual, o Componente Contextual, o Componente Gramatical e o Componente *Output*. Apesar de todos serem importantes na comunicação, os pressupostos da GDF se voltam mais detidamente para o estudo do Componente Gramatical, já que é o único que lida diretamente com fatos linguísticos. Os dois primeiros e o último componentes citados estão fora do Componente Gramatical. O primeiro representa o cognitivo, aquilo que há de pré-linguístico na expressão, a intenção prévia do falante. O segundo representa o contexto situacional no qual se dá a comunicação. O quarto componente diz respeito à realização material da linguagem produzida no contexto de comunicação, ou seja, é a moldura da expressão linguística: no caso da língua falada, são os sons, da língua escrita, os sinais gráficos. É importante observar que a língua é encarada, nessa teoria, do ponto de vista do falante na situação discursiva em que se encontra.

O Componente Gramatical é dividido em quatro níveis que se implementam dinamicamente no processo de comunicação: o Interpessoal, o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico. Esses níveis, por sua vez, são divididos em camadas, que também se implementam dinamicamente. O Nível Interpessoal diz respeito às representações pragmáticas; o Representacional, às representações semânticas; o Morfossintático, como o nome já indica, diz respeito às questões morfológicas e sintáticas de cada língua; o Fonológico, por sua vez, diz respeito à codificação segmental e suprasegmental. Nesse componente, as camadas seguem também o modelo *top-down* de organização.

As funções semânticas reconhecidas pela GDF estão incluídas no Nível Representacional, mais especificamente na camada das Propriedades Configuracionais. É importante ressaltar que a GDF não assume, *a priori*, que as funções semânticas subjacentes tem um caráter universal. É universal, na realidade, o repertório das funções semânticas, mas

a operacionalidade delas é determinada para cada língua individual, a partir de sua codificação morfossintática (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 194).

Para Hengeveld e Mackenzie (2008), uma função semântica especifica uma relação entre um núcleo e um dependente. A representação desse fato está contida em (1.41). Tal representação não significa, porém, que a função é mais relevante para os dependentes do que para o núcleo: trata-se apenas de uma convenção, de uma linearização do fenômeno representado.

(1.41) $(f_1: [(f_2) (x_1)_A (x_2)_U (x_3)_L] (f_1))$ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 195)

As funções semânticas, nessa perspectiva, são reflexos gramaticais de uma percepção cognitiva em que os participantes do Estado de Coisas desempenham papéis diferentes (situação em que o Estado de Coisas é interpretado na gramática enquanto Propriedade), ou desempenham papéis semelhantes (situação em que o Estado de Coisas é tratado como classificação ou indentificação), ou então não podem ser visto como participantes do Estado-de-Coisas (nos casos de construções existenciais).

Na primeira situação supracitada, a noção de participantes que desempenham papéis diferentes fica mais clara em uma predicação dinâmica de dois lugares, referente à realidade externa, ou então em uma Propriedade dinâmica de dois lugares, seguindo a nomenclatura dos autores. Numa situação como essa, há uma distinção entre o participante que desempenha um papel mais ativo, o *Actor* (A), e o *Undergoer* (U), o participante que desempenha uma função mais passiva. Observe o exemplo (1.42):

(1.42) Beckham chutou o zagueiro. (adaptado de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 195).

Nesse exemplo, o participante *Beckham* é identificado como o A, uma vez que têm um papel ativo, enquanto *o zagueiro* desempenha o papel de U. A função de *Actor* prototípica é desempenhada pelo participante volitivamente envolvido no Estado-de-Coisas, enquanto a função de *Undergoer* é atribuída ao participante afetado não-intencionalmente pelo mesmo Estado-de-Coisas. No português, assim como no inglês, essas definições são puramente prototípicas, uma vez que há a possibilidade de mudança do sentido da oração, se adicionado material lexical extra, sem afetar a gramática essencial da língua (que prevê, no caso de um *Actor* aparecer combinado a um verbo transitivo ativo, que o *Undergoer* apareça imediatamente depois do verbo). Veja os exemplos a seguir:

(1.43) Beckham, sem querer, chutou o zagueiro.

(1.44) O zagueiro queria que Beckham o chutasse; assim, ele receberia um cartão vermelho. (adaptado de HEGVELD; MACKENZIE, 2008, p. 196).

Outro fato importante de ser observado é que no inglês, assim como no português, a função semântica *Actor* não se refere somente a agentes volitivos, mas também ao que Dik (1997) chama de forças não-volitivas. No caso de (1.46), por exemplo, a tempestade não destruiu a cidade intencionalmente, mas também não é afetada pelo Estado-de-Coisas. Sendo assim, esse constituinte está mais próximo de *Actor* do que de *Undergoer*, e, de fato, é interpretado, na GDF, como sendo um *Actor*.

(1.45) César destruiu a cidade.

(1.46) A tempestade destruiu a cidade. (exemplos adaptados de HEGVELD; MACKENZIE, 2008, p.196).

A distinção entre *Actor* e *Undergoer* é uma característica de Estado-de-Coisas dinâmico, como mencionado anteriormente. Em Estado-de-Coisas não-dinâmico (como o verbo *ficar*, em (1.47)), a função semântica *Actor* não está presente, por motivos óbvios:

nenhum dos participantes desempenha uma função ativa em relação à predicação. O *Undergoer*, por sua vez, está presente, no sentido de que é uma entidade que sofre a ação, ou é afetado por uma Propriedade. Uma predicação de dois lugares em que está presente um Estado de Coisas não-dinâmico envolve uma terceira função semântica, o Locativo. Observe o exemplo (1.47):

(1.47) Easter Island fica no Oceano Pacífico. (adaptado de HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.196).

Nesse exemplo, *Easter Island* desempenha a função semântica de *Undergoer*, uma vez que à entidade é atribuída uma localização, num processo de determinação sem envolvimento intencional, e *Oceano Pacífico* desempenha a função de Locativo.

A função semântica de *Locativo* para a GDF envolve muito mais detalhes do que para a GF¹³, em que é atribuída a essa função a designação de localização no espaço. Em primeiro lugar, a função semântica *Locativo* pode ser encontrada em Estado de Coisas dinâmicos, como mostra o exemplo a seguir.

(1.48) O presidente acenou para a multidão. (adaptado de HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.197).

Nesse exemplo, há um participante envolvido intencionalmente, *o presidente*, que desempenha a função de *Actor*, mas não há *Undergoer*, uma vez que não há nenhum argumento afetado pelo Estado de Coisas. Há, nesse exemplo, a função semântica *Locativo*, desempenhada pelo participante *para a multidão*. De fato, num Estado de Coisas dinâmico, a função de Locativo cobre o domínio das relações espaciais de Ablativo, que indica a origem do movimento; de Perlativo, que diz respeito a algo que se moveu através, ao longo de certo

¹³ A teoria da GDF é baseada na teoria da GF. No entanto, há um maior grau de abstração no modelo da GDF, o que leva esta teoria fornecer uma maior generalização do que aquela.

espaço determinado; de Aproximação, que indica um ponto para o qual há um movimento; e de Alativo, que, além de indicar o ponto final do movimento, vai mais além: cobre os domínios de *Recipiente* e *Beneficiário*.

É importante notar que um Estado de Coisas dinâmico não depende, necessariamente, de um participante *Actor*, enquanto é estritamente necessário que não haja *Actor* em um Estado de Coisas não-dinâmico. O exemplo (1.49) ilustra esse fato.

Em (1.49), a *maçã* não está envolvida intencionalmente no Estado de Coisas dinâmico e, por isso, é classificada como U. Há, então, uma especificação complexa de Locativo, formada por três componentes, que traça o movimento da maçã. Nesse Locativo complexo, *do galho* é o Ablativo; *através da copa da árvore* é o Perlativo e *até o chão* é o Alativo enquanto ponto final do movimento, ou Meta Espacial (*spatial Goal*).

(1.49) A maçã caiu do galho através da copa da árvore até o chão. (adaptado de HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.197).

No caso de uma Propriedade dinâmica de três lugares¹⁴, há, necessariamente, a diferenciação de três participantes: *Actor* – *Undergoer* – *Locativo*. Considere os exemplos a seguir.

(1.50) O vento soprou as folhas para dentro da cozinha.

(1.51) O comitê deu o prêmio para o candidato mais jovem. (exemplos adaptados de HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.197).

No exemplo (1.50), o participante não intencionalmente envolvido é claramente *as folhas*, enquanto *o vento*, apesar de não intencional, é classificado como *Actor*. *Para dentro da cozinha* é, então, o Locativo, referente à Meta Espacial, dentro do esquema *Actor* –

¹⁴ Levando em consideração que *Actor* não pode ocorrer em Estado de Coisas não-dinâmicos, fica excluída a possibilidade de haver Estado-de-Coisas não-dinâmicos de três lugares.

Undergoer – *Locativo*. No exemplo (1.51), por sua vez, a função de *Actor* é desempenhada por *o comitê*, a de *Undergoer* por *o prêmio* e a de *Locativo* por *o candidato mais jovem*, designada mais especificamente como Recipiente, um desdobramento da função *Locativo*.

As noções desenvolvidas para Estado de Coisas de três lugares também são relevantes para Estado de Coisas de um lugar apenas. Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam que Estado de Coisas dinâmicos de um lugar são classificados como inergativo ou inacusativo. No caso de um Estado de Coisas de um lugar, haverá ou um *Actor* ou um *Undergoer*, como mostram os exemplos (1.52) e (1.53), que trazem, respectivamente, uma construção inergativa e uma construção inacusativa.

(1.52) Os estudantes estão trabalhando.

(1.53) A bomba explodiu. (exemplos adaptados de HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.198).

No português, assim como no inglês, em que não há marcação de caso morfológico, a distinção entre *Actor* e *Undergoer* é neutralizada nesse caso: ambas se apresentam na função sintática de Sujeito. Em holandês, no entanto, a distinção fica mais clara, pois o Perfeito em orações inergativas é formado com o auxiliar *hebben* (1.54) e nas orações inacusativas, por *zijn* (1.55).

(1.54) Holandês (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 198)

de	studenten	hebben	gewerkt
DEF	student.PL	AUX-PL.PRS	work.PTCP

The students worked.

Os estudantes trabalharam.

(1.55) Holandês (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 198)

de	bom	is ¹⁵	ontploft
DEF	bomb	AUX-3SG.PRS	explode.PTCP

The bomb exploded.

A bomba explodiu.

O argumento único de um Estado de Coisas dinâmico pode ter função semântica de Locativo, no sentido específico de Recipiente, como em (1.56). Sendo assim, *Actor*, *Undergoer* e *Locativo* podem desempenhar a função semântica do argumento de um Estado-de-Coisas dinâmico de um lugar. Observe o exemplo do islandês a seguir:

(1.56) Islandês (HENGEVELD; MACKENZIE *apud* BARðAL; 2001, 2008, p. 198)

honum	sárnaði
3.SG.M.DAT	became.hurt

He became hurt.

Ele se machucou

Um argumento de Estado de Coisas não-dinâmico de um lugar pode receber as funções semânticas de *Undergoer* ou *Locativo*. Essas funções semânticas são mais facilmente identificadas em línguas para as quais a função sintática não é relevante, como o caso do Chickasaw (1.57) – (1.59).

(1.57) Chickasaw (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 198)

malili-li
run-1.SG.A
Eu corri.

¹⁵ No holandês, a forma de terceira pessoa do singular do verbo *zijn* é idêntica à do inglês, *is*.

(1.58) Chickasaw (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 199)

sa-chokma

1.SG.U-good

Eu estou bem.

(1.59) Chickasaw (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 199)

an-takho'bi

1.SG.LOC-lazy

Eu sou preguiçoso.

Como mostrado nos exemplos, a flexão verbal distingue as funções semânticas presentes nesses enunciados. Os dois últimos exemplos são não-dinâmicos, e a diferença entre eles está no fato de que, em (1.57), trata-se de um estado (portanto, a função semântica desempenhada é *Undergoer*), enquanto em (1.58) há o resultado de um processo interno, em que a preguiça é experienciada (portanto, a função semântica é *Locativo*, do tipo Recipiente), no sentido de “isso me causa preguiça” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 199).

Assim como o *Locativo*, as outras duas funções sintáticas podem, de acordo com a língua, ser mais especificadas. Por exemplo, o tagalog distingue morfologicamente *Actor* controladores e não-controladores, a partir da escolha da voz verbal. Nessa mesma língua, os argumentos *Undergoer* podem ser divididos em três tipos: afetados, não-afetados e em movimento, também marcados pela escolha da voz verbal. Tanto no português como no inglês, o *Locativo* dispõe de preposições que marcam as Relações Espaciais: *de*, para ablativo; *através*, para perlativo; *para* ou *a*, para alativo e *em* para essivo. Já no tariana, essas Relações Espaciais são codificadas todas com o mesmo morfema: *-se*, e o que marca essas relações é a semântica do verbo. Como dito anteriormente, a GDF reconhece que as línguas particulares interpretam e codificam essas funções semânticas de modo próprio, não sendo possível, assim, uma generalização tipológica que envolva todos esses detalhes específicos. Há, na

verdade, um grau de abstração maior em relação às funções semânticas para que se possa chegar a uma unidade que possa ser comparada translinguisticamente.

As funções semânticas até agora discutidas fazem parte do que Hengeveld e Mackenzie (2008) consideram realidade externa. Ao se analisar a realidade interna, ou seja, as experiências vividas, entendidas no domínio de processos psicológicos, percebe-se que elas envolvem dois participantes: um experienciador e um fenômeno experienciado. Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam que as experiências não dispõem de relações gramaticais próprias, mas sim são atribuídas a elas relações gramaticais em contrapartida das relações gramaticais que envolvem a realidade externa. Uma vez que não há intencionalidade nem no experienciador nem no fenômeno experienciado, é de se esperar que as funções semânticas desempenhadas por eles sejam *Undergoer* e *Locativo*.

De fato, se observados os casos do português e do espanhol, percebe-se que há a possibilidade de ambas as funções semânticas serem aplicadas a ambos os participantes. No português, em (1.60), o experienciador desempenha função semântica de *Undergoer*, enquanto o fenômeno experienciado desempenha o de *Locativo* (no caso, *Ablativo*). No espanhol, em (1.61), acontece o contrário: o verbo *gustar*, ‘agradar’, tem o experienciador no papel de *Locativo* (Recipiente, com a preposição *a* ou o caso dativo marcado pelo pronome clítico) e o fenômeno experienciado na função de *Undergoer*.

(1.60) Eu gosto de morango.

eu: Undergoer *de morango*: Locativo (*de*: Ablativo)

(1.61) Me gustan las fresas.

me: Recipiente *las fresas*: Undergoer (exemplos adaptados de HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 201).

Argumentos que expressam Tempo em orações relativas não-nucleadas também são considerados, por Hengeveld e Mackenzie, como *Locativo*, como pode ser visto no exemplo (1.62):

- (1.62) I like when the leaves fall from the trees.
Eu gosto quando as folhas caem das árvores. (HENGEVELD; MACKENZIE, p. 260)

Nesse exemplo de Estado-de-Coisas não-dinâmico de dois lugares, *I* funciona como *Undergoer*, enquanto a oração *when the leaves fall from the trees* funciona como *Locativo*.

Uma última função semântica¹⁶ a ser discutida no domínio dos argumentos diz respeito justamente ao argumento interno de uma Propriedade de um lugar, como o caso de *boy* na expressão *the boy's father*. Hengeveld e Mackenzie (2008), seguindo Mackenzie (1983), identificam essa função semântica com o termo *Referência*, no sentido de que algo desempenha um papel com referência a outra coisa. No caso da expressão utilizada como exemplo, *pai* é considerado em sua relação com *menino*. A formalização desse exemplo encontra-se em (1.63):

- (1.63) $(x_I: [(f_I: [(f_J: \text{father } (f_J)) (x_J: \text{-boy-} (x_J)_{\text{Ref}} (f_I)) (x_I)_I])]$
 (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 203)

As funções semânticas *Beneficiário*, *Comitativo* e *Instrumento* são consideradas por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 208-210) como modificadores da camada das Propriedades Configuracionais. A função *Beneficiário* recebe o estatuto de modificador quando todas as três posições associadas a um Estado-de-Coisas de três lugares estão preenchidas pelas outras funções semânticas, como no caso de (1.64).

¹⁶ Outros esquemas de funções semânticas são reconhecidos por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 204-207), no domínio de construções que envolvem classificação, identificação e em construções existenciais, que não serão discutidos aqui, pois não fazem parte diretamente da análise deste trabalho.

- (1.64) Você poderia dar essas flores para Maria por mim? (adaptado de HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 208).

Nesse exemplo, o argumento *you* desempenha a função de *Actor*, *essas flores* desempenha a função de *Undergoer*; *para Maria* é *Locativo* e *por mim* atua como modificador da camada da Propriedade Configuracional e desempenha a função de Beneficiário.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), a mesma motivação para considerar o Beneficiário como modificador da camada da Propriedade Configuracional se aplica ao Comitativo e Instrumento. Observe os exemplos (1.65) e (1.66).

- (1.65) John foi a Paris com Mary.

- (1.66) John cortou a carne com uma faca. (exemplos adaptados de HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 208).

Ambos os exemplos trazem predicados de dois lugares cujos argumentos foram preenchidos pelas funções de *Actor* (*John*) e *Undergoer* (*Paris* e *carne*). Sobram, para as funções de Comitativo e Instrumento, então, a função de Modificação.¹⁷

As funções semânticas entendidas pela Gramática Discursivo-Funcional serão importantes para a análise dos dados deste trabalho. A discussão quanto ao estatuto de tais funções e sua relação com os dados analisados neste trabalho será feita no capítulo 4 deste trabalho.

¹⁷ Hengeveld e Mackenzie (2008) também consideram alguns casos de Modo como Modificadores da camada da Propriedade Configuracional, como no exemplo “*John walked slowly*”. É importante observar que a modificação de Modo é relevante para várias camadas e dispõem de comportamento diferente para cada uma delas, assunto que não será tratado neste trabalho.

CAPÍTULO 2

UNIVERSO DE INVESTIGAÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Composição da amostra da pesquisa e outros procedimentos metodológicos

A composição de uma amostra válida é o primeiro passo da metodologia de um trabalho de cunho tipológico-funcional, uma vez que esse tipo de estudo precisa contar com diversas línguas de diferentes características genéticas e tipológicas. Além disso, essas línguas deverão estar situadas em áreas geográficas amplas, pois a proximidade entre os povos e o contato daí resultante pode levar a uma proximidade de características linguísticas que podem comprometer a validade de um trabalho tipológico.

Muitos estudos recentes afirmam que é a proximidade genética o que mais afeta os resultados das pesquisas: línguas de mesma família tendem a se comportar de maneira semelhante, e não podem ser tomadas como base de pesquisas tipológicas. Por outro lado, se as línguas não possuem relacionamento genético próximo, é possível que tenham herdado tipos linguísticos comuns de sua língua ancestral, se tiverem proximidade geográfica.

O procedimento de constituição da amostra primou por maximizar a abrangência genética e, desse modo, procurou eliminar possíveis vieses advindos da composição de amostragem, para que a *corpus* final fosse tipologicamente representativo, ainda que o trabalho seja restrito às línguas que contam com material descritivo disponível¹⁸. A fragilidade quantitativa e qualitativa das descrições das línguas indígenas é um fator que dificultou a composição da amostra deste trabalho. Por um lado, nem todas as línguas

¹⁸ A etapa de composição do *corpus* desta pesquisa contou com a tentativa de aplicação do método proposto por Rijkhoff *et al* (1993). No entanto, para o universo de línguas nativas do Brasil, o cálculo não é produtivo. Se aplicado, o valor de cada família na amostra seria anulado, já que nem todas as famílias dispõem de materiais descritivos de pelo menos uma língua do seu ramo genético. Como o material existente não condizia com os pressupostos do cálculo, não foi possível aplicar a metodologia proposta pelos autores.

brasileiras dispõem de gramáticas descritivas ou textos similares. Por outro, grande parte das descrições existentes é feita em domínios diferentes deste trabalho, focalizando aspectos que interessam, por exemplo, à fonologia. A amostra deste trabalho foi composta a partir da amostra de trabalho anterior (OLIVEIRA, 2008), das referências indicadas por Rodrigues (2002) e da consulta de material disponível no site Etnolinguística¹⁹, que foi essencial para a composição do *corpus* final desta pesquisa.

De posse desse material, chegou-se a 44 línguas indígenas a serem investigadas no mestrado, descritas no quadro 1 a seguir.

¹⁹ <http://www.etnolinguistica.org/>

<i>Família</i>	<i>Língua</i>	<i>Obra de referência</i>
Língua isolada	Kwazá	(VOORT, 2004)
Língua crioula	Karipúna-Creole	(TOBLER, 1983)
Arikém	Karitiána	(STORTO, 1999)
Aruák	Apurinã	(FACUNDES, 2000)
	Baniwa	(RAMIREZ, 2000)
	Paresí	(ROWAN, BURGESS, 2008)
	Tariána	(AIKHENVALD, 2003)
	Warekéna	(AIKHENVALD, 1988)
Arawá	Paumarí	(CHAPMAN, 1991)
	Jarawára	(DIXON, 2004)
Guaikurú	Kadiwéu	(SÂNDALO, 1995)
Kapixaná	Kanoê	(BACELAR, 2004)
Karíb	Apalaí	(KOEHN; KOEHN, 1986)
	Hixkaryána	(DERBYSHIRE, 1979)
	Ingarikó	(CRUZ, 2005)
	Makuxí	(ABBOTT, 2001)
	Waiwái	(HAWKINS, 1998)
Makú	Húpda	(EPPS, 2005)
	Dâw	(MARTINS, 2004)
Múra	Pirahã	(EVERETT, 2002)
Nambikwára	Nambikwára	(KROEKER, 2003)
	Sabanê	(ARAÚJO, 2004)
Páno	Kaxinawá	(MONTANG, 2004)
	Matís	(FERREIRA, 2001)
	Mayorúna	(KNEELAND, 1979)
	Shanenawa	(CÂNDIDO, 2004)
	Yamináwa	(FAUST; LOOS, 2002)
Tukáno	Karapanã	(METZGER, 1981)
	Tukáno	(RAMIREZ, 1997)
Txapakúra	Warí	(EVERETT; KERN, 1997)
Yanomámi	Sanumá	(BORGMAN, 1990)
Tronco Macro-Jê		
	Boróro	(CROWELL, 1979)
	Jê	(CALLOW, 1962)
	Kaingáng	(WIESEMANN, 1972)
	Xavánte	(MCLEOD; MITCHELL, 2003)
	Rikbaktsá	(BOSWOOD, 1978)
	Timbira	(POPJES; POPJES, 1986)
Tronco Tupi		
	Mawé	(FRANCESCHINI, 1999)
	Mundurukú	(CROFTS, 1973)
	Ramaráma	(GABAS JR, 1999)
	Tupi-guarani	(BENDOR-SAMUEL, 1972)
	Guajajára	(SEKI, 2000)
	Kamayurá	(SEKI, 2000)
	Kayabí	(DOBSON, 1988)
	Urubú-Kaapor	(KAKUMASU 1986)

Quadro 1: Línguas indígenas brasileiras inicialmente selecionadas

De posse do material referente às línguas que compõem a amostra, o passo seguinte, já buscando a análise da oração relativa, foi identificar descrições dessas orações em cada língua particular, paralelamente à busca das seguintes confirmações: i) a categoria tipológica da língua; ii) a ordem básica dos constituintes numa oração simples; iii) o processo de formação das orações relativas (estratégias de relativização); (iv) as funções sintáticas relativizadas, e as posições dessas funções na HA de Keenan e Comrie (1977), e (v) as funções semânticas relativizadas nas línguas. Como nem todos os estudos descritivos dispõem de informações sobre o fenômeno estudado, o próprio procedimento analítico já eliminou da amostra as línguas nessa situação descritiva, como é o caso do arára (GABAS JR.; 1999). Por fim, restaram 40 línguas cujas gramáticas aparentemente se adaptaram à descrição.

Uma dificuldade adicional, que todo tipologista encontra em seu caminho, é a variação na qualidade e a diferença de abordagem das descrições utilizadas para a pesquisa. Como o trabalho de investigação de um tipologista se baseia em textos previamente escritos por outros pesquisadores com outros interesses, nem sempre a gramática consultada contém a informação necessária e claramente evidenciada. É preciso, muitas vezes, consultar várias partes da gramática para chegar a um esclarecimento sobre o fenômeno estudado. Em alguns casos, nem a tentativa de compreensão de outros fenômenos da língua leva a um resultado satisfatório. É o caso da gramática da língua kanoê, por exemplo. Apesar de tratar de vários assuntos na descrição da língua, Bacelar (2004) não trata especificamente das relativas. Há dois exemplos na gramática que são traduzidos para o português como orações relativas, mas não há informações quanto à natureza de tais orações. Desse modo, a gramática foi excluída do *corpus* da pesquisa.

Essa dificuldade acabou por excluir mais dez gramáticas da amostra, resultando, ao final, um total de 30 línguas disponíveis para o estudo. Essa eliminação procede do fato de que muitas informações sobre a relativa são apenas inferidas de exemplos, de traduções, e não

necessariamente de informações gramaticais. Inferências e suposições não são princípios válidos para uma pesquisa científica. Muitas gramáticas consultadas foram escritas por missionários, que tinham como objetivo a descrição da língua para o ensino, com a finalidade de disseminação da religião cristã. Não cabe aqui debater no mérito dessa questão, mas sim a qualidade das informações descritivas de que dispõem essas “gramáticas”, que em geral é extremamente baixa. Esse tipo de material mais se define como cartilhas do que como gramáticas descritivas, cujo foco é a língua em si. Assim, nessas obras, por mais que, algumas vezes, haja alguma referência às relativas, não é possível estabelecer as estratégias, as funções relativizadas, e assim por diante; desse modo, essas obras também foram excluídas do *corpus* de análise.

Por fim, as 30 línguas indígenas que embasam as análises desta pesquisa estão descritas no quadro 2 a seguir.

<i>Família</i> ²⁰	<i>Língua</i>	<i>Obras de referência</i>
Língua isolada	Kwazá	(VOORT, 2004)
Língua crioula	Karipúna-Creole	(TOBLER, 1983)
Aruák	Apurinã	(FACUNDES, 2000)
	Tariána	(AIKHENVALD, 2003)
	Warekéna	(AIKHENVALD, 1988)
Arawá	Paumarí	(CHAPMAN, 1991)
	Jarawára	(DIXON, 2004)
Karíb	Apalaí	(KOEHN; KOEHN, 1986)
	Híxkaryána	(DERBYSHIRE, 1979)
	Ingarikó	(CRUZ, 2005)
	Macuxí	(ABBOTT, 2001)
	Waiwái	(HAWKINS, 1998)
Makú	Húpda	(EPPS, 2005)
	Dâw	(MARTINS, 2004)
Múra	Pirahã	(EVERETT, 2002)
Nambikwára	Nambikwára	(KROEKER, 2003)
	Sabanê	(ARAÚJO, 2004)
Páno	Matís	(FERREIRA, 2005)
	Shanenawa	(CÂNDIDO, 2004)
Tukáno	Tukáno	(RAMIREZ, 1997)
Txapakúra	Warí	(EVERETT; KERN, 1997)
Yanomámi	Sanuma	(BORGMAN, 1990)
Tronco Macro-Jê		
	Boróro	Boróro (CROWELL, 1979)
	Jê	Apinayé (OLIVEIRA, 2005)
	Timbira	Canela-Krahô (POPJES; POPJES, 1986)
Tronco Tupi		
	Mundurukú	Mundurukú (GOMES, 2006; 2007)
	Tupi-guarani	Guajá (MAGALHÃES, 2007)
		Kaiwá (CARDOSO, 2008)
		Kamayurá (SEKI, 2000)
		Urubú-Kaapor (KAKUMASU, 1986)

Quadro 2. Línguas da amostra

Realizada a etapa de descrição individual das línguas, passou-se à etapa de análise tipológica, que foi dividida em duas subetapas: num primeiro momento, analisou-se o conjunto de línguas dentro de sua própria filiação genética. Desse modo, foi possível descrever as características tipológicas de cada grupo. Em seguida, realizou-se a comparação entre os diversos grupos genéticos, a fim de se chegar a generalizações tipologicamente

²⁰ A classificação genética das línguas indígenas deste trabalho segue a indicação de Rodrigues (2002).

significativas. A primeira etapa da comparação translinguística procura responder às seguintes perguntas:

1. Quais as diferenças e semelhanças no caso de construções específicas das estratégias em relação à categoria tipológica das línguas?
2. Há diversidade ou similaridade nas estratégias de relativização empregadas pelas línguas de mesma família?
3. Quais as regularidades encontradas, no grupo genético, quanto às funções sintáticas relativizadas?
4. Qual a relevância das funções semânticas para a relativização nas línguas em questão?

A segunda etapa de comparação translinguística procurou responder às mesmas questões, sem, no entanto, estar restrita às famílias de mesma origem. A comparação, nessa etapa, foi realizada com todas as línguas descritas.

É importante observar dois pontos em relação aos dados apresentados neste trabalho. O primeiro deles diz respeito à glosa dos exemplos. A glosa que aparece nos exemplos são as mesmas retiradas das obras de referência, sem mudança nas classificações apresentadas pelos autores de tais obras. No entanto, uma padronização de abreviações foi feita neste trabalho. Por exemplo: os afixos que marcam nominalizadores aparecem, nos textos originais das gramáticas consultadas, como NMLZR, NMLZ, NLZ, NOM, etc. Neste trabalho, todos eles aparecem como NMLZ. Ainda referente à glosa, nos casos em que as gramáticas estão escritas em inglês, é feita uma tradução livre dos exemplos utilizados para o português. Nos casos em que a gramática é escrita em português, o exemplo em português que consta neste trabalho é o fornecido pelo autor da gramática.

Levando em consideração que este trabalho se situa no âmbito da Linguística Funcional e não da Linguística Indigenista, é importante observar escolha da grafia dos nomes indígenas apresentada nesse trabalho. A grafia aqui presente é baseada na convenção

promovida pela Associação Brasileira de Antropólogos e Linguistas realizada em 1953, adotada não só por linguistas e antropólogos, mas também por indigenistas e missionários. Segundo Rodrigues (2002), essa convenção pretendeu dar fim às ambiguidades e confusões no uso desses nomes em estudos técnicos e não é, de maneira alguma, um desrespeito à língua portuguesa. Os principais pontos dessa convenção são: (i) os nomes dos povos e línguas indígenas são invariáveis, o que implica não apresentarem marcação de gênero ou número nessas palavras; (ii) os sons oclusivos são graficamente representados pelas letras *p b t d k g*; (iii) os sons fricativos pelas letras *f v s z x j*; (iv) as semiconsoantes, que não formam sílabas, pelas letras *y* e *w*.

2.2 Aspectos socioculturais das línguas indígenas

Nesta subseção, passaremos a fazer uma descrição de aspectos essenciais dos aspectos socioculturais das línguas e da comunidade de falantes, de acordo com as filiações genéticas descritas no quadro 2.

O Tronco Tupi é composto por sete famílias de línguas (Arikém, Jurúna, Mondé, Mundurkú, Ramaráma, Tupari e Tupi-Guarani) e por outras três línguas sem classificação (Awetí, Puruborá e Mawé), somando um total de 48 línguas e dialetos²¹. Dentre essas famílias de línguas que compõem este tronco, a mais estudada é a família Tupi-Guarani, família a qual pertence o tupinambá, a língua indígena mais conhecida pelos brasileiros.

O tupinambá, conhecido como tupi antigo ou simplesmente tupi, nome mais comum entre os leigos, foi a língua de contato entre colonizadores e índios no território brasileiro entre os séculos XVI a XVIII, quando, por um decreto de Pombal, a língua foi proibida de ser

²¹ Dados coletados de Rodrigues (2002)

falada, tamanha sua influência e utilização no território brasileiro. O tupinambá foi também uma das primeiras línguas a serem documentadas, sendo que sua descrição mais famosa, datada de 1595, foi a do padre jesuíta José de Anchieta²².

De fato, segundo Mattoso Câmara (1977), o primeiro contato entre os estudos ocidentais e as línguas brasileiras foi por meio de missionários, ainda no período colonial. Esses estudos tiveram influência na disseminação do tupinambá pelo Brasil como língua franca e também tiveram influência no desenvolvimento da pesquisa em linguística indígena ainda no século XX.

Ao chegar ao Brasil, os portugueses encontraram, primeiramente, os povos que viviam na costa brasileira, e os povos que ocupavam a região litorânea conhecida pelos colonizadores eram os tupi. As línguas tupi, muito semelhantes entre si, começaram, daí, a ser consideradas o modelo de língua nativa do Brasil. Um reflexo dessa crença de que o tupinambá é a língua, ou o protótipo, como chama Mattoso Câmara (1977), de língua indígena falada no território brasileiro está nos inúmeros nomes de cidades, de animais e de plantas, entre outros, provenientes do tupi que foram incorporados e ainda hoje pertencem ao vocabulário da língua portuguesa falada no Brasil.

Outro fato que colaborou para a grande disseminação do tupi foi sua característica fonológica, muito mais facilmente compreensível pelos portugueses que as demais línguas indígenas de outras famílias. De fato, os portugueses ignoraram as outras línguas faladas no Brasil, as línguas *tapúya* (“inimigo, bárbaro, em tupi), assim como os próprios tupi faziam. As outras línguas não tupi foram consideradas pelos colonizadores como “línguas travadas”, ou seja, difíceis de serem pronunciadas, se comparadas às línguas europeias conhecidas pelos portugueses.²³ Com o processo de colonização do Brasil e com a expansão das missões

²² ANCHIETA, J. *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: Antonio Mariz, 1595.

²³ É interessante notar que, segundo Mattoso Câmara (1977), não só os portugueses, mas também estudiosos provenientes de outros países se debruçaram especialmente sobre o estudo do tupi, além de considerar, em seus

jesuítas, foi muito importante o estudo das línguas aqui faladas. Além disso, o objetivo central dos missionários era a comunicação com os nativos a fim de catequizá-los na doutrina católico-cristã, ou seja, o conhecimento da língua era necessário para um fim prático, e não para se conhecerem os aspectos particulares da língua e da cultura desses povos. Como afirma Mattoso Câmara (1977), o conhecimento da língua indígena era um meio para se chegar ao objetivo desejado: a propaganda religiosa. Esse estudo prático com fins comunicativos específicos ajudou ainda mais na propagação do tupi como língua franca. Os aspectos particulares da língua foram deixados de lado e foi colocado em destaque a comunicação prática entre índios e portugueses, gerando assim uma sistematização simplificada da língua, feita com o fim específico da catequese. Assim, é natural que a língua tenha se expandido do uso do tupi para catequizar os índios para o uso da língua franca em outros contextos, como no comércio ou na exploração de mão-de-obra. É comum se pensar que no Brasil colônia, antes do decreto do Marquês de Pombal, grande parte da população (portugueses, índios de várias etnias, pessoas nascidas no território brasileiro, geradas muitas vezes pela união de europeus e índios, e estrangeiros que aqui moravam) falava a língua indígena, enquanto o português era falado apenas pelos portugueses que aqui moravam ou que aqui chegavam.

Outra característica dos estudos dos jesuítas foi a tentativa de enquadrar o tupinambá no modelo descritivo da época, a comparação com o latim. De fato, o ideal gramatical dessa época era a língua clássica latina, que era considerada “perfeita”. Assim, as demais línguas europeias que se originaram do latim eram descritas na tentativa de aproximá-las ao ideal latino. Assim foi feito com o tupinambá. Segundo Mattoso Câmara (1977, p. 102), “Da mesma sorte que se queria melhorar os costumes (...), a religião do índio, também se pretendia melhorar-lhe a língua”. Desse modo, a descrição do tupinambá acabou se distanciando da realidade linguística. Muitos sons foram simplificados, a categorização dos morfemas não

livros, que apenas as línguas tupi-guarani eram faladas no território brasileiro, desprezando-se, assim, uma grande variedade de línguas que aqui eram faladas.

segiu necessariamente a realidade da língua e o léxico, principalmente, foi afetado. Toda a semântica da língua, segundo Mattoso Câmara (1977), adaptou-se à visão ocidental.

No século XIX e início do século XX, o tupi continuou a ser o foco dos estudos de língua indígena. Mattoso Câmara se refere ao grupo que estudou grande parte do material coletado nos séculos anteriores como o grupo da “Filologia Tupi”. Há, no entanto, um primeiro interesse, nessa época, de alguns estudiosos por outras línguas, que não as tupi. Pode-se citar, por exemplo, Capristano de Abreu, que se debruçou sobre o estudo do kaxinawá (língua Páno). No século XX, por fim, se consolidou o interesse pelo estudo das línguas indígenas brasileiras em sua totalidade, não só restritas às línguas tupi.

De qualquer maneira, a tradição dos estudos em línguas indígenas começou com o estudo das línguas tupi e até hoje é sobre esse grupo de línguas que se tem mais informação. Neste trabalho serão analisadas cinco línguas do Tronco Tupi, sendo que quatro delas pertencem à família Tupi-Guarani:

Tronco Tupi		
Mundurukú	Mundurukú	(Crofts, 1973)
Tupi-guarani	Guajá	(Magalhães, 2007)
	Kaiwá	(Cardoso, 2008)
	Kamayurá	(Seki, 2000)
	Urubú-Kaapor	(Kakumasu 1986)

Quadro 3. Línguas do Tronco Tupi

É interessante notar que, enquanto a família Tupi-Guarani se estende a línguas faladas fora do território brasileiro, as demais línguas do Tronco Tupi situam-se exatamente nos limites do território brasileiro, entre o sul do Rio Amazonas e o Estado de Rondônia. Todas as línguas do Tronco Tupi presentes na amostra deste trabalho estão localizadas no território brasileiro.

A língua mundurukú faz parte da família linguística homônima e é uma das línguas que compõem o Tronco Tupi. Segundo Gomes (2006, p.1) são aproximadamente 10.000 os

falantes do mundurukú, que, estima-se, já tenha chegado a 40.000. Grande parte dos mundurukú vive na região do vale do rio Tapajós, no Pará. Pessoas dessa etnia são encontradas também na bacia do rio Madeira, no Amazonas, e na terra indígena Apiaká, no estado de Mato Grosso.

Segundo Magalhães (2007, p. 19), a população dos índios guajá é estimada entre 350 a 400 membros. Há certos grupos ainda isolados, ou seja, há índios da etnia guajá que não mantêm nenhum contato com outros índios ou não-índios. O povo guajá se situa ao noroeste do Estado do Maranhão, na região das terras Carú, Alto Turiaçu e Araribóia. A maioria dos guajá é monolíngue, e apenas alguns poucos membros falam português.

O kaiwá, por sua vez, é falado por índios que vivem na região do Estado do Mato Grosso do Sul, estimados em aproximadamente 18 mil pessoas, segundo Cardoso (2008).

A língua kamayurá é falada pelo povo homônimo que vive na região amazônica do Alto Xingu, nas imediações da lagoa Ypawu, no estado de Mato Grosso. A população dos índios kamayurá é de aproximadamente 300 habitantes²⁴ divididos em duas aldeias.

Por fim, segundo Kakumasu (1986), a língua urubú-kaapór é falada por aproximadamente 500 índios que vivem no estado do Maranhão, entre os rios Gurupí, Maracaçume, Paraúia e Turiaçu. Até os anos 70 do século XX, os índios urubu-kaapór viviam isolados, e menos de 5% dos habitantes eram bilíngues. Após essa década, devido à construção de uma rodovia nas proximidades da tribo, os índios começaram a ter mais contato com os não-índios.

Sobre o Tronco Macro-Jê, são menos claras as evidências para se considerar a existência deste agrupamento genético, se compararmos às evidências que levam à constituição do Tronco Tupi, segundo Rodrigues (2002). O Tronco Macro-Jê dispõe de um constituinte maior, a família Jê. As outras famílias linguísticas que constituem este

²⁴ Dados retirados de Seki (2000, p. 31).

agrupamento genético são Timbira, Kayapó, Maxakalí, Karajá, Botocudo e Boróro, além de contar com outras quatro línguas sem filiação genética, as línguas Guató, Ofayé, Rikbaktsá e Yatê.

O Tronco Macro-Jê é representado na amostra deste trabalho por apenas 3 línguas: boróro, apinayé e canela-krahô.

O boróro, segundo Crowell (1979), é falado por aproximadamente 500 pessoas no estado do Mato Grosso, na região sul. Os índios boróro vivem em três reservas ao longo do rio São Lourenço, administrada pela FUNAI. O contato com os não-índios é grande, mas os índios boróro preservam sua língua e seus aspectos culturais.

A língua apinayé, por sua vez, é falada por aproximadamente 1300 pessoas, que vivem na região do Planalto Central brasileiro, segundo Oliveira (2005).

Por fim, a língua canela-krahô é falada, segundo Popjes e Popjes (1986), com variações dialetais mínimas por três grupos distintos: os *'ramkokamekra canela*, que vivem na região de Barra do Corda, Maranhão, e que contam com aproximadamente 800 pessoas; os *apanjekra canela*, que moram a oeste dos ramkokamekra e contam com 350 indivíduos; e os *krahô*, que vivem na região norte de Goiás e que são aproximadamente 900 pessoas. Segundo Popjes e Popjes (1986, p. 128), não houve contato recente entre os krahô e os demais povos que falam a língua canela.

A família Karíb é um grupo genético de línguas cujos povos habitaram (e habitam ainda hoje) grande parte da costa norte da América do Sul e as pequenas Antilhas, espalhando-se pela Guiana Francesa, Suriname, Guiana, até a Venezuela. Esses povos tiveram, séculos atrás, grande contato com colonizadores europeus, e, por isso, tornaram-se muito mais conhecidos do que outros povos que viviam no interior do continente. Segundo Rodrigues (2002), a situação dos povos Karíb é bem similar à dos povos Tupi: ficaram

conhecidos como sendo o modelo de índio e protótipo de língua indígena falada na América do Sul (com exceção do Brasil).

Já a família Karíb conta com 21 línguas em seu grupo genético, faladas não só no Brasil, mas também na região das Guianas. No Brasil, essas línguas são faladas ao norte do Rio Amazonas até o Oeste do Estado de Roraima.

Neste trabalho, a família Karíb está representada por cinco línguas: apalaí, hixkaryána, ingarikó, makuxí e waiwái.

Os falantes da língua apalaí vivem na região dos rios Maicuru, Paru e Jari, no Estado do Pará. Segundo Koehn e Koehn (1986), existem aproximadamente 350 falantes dessa língua. Ainda segundo os autores, a proximidade entre os apalaí e os índios wayana criou uma integração entre essas duas tribos. Entretanto, apesar da proximidade e de o material cultural serem indistinguíveis, a língua permaneceu intacta.

A língua hixkaryána é falada por alguns grupos localizados próximos aos rios Nhamundá e Mapuera, ao norte do Brasil. Esses grupos contam com cerca de 350 falantes, segundo Derbyshire (1979).

Já a língua ingarikó é falada, no Brasil, por aproximadamente 800 indivíduos, segundo os dados de Souza Cruz (2000, *apud* SOUZA CRUZ, 2005, p. 22). A área indígena dos ingarikó fica localizada nas montanhas de Pacaraima, tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana, a aproximadamente 450 quilômetros de Boa Vista, em Roraima. A região é banhada pelos rios Panari, Wailhã e Cotingo.

A língua makuxí, por sua vez, é falada por aproximadamente 15 mil índios que vivem na região entre os rios Rupununi (Guiana) e Cotingo e Surumu em Roraima, até algumas regiões da Venezuela, segundo Abbott (2001). Muitos índios são bilíngues (além do makuxí, falam português ou inglês) e em algumas regiões de fronteira encontram-se alguns índios trilíngues.

Finalmente, existe em torno de 1.800 falantes de waiwái, sendo a maioria bilíngue ou até trilingue, segundo Hawkins (1998). Os waiwái estão espalhados, no Brasil, pelas regiões dos rios Mapuera, no Estado do Pará, e Jatapuzinho, no Estado de Roraima. Na Guiana, vivem na região do Alto Essequibo, e em Suriname. Alguns índios vivem com o povo hixkaryána, na região do rio Nhamundá. Há poucos falantes fluentes da língua waiwái. A maioria desses índios fala português (os que moram no Brasil), inglês (os que moram na Guiana) ou ainda holandês (os que moram em Suriname).

As línguas que formam a família Páno, por sua vez, são faladas ao sul do Amazonas, na Bolívia e no Peru, segundo Rodrigues (2002). Essa família conta com 14 línguas e é uma das mais numerosas dessa área. Um dos estudos mais famosos feitos de línguas dessa família foi o do kaxinawá, feito por Capistrano de Abreu (1914)²⁵. As línguas Páno são muito estudadas da América espanhola. No Brasil, contudo, são poucos os trabalhos com essas línguas, sendo o de Abreu o mais importante até os dias de hoje.

A família Páno está representada no *corpus* dessa pesquisa pelas línguas karipúna-creole, matís e shanenawa.

O povo que fala a língua katukína é conhecido como shanenawa, cujo nome é composto por *shane* ‘espécie de pássaro de cor azul’ e *nawa* ‘estrangeiro’. Esse povo vive no Estado do Acre, nas proximidades do município de Feijó, em quatro comunidades diferentes: Paredão, Cardoso, Nova Vida e Morada Nova. Os dados quanto ao número de índios dessa tribo são controversos: segundo os dados de Cândido (2004), há aproximadamente 250 índios vivendo apenas na comunidade Morada Nova. Já a FUNAI afirma que, ao todo, são aproximadamente 356 índios que compõem essa etnia.

Por sua vez, os índios matís vivem na região do igarapé rio Branco. São essencialmente monolíngues e contam com aproximadamente 262 indivíduos. Segundo

²⁵ ABREU, João Capistrano. *Rã-txa hu-ni-ku-i: a língua dos caxinauás do rio Ibuacú, afluente do Murú (prefeitura de Tarauacá)*. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1914.

Ferreira (2005), apesar de as línguas matís e matsés serem bem próximas, são línguas diferentes quando observadas em seu inventário lexical e gramatical.

A família Aruák ou Arawák (que não é a mesma que a Arawá), é o nome de uma língua falada na região que vai das Guianas até a Venezuela, conhecida também como Lokono (RODRIGUES, 2002, p. 65).

Segundo Rodrigues (2002), são pouco conhecidos os detalhes das relações entre as línguas dessa família. Apesar dos vários estudos sobre línguas dessa família produzidos nos últimos anos, no Brasil e em outros lugares do mundo, ainda não houve trabalhos comparativos para determinar quais as relações de parentesco entre elas.

As línguas que representam a família Aruák neste trabalho são: apurinã, warekéna e tariána.

Os falantes do apurinã estão localizados na região a oeste da Amazônia brasileira, ao longo do rio Purus, nos estados do Amazonas e Acre. Segundo Facundes (2000), há aproximadamente duas mil pessoas dessa etnia, mas apenas 30% delas ainda falam apurinã.

A língua warekéna, por sua vez, é usada por um número reduzido de falantes em nove comunidades próximas ao Rio Xié, um dos afluentes do Rio Negro: Vila Nova, Campinas, Yuku, Nazaré, Kumati-cachoeira, Tonu, Umaritiwa, Tokana e Anamoim. Segundo Aikhenvald (1988), todos os falantes dessa língua são bilíngues (falam também nheengatu) e não empregam a língua Warekéna na comunicação diária. Muitos índios também falam espanhol, português e baniwa do içana ou kurripako, o que pode estar contribuindo para que warekéna seja considerada uma língua praticamente em extinção.

Por fim, o tariána, é a única língua Aruák falada na área do rio Vaupés, que fica próximo ao Alto Rio Negro, na Amazônia brasileira. Todas as outras línguas faladas na região são da família Tukáno. Sendo assim, o contato com essas línguas e a conseqüente influência

delas no tariana é inevitável. São aproximadamente 100 os falantes dessa língua, segundo Aikhenvald (2003).

A família Arawá, por sua vez, é composta por línguas que, segundo Rodrigues (2002), são muito parecidas. As línguas dessa família são faladas nas áreas que vão do Amazonas ao Acre, nas proximidades de vários rios da região, como o Purus e o Juruá. Menos numerosa do que a família Aruák, a família Arawá conta com sete línguas em seu agrupamento genético. Neste trabalho, serão analisadas as línguas jarawára e paumarí.

A língua jarawára é falada por aproximadamente 170 índios que vivem na região do rio Purus, na Amazônia Brasileira, segundo Dixon (2004). Já a tribo dos índios paumarí está localizada no estado do Amazonas e se divide em três grupos principais: o grupo do Rio Purus, o do Rio Ituxi e o do Rio Tapauá. Ao todo, são 520 falantes dessa língua, segundo Chapman (1991). São poucas as diferenças dialetais entre os referidos grupos, sendo que a principal delas diz respeito ao vocabulário.

Segundo Rodrigues (2002), são seis as línguas pertencentes à família Makú: bará, guaríba, nadéb, yahúp, húpda e dâw, também conhecida como kamã. Nesta pesquisa, a família Makú será representada pelas línguas húpda e dâw. A proximidade genética entre as línguas Makú é controversa e, além disso, não há muitos estudos que tratam do assunto.

A língua húpda é falada por aproximadamente 1500 índios que vivem na fronteira entre Brasil e Colômbia, no estado do Amazonas. Na parte brasileira, a região habitada por eles, conhecida como “Cabeça de cachorro”, é delimitada ao sul pelo rio Tiquié, ao norte pelo rio Papuri e a leste pelo rio Vaupé, segundo Epps (2005). Essa região compreende cerca de 5400 km². Algumas características dessa língua, principalmente algumas inovações, devem-se ao contato com os índios tukano que vivem a leste da região húpda.

Já os falantes da língua dâw formam um grupo de aproximadamente 94 índios, que vivem no Estado do Amazonas, à margem direita do rio Negro, na região conhecida como

Alto do rio Negro (MARTINS, 2004). Essa comunidade conhecida como Waruá fica próxima à cidade de São Gabriel da Cachoeira. Sobre os aspectos sociolinguísticos, todos os dâw tem a língua homônima como língua materna e muitos deles são fluentes em outros idiomas (os mais velhos também falam nheengatu, enquanto os mais jovens falam português). As crianças têm uma escola especial, em que são alfabetizadas primeiramente em dâw, depois em português. Segundo Martins (2004), a escrita da língua dâw já é utilizada fora da escola, no contexto da comunidade.

A família Nambikwára, que se situa exclusivamente no território brasileiro, do norte do Estado do Mato Grosso até o sul de Rondônia, compreende três línguas: o sabanê, o nambikwára do norte e o nambikwára do sul. Tanto o nambikwára do norte quanto o do sul dispõem de vários dialetos. As representantes da família Nambikwára nesta pesquisa são a língua nambikwára (do sul) e a língua sabanê.

Os índios nambikwára, de acordo com Kroeker (2003), vivem no Centro-Oeste brasileiro, na região do rio Guaporé e nos afluentes ocidentais do rio Jurena. O povo nambikwára é composto por diversos grupos, cada um conhecido por seu próprio nome e falante de uma variedade da mesma língua. A população nambikwára é de aproximadamente 900 índios.

O povo sabanê, por sua vez, vive em duas áreas distintas no Estado de Rondônia e é constituído por aproximadamente 300 falantes, segundo Araújo (2004).

Por sua vez, a família Tukáno se divide em dois ramos: o Tukáno Ocidental e o Tukáno Oriental. No primeiro grupo estão índios que vivem no Peru, no Equador e na Colômbia, mas não no território brasileiro. Já os falantes do segundo grupo vivem na região entre a Colômbia e o Brasil, sobretudo ao longo do rio Vaupés. A família tukáno conta com 14 membros entre línguas e dialetos.

Nesta pesquisa, a família tukáno é representada pela língua homônima. A tribo tukáno é também conhecida como a tribo dos *ye'pâ-masa*. Situada no território da bacia do rio Vaupés-Caiari, na fronteira do Brasil com a Colômbia, o povo tukáno conta com aproximadamente 2.635 falantes. No entanto, como essa língua foi adotada como língua franca por falantes de outros grupos da mesma família, o número de falantes dessa língua ultrapassa muito o número dos membros da tribo: são cerca de 10.000 falantes tukáno atualmente, se forem contados falantes do lado brasileiro e do lado colombiano, segundo Ramirez (1997).

As línguas yanomámi que antigamente eram conhecidas como xiriána ou xirianá, segundo Rodrigues (2002), são muito próximas. Apesar de localizadas numa grande área geográfica, do extremo norte do Brasil e ao Estado do Amazonas, até à Venezuela, as línguas yanomámi são apenas quatro. Nesta pesquisa, a família Yanomámi é representada pela língua sanumá.

A língua sanumá é falada por aproximadamente 2.000 pessoas, mas apenas 500 delas vivem em solo brasileiro, de acordo com Borgman (1990). O restante pertence ao grupo que vive na Venezuela. Os índios sanumá são em sua maioria monolíngues. A tribo sanumá se localiza, no Brasil, na região do rio Auaris, e na Venezuela, na região dos rios Matakuni, Ventuari, Caura e Erbato.

A família Múra, também conhecida como Múna, situa-se no interior do território brasileiro. São apenas duas as línguas pertencentes a esta família: o múra e o pirahã. As línguas da família Múra são tonais, assim como as das línguas nambikwára. De fato, a região em que essas duas famílias estão localizadas é bem próxima.

A língua pirahã é a representante da família Múra nesta pesquisa. Essa língua conta atualmente com aproximadamente 110 falantes, segundo Everett (2002). A tribo se situa na região do rio Maici, no Estado do Amazonas. Os pirahã, apesar da proximidade com

seringueiros, com moradores da região e mesmo com outras tribos, são um povo quase totalmente monolíngue.

A família Txapakúra, uma das famílias mais desconhecidas das línguas faladas no Brasil, é composta por três as línguas: warí, tora e urupá. Nesta pesquisa, a língua warí é a representante da família Txapakúra.

Warí é o termo adotado por Everett e Kern (1997) para designar a língua indígena como um todo ou a todos os subgrupos dessa língua. A gramática de Everett e Kern (1997) que serve de referência para esta pesquisa, no entanto, descreve um dialeto específico, conhecido por *oro warí*.

A língua karipúna-creole é uma língua crioula falada por índios que se situam no norte do território do Amapá, próximo à fronteira com a Guiana Francesa, segundo Tobler (1983). Originalmente, esses índios habitavam uma região do Pará e falavam uma língua Tupi; posteriormente, mudaram-se para a Guiana Francesa, onde começaram a falar o Creole. Tempos depois, fixaram-se às margens do Rio Curipi e, hoje, moram em vilas ou em pequenos agrupamentos de casas ao longo desse rio. Algumas palavras do português já foram incorporadas a essa língua, em virtude da integração com os brasileiros.

Por fim, a língua kwazá é falada por aproximadamente vinte e cinco pessoas que habitam a reserva indígena de Tubarão-Latundê, situada às margens do rio Apediá ou Pimenta Bueno a sudeste do estado de Rondônia. Segundo Voort (2003), a língua kwazá está altamente ameaçada de extinção. O kwazá é uma língua que ainda não foi classificada geneticamente. Línguas desse tipo são consideradas línguas isoladas.

CAPÍTULO 3

A RELATIVIZAÇÃO NAS LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS

3.1 Considerações Iniciais

Neste capítulo são analisadas as línguas indígenas que fazem parte do *corpus*, organizadas por troncos e famílias. Vale lembrar, aqui, que troncos são agrupamentos que envolvem famílias linguísticas com características genéticas semelhantes, enquanto as famílias são agrupamentos que envolvem línguas geneticamente próximas.

A análise das línguas é feita, neste capítulo, a partir dos pressupostos da HA de Keenan e Comrie (1977), ou seja, são analisadas, primeiramente, as funções sintáticas acessíveis à relativização. Levando em consideração as críticas de Dik (1997) e, portanto, os pressupostos teóricos descritos no Capítulo 1 deste trabalho. São analisadas, oportunamente, as funções semânticas acessíveis à relativização. Outras questões relevantes, como a relativização em relação à categoria tipológica das línguas também são apontadas oportunamente.

3.2 O Tronco Tupi

A análise das línguas do Tronco Tupi mostra algumas regularidades típicas de línguas da mesma origem. Todas as línguas dessa amostra têm a nominalização como estratégia de relativização. A nominalização é realizada, em todas as línguas, por meio do acréscimo de um afixo nominalizador a uma raiz verbal. A maioria das línguas, salvo o kaiwá, dispõe de relativas sem núcleo. Além disso, a maioria das línguas dispõe de relativas pós-nominais,

havendo apenas no kamayurá e no guajá a possibilidade de se construir relativas pré-nominais. Não há casos de relativas de núcleo interno.

A relativização em mundurukú é realizada por meio da presença do morfema *iat* próximo ao verbo da oração subordinada, como se vê em (3.01). Nessa língua, as relativas são pós-nominais.

(3.01) Mundurukú (GOMES, 2007, p.1)

ayacat **o'ajêm** **iat** bio o'=t-akat kise-m
mulher 3Sa=chegar NMLZ anta 3Sa=R2-cortar faca-INS
A mulher que chegou cortou a anta com a faca.

No guajá, as orações relativas são formadas por meio dos afixos nominalizadores **-(a)há(r)**, **-imi**, **-(i)pýr**, e **-ma'á**²⁶. São exemplos de relativas formadas com esses afixos (3.02), (3.03), (3.04) e (3.05), respectivamente. As orações relativas em guajá, em geral, são do tipo pós-nominal. Há, no entanto, uma ocorrência de relativa pré-nominal nos exemplos neste trabalho estudados: o caso de (3.04).

(3.02) Guajá (MAGALHÃES, 2007, p.218)

nijã ari-rú ni=Ø-ma'ẽ-a **aviãw** **Ø-pepe-hár-a?**
você 2-trazer 2=R1-coisa-N avião R1-dentro-NMLZ-N
Você trouxe a coisa (a mochila) que você usa pra viajar de avião?

(3.03) Guajá (MAGALHÃES, 2007, p.218)

a'é kawá Ø-rukú tá, **ha=r-imi-ru-kér-a**
DEM vasilha 3-ficar PROJ 1=R1-NMLZ-RETR-N
Ele vai ficar com a vasilha que eu trouxe.

²⁶ Na verdade, segundo Magalhães (2007), há um quinto afixo nominalizador: **-(a)há**. No entanto, não há nenhum exemplo de relativização com esse sufixo.

(3.04) Guajá (MAGALHÃES, 2007, p.218)

Ø-jũ-pýr-a tapi'ír-a, Ø-manũ ahá
R2-flechar-NMLZ-N anta-N 3-morrer CTF

A anta que foi flechada morreu (indo).

(3.05) Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 216)

jahá karaf'ýr-a **i-'ĩ-ý-ma'á-Ø** a-xá
eu criança-N R2-dizer-NEG-NMLZ-N 1-ver

Eu vi a criança que não fala.

No kawaiá, a relativização envolve o uso do nominalizador **waʔekwe**, como pode ser observado no exemplo (3.06) a seguir:

(3.06) Kaiwá (CARDOSO, 2008, p. 157)

ɲaɲwarete raʔi **a-i-pihi** **waʔe-kwe** o-kaɲã
onça filho 1.SG.A-DIR-agarrar NMLZ-PST 3.Sa-fugiu
O filhote de onça, que eu agarrei, fugiu.

No kamayurá, os nominalizadores utilizados para a construção das relativas dependem da função sintática desempenhadas, na relativa, pelo elemento relativizado. Desse modo, são sete os afixos nominalizadores: **-tat** “agentivo”; **-tap** “nome de ação/estado”; **-emi** “nome de paciente/objeto”; **-ipyt** “nome paciente”; **-ama'e** “nome atributivo”; **-uma'e** “nome atributivo negativo” e **wat** “nominalizador de circunstância”. Em (3.07), exemplifica-se a relativização com **emi-**, o único prefixo entre os nominalizadores, que marca a nominalização de Objeto Direto.

(3.07) Kamayurá (SEKI, 2000, p. 180)

je=r-yke'yr-a w-etsak kye'i-a **ne=r-emi-ekar-er-a**
 1SG=R-irmão- NUC 3-ver faca- NUC 2SG=R-NMLZ-procurar-PST-NUC

Meu irmão viu a faca que você estava procurando.

O urubú-kaapór, por sua vez, dispõe de apenas um nominalizador que forma relativas: **me'ẽ ke**, como pode ser observado em (3.08). É possível que o **ke**, de **me'ẽ ke** seja otimido, sem nenhuma diferença de significado. Há ainda um outro nominalizador na língua, **-har**, que nominaliza advérbios e posposições, mas não forma orações relativas. Nessa língua, as relativas são pós-nominais.

(3.08) Urubú-Kaapór (KAKUMASU, 1986, p. 375)

wasai **kaitã** **we-rur** **me'ẽ** ihẽ a-kamyryk
 açai Caetano 3-bring NMLZ I 1SG-knead

I kneaded the açai fuit that Caetano brought.

Eu amassei o açai que Caetano trouxe.

No tocante às funções sintáticas, as línguas do Tronco Tupi se comportam de maneira semelhante. Na relativização em mundurukú, segundo Gomes (2007, p. 1), o Sujeito e o Objeto Direto não recebem marcação de caso. Portanto, quando o item relativizado desempenhar uma dessas funções sintáticas na oração matriz, o morfema nominalizador **iat** mantém sua forma principal. No entanto, quando a função sintática desempenhada na oração matriz pelo item relativizado tiver marca de caso ou então for um Sintagma Posposicionado, esse Sintagma ou a posposição são também marcados para caso na oração relativa por meio de fixação da posposição/marca correspondente ao morfema nominalizador, como pode ser visto em (3.09) e (3.10). As nominalizações resultantes se comportam tipicamente como um nome, visto que podem receber marcação de caso, ser objeto de posposições e participarem de retomadas fóricas, além de serem usados, nessas construções, processos de morfologia

nominal. O exemplo (3.09) traz um caso de relativização de Zero e (3.10), de Agente, no tocante às funções semânticas.

(3.09) Mundurukú (GOMES, 2007, p. 2)

wida ayacat o'=y-aoka ag̃oka be
onça mulher 3Sa=R2-matar aldeia POSP

Katõ i-ka-butet iat pe
Katõ R2-aldeia-chamar.se NMLZ POSP

A onça matou a mulher na aldeia que se chama Katõ.

(3.10) Mundurukú (GOMES, 2007, p. 2)

wamõat i-taybit wida-m **ayacat o'=y-aoka ia-n**
pajé R2-saber onça-INS mulher 3Sa=R2-matar NMLZ-INS

O pajé sabe da onça que matou a mulher.

As funções sintáticas relativizadas em mundurukú são Sujeito, como nos exemplos anteriores, e Objeto Direto, em (3.11), no qual o item relativizado funciona semanticamente como Paciente.

(3.11) Mundurukú (GOMES, 2007, p. 2)

puy Ø-bu **ayacat o'=su-bu-aoka iat** i-bu-pakpak
cobra R1-CLF mulher 3Sa=R2-CLF-matar NMLZ R2-CLF-ser.vermelho

A cobra que a mulher matou é vermelha.

No guajá, é possível a relativização de Sujeito (3.12) e Objeto Direto (3.13). Nos dois casos, a função semântica relativizada é Paciente.

(3.12) Guajá (MAGALHÃES, 2007, p.218)

Ø-jũ-pýr-a tapi'ír-a, Ø-manũ ahá

R2-flechar-NMLZ-N anta-N 3-morrer CTF

A anta que foi flechada morreu (indo).

(3.13) Guajá (MAGALHÃES, 2007, p.218)

a'é kawá Ø-rukú tá, **ha=r-imi-ru-kér-a**

DEM vasilha 3-ficar PROJ 1=R1-NMLZ-RETR-N

Ele vai ficar com a vasilha que eu trouxe.

No kaiwá, a relativização de S corresponde à relativização apenas de Sa. De acordo com Dixon (1979; 1994 *apud* SEKI, 2000, p. 123) os símbolos Sa, So, A e O indicam os papéis sintático-semânticos associados ao SN. Desse modo, So simboliza o Sujeito de verbo intransitivo com traços de [-volição] e [-controle], Sa é o Sujeito de verbo intransitivo com traços de [+volição] e [+controle], A é o sujeito de verbo transitivo e O é o Objeto e uma oração transitiva.

Segundo Cardoso (2008), os dados de sua pesquisa de doutorado não foram suficientes para a verificação da existência de relativização de So. Em (3.14) encontra-se o exemplo fornecido pela autora da relativização de Sa, em que o prefixo **o-** indicador de terceira pessoa ativa se fixa ao verbo **ho** “ir” que é nominalizado por **wa?ekwe**.

(3.14) Kaiwá (CARDOSO, 2008, p.156)

o-ɲwãhẽ pětē?ĩ kũnũ'mĩ ko **o-ho wa?ε-kwε mo?ero-ɲwi**

3.Sa-chegar um menino este 3.Sa-ir NMLZ-PST escola-LOC

Chegou o menino que foi para a escola.

Há também a relativização de A em kaiwá (3.15):

(3.15) Kaiwá (CARDOSO, 2008, p. 157)

kũjmaʔe o-i-nũpã o-Ø-ɲuka moɲ-pe
 homem 3.A-DIR-bater 3.A-DIR-matar cobra-ACC

o-i-suʔu waʔe-kwe kũnũ'mĩ-pe

3.A-DIR-picar NMLZ-PST menino-ACC

O homem bateu e matou a cobra que mordeu o menino.

Na relativização de O no exemplo (3.16), o verbo transitivo **pihi** “agarrar” vem sufixado com o nominalizador **waʔekwe**. A função semântica relativizada é Paciente.

(3.16) Kaiwá (CARDOSO, 2008, p. 157)

ɲaɲwarete raʔi **a- i- pihi** **waʔe-kwe** o-kaɲã
 onça filho 1.SG.A-DIR-agarrar NMLZ-PST 3.Sa-fugiu
 O filhote de onça que eu agarrei fugiu.

Em (3.17) há um exemplo de relativização de Oblíquo. Nessa relativização, a partícula nominalizadora vem precedida do pronome interrogativo **ki** e seguida pela posposição indicadora de caso semântico comitativo **niwe**.

(3.17) Kaiwá (CARDOSO, 2008, p. 157)

ʃe a- h- eʃa pe kũjmaʔe **ki -waʔe niwe nere-ɲẽʔẽ**
 eu 1.SG-DIR-ver este homem quem-NMLZ COMIT 2.SG.Sa-falar
 Eu vi o homem com quem você falou.

O kamayurá, como dito anteriormente, dispõe de relativização diferente a depender da função sintática desempenhada pelo elemento relativizado. A língua kamayurá, assim como a

língua kaiwá, é do tipo Ativo-Estativa. A relativização de Sujeito é dividida nas subcategorias So, Sa e A. Como se percebe, há, nessa língua, uma classificação sintático-semântica, que influencia a construção de orações relativas.

Na relativização de S (seja So ou Sa), utilizam-se três sufixos nominalizadores: -**ama'e**, -**uma'e** e -**ipyt**²⁷. O item relativizado nesse caso é representado na oração relativa por prefixos pronominais. Na relativização com **ama'e** e **uma'e**, a distinção entre Sa e So é marcada pelos prefixos -**o**, que codifica Sa em verbos ativos, como em (3.18) e -**i**, que codifica So junto a verbos descritivos e alguns verbos ativos, como em (3.19).

(3.18) Kamayurá (SEKI, 2000, p. 179)

a-etsak kunu'um-a **o-je'e η -uma'e-a**
 1SG-ver menino- NUC 3-falar-NMLZ-NUC
Eu vi o menino que não fala (porque é calado).

(3.19) Kamayurá (SEKI, 2000, p. 179)

a-etsak kunu'um-a **i-je'eη-uma'e-a**
 1SG-ver menino- NUC 3-falar- NMLZ-NUC
Eu vi o menino que não fala (porque é mudo).

O sufixo -**ipyt** funciona como desagativizador e acarreta a mudança de O para So quando anexado a verbos transitivos. A codificação do papel de So vem marcado pelo prefixo -**i**. Segundo Seki (2000, p. 179), uma evidência desse processo é o fato de o radical nominalizado com esse sufixo ser incapaz de co-ocorrer com um Nominal em função de A, o que seria possível se a posição relativizada correspondesse a O. Exemplifica-se, em (3.20), a relativização com -**ipyt**:

²⁷ Em kamayurá, esses afixos, assim como os outros nominalizadores, sofrem mudanças na forma de acordo com o contexto fonológico em que aparecem. Por exemplo: -**pyr** é alomorfe de -**ipyt**.

(3.20) Kamayurá (SEKI, 2000, p. 179)

o-yk akawama'e-a **i-mono-pyr-er-a** posto **katy**
 3-chegar homem-NUC 3-enviar-NLMZ-PST-NUC posto AL²⁸

Chegou o homem que foi enviado ao posto.

Na relativização de A, o verbo transitivo recebe o nominalizador **-tat**, como em (3.21).

(3.21) Kamayurá (SEKI, 2000, p. 179)

akawama'e-a o-juka wyrapy-a kunu'um-a **pyhyk-ar-er-a**
 homem-NUC 3-matar gavião-NUC menino-NUC pegar-NMLZ-PST-NUC

O homem matou o gavião que pegou o menino.

AAs

As funções semânticas relativizadas por So no exemplo (3.18) é Zero e em (3.20) é Paciente, enquanto Sa e A relativizam Agente.

A relativização de Objeto Direto, como dito anteriormente, é a única realizada por um prefixo, como se pode ver no exemplo (3.07) anteriormente citado, em que a função semântica relativizada é Paciente.

O Objeto Indireto em kamayurá é expresso por uma locução posposicional, o que torna seu comportamento semelhante ao de outros oblíquos. O sufixo nominalizador nesse caso é **-tap**. Em (3.22) há um caso de relativização de OI:

(3.22) Kamayurá (SEKI, 2000, p. 180)

a-etsak akawama'e-a **kunu'um-a ywyrapar-a me'eη-wa-er-a**
 1SG-ver homem-NUC menino-NUC arco-NUC dar-NMLZ-PST-NUC

Eu vi o homem a quem o menino deu o arco.

A relativização de Oblíquo é bem parecida: adiciona-se o sufixo **-tap**, que pode sofrer alomorfa, a uma raiz verbal. No entanto, a oração relativa de Oblíquo perde a posposição

²⁸ Seki (2000) não fornece o significado das abreviações AL, AT, AF, FM e FS.

típica dessa função. Os dois exemplos encontrados na gramática de Seki (2000) dizem respeito à relativização de Locativo, como em (3.23), e Instrumento, em (3.24)²⁹. Além disso, Seki (2000, p. 181) afirma não existir em kamayurá relativização de Tempo. Segundo Seki (2000, p. 185), a relativização de Oblíquo ocorre frequentemente sob a forma de relativas sem núcleo (cf. exemplo (3.25)) e, nesse caso, as relativas vêm associadas a posposições.

(3.23) Kamayurá (SEKI, 2000, p. 181)

hok-a **i-jo-taw-er-a** o-kaj (*i-jo-taw-er-a wi)
 casa-NUC 3-vir-NMLZ-PST-NUC 3-queimar
A casa de onde ele saiu queimou.

(3.24) Kamayurá (SEKI, 2000, p. 181)

ywyra moĩ-a **juka-ta-er-a** t-uwijap (*...juka-taw-er-a pupe)
 pau cobra matar-NMLZ-PST-NUC 3-grande
O pau com que ele matou a cobra é grande.

(3.25) Kamayurá (SEKI, 2000, p. 185)

a'e-a n=o-kwahaw-ite **je=o-taw-er-a** **wi**
 esse-NUC NEG=3-saber-NEG 1SG-ir-NMLZ-PST-NUC ABL
Ele não sabe [o lugar] de onde eu vim.

Nas relativas de Genitivo, o núcleo da locução genitiva (o possuído) ocorre como constituinte da construção subordinada, enquanto o possuidor constitui o núcleo da relativa, que vem representado por um prefixo relacional. O verbo da relativa recebe o nominalizador adequado à função do SN núcleo da subordinada, como pode ser observado em (3.26):

²⁹ **wi** e **upe** são posposição próprias de ablativo e instrumento, respectivamente.

(3.26) Kamayurá (SEKI, 2000, p. 181)

jarawar-a **t-a'yr-a** **je=r-emi-pyhyk-er-a** o-jewaem
 onça-NUC 3-filho-NUC 1SG=R-NMLZ-pegar-PST-NUC 3-fugir
A onça cujo filhote eu peguei fugiu.

Outra estratégia de relativização de Genitivo em kamayurá é a incorporação do item possuído ao verbo, que recebe o nominalizador e os marcadores de pessoa apropriados à função do item possuído na relativa (SEKI, 2000, p. 182):

(3.27) Kamayurá (SEKI, 2000, p. 182)

jawewyr-a **je=r-emi-atsĩ-ok-er-a** o-manõ
 arraia-NUC 1SG=R-NMLZ -esporão-arrancar- PST-NUC 3-morrer
A arraia cujo esporão eu arranquei morreu.

Seki (2000, p. 182) afirma que a relativização na posição de Objeto de Comparação é formada diferentemente das outras relativas. Além do verbo nominalizado, a relativa conta com a posposição **wite** “comparativo”, que também é, por sua vez, nominalizada com **wat**, como pode ser observado em (3.28):

(3.28) Kamayurá (SEKI, 2000, p. 185)

tyruher-a e-mepy je=upe **ne=r-emi-mepy-her-a**
 vestido-NUC 2SG-comprar 1SG=DAT 2SG=R-NMLZ-comprar-NUC
wite=war-a i-upe
 COMPV=NMLZ-NUC 3-DAT

“Compre um vestido para mim igual ao que você comprou para ela.”

A relativização em urubú-kaapór, por fim, ocorre nas funções de Sujeito, Objeto e Oblíquo nessa língua. Em (3.29), (3.30) e (3.31) encontram-se exemplos de relativização

dessas três funções sintáticas. As funções semânticas relativizadas são Zero, Paciente e Locativo, respectivamente.

(3.29) Urubú-Kaapór (KAKUMASU, 1986, p. 375)

amõ ahy me'ẽ ta ke tur
 another pain NMLZ PL FOC 3 come
 Others who were sick came.

Os outros que estavam doentes vieram.

(3.30) Urubú-Kaapór (KAKUMASU, 1986, p. 375)

wasai **kaitã we-rur me'ẽ ihẽ** a-kamyryk
 açai Caetano 3-bring NMLZ I 1SG-knead
 I kneaded the açai fuit that Caetano brought.

Eu amassei o açai que Caetano trouxe.

(3.31) Urubú-Kaapór (KAKUMASU, 1986, p. 375)

a'engi ko a-mbor a-rur **akaju'y**
 from there here 1SG-throw 1SG-bring cashew

kaitã mondok me'ẽ ke pe
 Caetano 3+cut NMLZ to

From there I threw (it) down here, to where Caetano cut down the cashew tree.

Eu arremessei isto de lá, de onde Caetano derrubou o cajueiro.

Ao se compararem as funções sintáticas relativizadas nas línguas desse tronco, é importante notar que a relativização de Objeto Indireto é problemática. Observe o quadro 4 a seguir.

FUNÇÕES SINTÁTICAS RELATIVIZADAS						
	S	OD	OI	Obl	Gen	OComp
Kamayurá	+	+	+	+	+	+
Mundurukú	+	+	-	-	-	-
Kaiwá	+	+	-	+	-	-
Urubú-Kaapór	+	+	-	+	-	-
Guajá	+	+	-	-	-	-

Quadro 4. Funções sintáticas relativizadas nas línguas do Tronco Tupi

Das cinco línguas desse agrupamento genético, uma relativiza todas as funções sintáticas da HA, duas línguas têm seu ponto de corte na função de Oblíquo e duas no Objeto Direto. Das três línguas que relativizam graus mais baixos da hierarquia, apenas uma, a kamayurá, dispõem de relativização de Objeto Indireto.

O estatuto da função de Objeto Indireto em Urubú-Kaapór por si só é duvidoso. Não há informações na gramática que permitam estabelecer se essa função é relevante para a língua.

No kaiwá, no entanto, o Objeto Indireto é uma função relevante. Cardoso (2008) entende o Objeto Indireto como um argumento oblíquo marcado pela posposição **supe**, que marca acusativo e dativo em predicados trivalentes. Sendo assim, há Objeto Indireto na língua, mas seu estatuto não é independente: ele vem marcado com o mesmo morfema de Objeto Direto em um tipo específico de predicado. Desse modo, em kaiwá, o Objeto Indireto é codificado de forma semelhante ao Objeto Direto. Por um lado, talvez esse motivo justifique a impossibilidade de se relativizar diretamente essa função. Por outro lado, não houve nenhum caso nos exemplos em que um argumento com função de Recipiente fosse relativizado, justificando a hipótese de que se a função sintática não estiver acessível, a função semântica poderá ser relativizada.

É importante notar, também, que a função de Sujeito sofre influência semântica na acessibilidade às relativas em duas línguas desse Tronco: o kamayurá e o kaiwá. Ambas as línguas são do tipo Ativo-Estativa e relativizam Sa, So e A diferentemente.

3.3 O Tronco Macro-Jê

As línguas que neste trabalho representam o Tronco Macro-Jê dispõem de menos características que as liguem geneticamente, em termos de estratégia de relativização, do que as línguas do Tronco Tupi. No Macro-Jê, cada língua representada dispõe de estratégias diferentes: o boróro constrói relativas por meio da estratégia da lacuna. O apinayé, por sua vez, se utiliza de duas estratégias de relativização diferentes, não-redução e nominalização, a depender da função relativizada. Já a língua canela-krahô se utiliza da estratégia do pronome relativo. O quadro 5 a seguir ilustra as estratégias de relativização encontradas nas línguas Macro-Jê.

TRONCO MACRO-JÊ				
Estratégias/ Línguas	Lacuna	Pronome relativo	Não-redução	Nominalização
Boróro	X			
Canela-Crahô		X		
Apinayé			X (S, O)	X (A, OI)

Quadro 5. Estratégias de relativização no Tronco Macro-Jê

Na língua boróro (CROWELL, 1979), as orações relativas sempre precedem o SN que modificam. Todas as relativas contêm *-wi*, um enclítico que serve como um tipo de pronome substituto do elemento da oração que é modificado pela relativa. Como ilustra (3.32), esse

enclítico é invariável (ou seja, não possui marcas de número, gênero ou caso) e se liga à palavra imediatamente anterior à oração principal e ao elemento relativizado.

(3.32) Boróro (CROWELL, 1979, p. 109)

u- tu- re a- wai kae jawiji-wi aredi motu- re
 3SG-go- NEUT 2SG- house to yesterday- REL woman pretty- NEUT
 The woman who went to your house yesterday is pretty.
A mulher que foi a tua casa ontem é bonita.

Crowell (1979) afirma que o enclítico **wi** tem comportamento parecido com as palavras WH do inglês, mas que se difere delas por dois motivos. O primeiro diz respeito à posição. Segundo o autor, **wi** sempre toma a posição final da oração, enquanto as palavras WH do inglês ocupam a posição inicial. A posição do SN substituído por **wi** fica vazia, o que revela a estratégia de relativização utilizada nessa língua: a lacuna. Em segundo lugar, não há distinção na forma do elemento **wi** em relação ao tipo de constituinte que ele substitui, ou seja, não há marcação de caso. A função é determinada pelo contexto.

O apinayé é uma língua Ergativo-Absolutiva, em que a relativização envolve um verbo não-finito e, no caso de um verbo transitivo, o caso ergativo é marcado no primeiro constituinte nominal da subordinada. Adicionalmente, o marcador definido **ja** pode ocorrer na fronteira da oração, sendo opcionalmente precedido do agente nominalizador **čwəŋ**, que ocorre quase sempre com verbos de ação ou atividade.

As relativas podem ser tanto de núcleo externo (pós-nominal) quanto de núcleo interno. A escolha de uma ou de outra depende da posição relativizada.

Das posições que podem ser relativizadas, S e O³⁰ são absolutivas, e são obrigatoriamente relativas de núcleo interno, como em (3.33). As relativas de núcleo interno são construídas a partir da estratégia de não-redução. Entretanto, pode haver relativa de núcleo externo se um pronome lembrete de terceira pessoa é empregado³¹, como em (3.34).

(3.33) Apinayé (OLIVEIRA, 2005, p. 282)

ic-tɛ a-mẽ bi jarẽŋ ja
 1-ERG 2-DAT man R-tell.NF DEF.ART

na tɛ Ø krĩ õ kamə̃ pa
 RLS HAB 3 village one INSV live
 ‘This man I’m telling you about lives in the other village.

(3.34) Apinayé (OLIVEIRA, 2005, p. 283)

di kɔt iŋ-mẽ a-ja-rẽŋ ɕwəŋ ja na
 woman 3.ERG 1-DAT 2-R-tell.NF NMLZ.A DEF.ART RLS

Ø prɛ ra ma mõ
 3 PST ASP MOV go

‘This woman who told me about you has already left.

Esta mulher que me falou sobre você já foi.

A relativização de A é sempre de núcleo externo com prefixo pessoal ou forma supletiva de marcador ergativo servindo como pronome lembrete, como em (3.35).

³⁰ É importante observar que as línguas Ergativas codificam diferentemente o Sujeito, de acordo com a transitividade do verbo. Assim, S indica Sujeito de verbo intransitivo, enquanto A indica sujeito de verbo transitivo.

³¹ Em (3.34), a forma **kɔt**, marcada com Ergativo, serve de pronome lembrete.

(3.35) Apinayé (OLIVEIRA, 2005, p. 284)

di kət iŋ-mə̃ me=kədəčə ŋ-õr čwəŋ ja
 woman 3.ERG 1-DAT INDF=counterpart R-give NMLZ.A DEF.ART

na Ø prɛ ra jě ma tě
 RLS 3 PST ASP yesterday MOV go

‘The woman who gave me the medication left yesterday.’

A mulher que me deu o medicamento foi embora ontem.

Já a relativa de Objeto Indireto ocorre com núcleo externo e sem a necessidade de pronome lembrete, como em (3.36). A estratégia de relativização para A e OI é a de nominalização.

(3.36) Apinayé (OLIVEIRA, 2005, p. 284)

ic-tɛ di mě me=kədəčə ŋ-õr čwəŋ ja
 1-ERG woman DAT INDF=counterpart R-give NMLZ.A DEF.ART

na Ø kət=mě akupɪŋ tēm ket-ně
 RLS 3 yet/still=DAT return.1 go.NF NEG

‘The woman who I gave the medication to has not come back here yet.’

A mulher para quem eu dei a medicação não voltou para cá ainda.

A oração relativa em canela-krahô é marcada pelo uso de pronomes demonstrativos obrigatórios que funcionam, nessa língua, como pronomes relativos. Os pronomes demonstrativos são: **ita** ‘este, esta, isto’, **itajê** ‘estes, estas’, **ata** ‘esse, essa, isso’ e **atajê** ‘esses, essas’. O núcleo nominal pode aparecer dentro da oração relativa ou então precedê-la. O pronome relativo aparece sempre depois da oração relativa, contrariando Givón (1990), segundo o qual pronome relativo aparece na posição inicial da oração relativa. Em (3.37), exemplifica-se o uso de **ita** nas relativas dessa língua:

(3.37) Canela-Krahô (POPJES; POPJES, 1986, p. 171)

i-te hümre **te rop curan ita** pupun

1-PST man PST dog kill DEM see

I saw the man who killed the dog.

Eu vi o homem que matou o cachorro.

No tocante às funções sintáticas relativizadas, as línguas do Tronco Macro-Jê relativizam graus mais baixos do que comumente se encontra nas línguas indígenas.

Segundo Popjes e Popjes (1986, p. 171), no canela-krahô não há restrições sintáticas para o núcleo nominal na oração relativa. No entanto, os autores fornecem exemplos apenas de Sujeito (3.38), Objeto Direto (3.38), Objeto Indireto (3.39) e Genitivo (3.40). As funções semânticas relativizadas são Agente, Paciente, Recipiente e Referência, respectivamente.

(3.38) Canela-Krahô (POPJES; POPJES, 1986, p. 171)

wa i-te rop pupun **capi te ih-curan ata**

1 1-PST dog see Capi PST 3-kill DEM

I saw the dog Capi killed.

Eu vi o cachorro que Capi matou.

(3.39) Canela-Krahô (POPJES; POPJES, 1986, p. 171)

i-te hümre **mã rop curan ata** pupun

1-PST man BENF dog kill DEM see

I saw the man for whom I killed the dog.

Eu vi o homem para quem eu matei o cachorro.

(3.40) Canela-Krahô (POPJES; POPJES, 1986, p. 171)

i-te hümre **pê rop curan ata** pupun

1-PST man MAL dog kill DEM see

I saw the man whose dog I killed.

Eu vi o homem cujo cachorro eu matei.

O boróro é capaz de relativizar Sujeito (3.41), Objeto Direto (3.42), Objeto Indireto (3.43) e Oblíquo (3.44). As funções semânticas relativizadas nessa língua são Agente, Paciente, Recipiente e Tempo.

(3.41) Boróro (CROWELL, 1979, p. 110)

jo-ridi- re tapira-ji-wi ime etu-re toro
3SG-see-NEUT cow-REFR-REL men 3PL-go-NEUT there

‘The men who saw the cow went there.’

‘Os homens que viram a vaca foram lá.’

(3.42) Boróro (CROWELL, 1979, p. 110)

a-re maki in-ai-wi dineheiro jeti-re wee
2SG-NEUT give 1SG-BENF-REL money be-NEUT here

‘The money that you gave me is here.’

‘O dinheiro que você me deu está aqui.’

(3.43) Boróro (CROWELL, 1979, p. 110)

e- re bola barigu ae- wi
3PL-NEUT ball throw to-REL

imedi rogu kuri- re

man DIM big- NEUT

‘The boy they threw the ball to is big.’

O garoto para quem eles arremessaram a bola é grande.

(3.44) Boróro (CROWELL, 1979, p. 111)

E- tu- re aregodĩ-re wëe- wi sabado keje
3PL-leave-NEUT arrive-NEUT here-REL Saturday on

‘They left on the Saturday when he arrived here.’

Eles partiram no sábado em que ele chegou aqui.

O apinayé, por sua vez, relativiza Sujeito (S e A diferentemente), Objeto Direto e Objeto Indireto, como foi mostrado anteriormente na discussão sobre as estratégias de

relativização. É interessante notar que todas as línguas desse tronco são capazes de relativizar o Objeto Indireto, contrariando a tendência das demais línguas indígenas analisadas neste trabalho. O quadro 6 a seguir resume as funções sintáticas relativizadas pelas línguas do Tronco Macro-Jê.

TRONCO MACRO-JÊ						
	S	OD	OI	Obl	Gen	OComp
Canela-krahô	+	+	+	+*	+	+* ³²
Boróro	+	+	+	+	-	-
Apinayé	+ ³³	+	+	-	-	-

Quadro 6. Estratégias de relativização no Tronco Macro-Jê

3.4 A família Karíb

As línguas da família Karíb apresentam semelhanças entre si e também em relação às línguas do Tronco Tupi. A estratégia de relativização usada por todas as línguas é a nominalização; as relativas são de núcleo externo, com possibilidade de ocorrerem, também, relativas livres.

As orações relativas em apalaí são formadas por nominalizações, como em todas as outras línguas Karíb. Em apalaí, todas as orações subordinadas são formadas a partir de verbos não-finitos e nominalizações. Portanto, não há, nessa língua, uma forma específica com verbo finito de relativa. Além das nominalizações, as relativas podem ser formadas por justaposição de SNs numa relação paratática com quebra entoacional, sentenças descritivas que envolvem orações equativas ou até algum tipo de combinação dessas formas.

³² Não há exemplos para as funções sintáticas marcadas com *, apenas afirmações de que as funções podem ser relativizadas na língua.

³³ O apinayé relativiza S e A diferentemente.

A nominalização é feita por meio de adição de afixos nominalizadores a raízes verbais e, em alguns casos, a palavras adjetivas/adverbiais e posições. São treze os afixos nominalizadores de verbos e três de palavras adjetivas/adverbiais e posições³⁴:

Nominalização de raízes verbais	Nominalização de palavras adjetivas/adverbiais e posições
-ry ‘nominalização possessiva de ação’	-no
-pyny ‘nominalização negativa de ação referente ao ator ou ao ator em potencial’	-to
-topo ‘coisa, tempo ou lugar associado a ação’	-my
-tamity ‘pagamento pela ação realizada’	
-ne ‘agente de ação presente’	
-hpono ‘agente de ação no passado’	
-kety ‘ator de ação presente’	
-hpyry ‘ator de ação no passado’	
-ny-...-ry ‘objeto resultante de uma ação’	
-semano ‘item novo, sujeito de verbo intransitivo ou objeto de transitivo, resultado de uma ação recentemente realizada’	
-semy ‘produto de ação no presente ou no futuro’	
-tozo ‘companhia na ação’	
-tono ‘nominalização geral’	

Quadro 7. Afixos nominalizadores em apalaí

Exemplifica-se, em (3.45), a relativização no apalaí:

(3.45) Apalaí (KOEHN; KOEHN, 1986, p. 91)

j-eky **wo-hpono** **komo**

1-pet.POSS shoot-NMLZ.PST PL

The one who shot my pet.

Aquele que atirou no meu animal de estimação.

³⁴ É interessante notar, neste ponto, que nem todos os afixos nominalizadores formam orações relativas, e, dentre os que formam, não fazem isso em toda e qualquer ocorrência. Aqui há apenas a descrição desses afixos e suas funções na língua.

No hixkaryána, as orações relativas não têm uma forma específica, com verbo finito. Na verdade, todas as subordinadas em hixkaryána são orações com verbos não-finitos. Sendo assim, há vários meios para se construir uma oração relativa: nominalização; Sintagmas Nominais justapostos em uma relação paratática, com quebra entonacional; sentenças descritivas envolvendo uma oração equativa; ou, ainda, uma combinação desses meios. A estratégia mais comum para a construção da oração relativa é a nominalização, como pode ser visto em (3.46):

(3.46) Hixkaryána (DERBYSHIRE, 1979, p. 26.)

nomokno harha (xofrye), **kanihnohnyehiyamo**

he-came back (sloth), one-who-destroyed-us (INCL)

The sloth, who was destroying us all, has come back.

A preguiça, que estava destruindo todos nós, voltou.

The one who was destroying us all has come back.

Aquilo que estava destruindo todos nós voltou.

Nesse exemplo, **kanihnohnyehiyamo** é a forma nominalizada e pode ser, sozinha, o sujeito da oração. O substantivo **xofrye** é opcional, de maneira que, se estiver expresso, haverá uma combinação entre a nominalização e a parataxe; caso contrário, somente a nominalização será a responsável pela função própria de oração relativa.

No ingarikó, a relativização mais produtiva é a nominalização, apesar de haver outras estratégias secundárias, como nas demais línguas da família, que possibilitem a formação de relativas. A nominalização nessa língua é diferente dependendo da função do elemento relativizado: a de Sujeito é realizada pelos sufixos **-pon** e **-nin**; a de Objeto, por meio do prefixo **n-**; a de instrumento, por meio do sufixo **-to?** e também por meio dos derivados da forma adverbial **t-** **-sen**. Em (3.47) e (3.48), exemplificam-se dois casos de relativização no ingarikó.

(3.50) Makuxí (ABBOTT, 1991, p. 94)

uurî'-kon koneka-tîpon mîîkîrî Deus

1.PRO-COLL make-SBJ.NMLZ 3 God

God is the one who made us.

Deus é aquele que nos fez.

As nominalizações de raízes verbais incluem três tipos de nominalizações: (i) de Sujeito, (ii) de Objeto e (iii) de Instrumento. A nominalização de advérbios envolve dois tipos de raízes: as de advérbios simples e as de advérbios derivados. As nominalizações de raízes adverbiais simples são compostas pela adição ou pela substituição de parte do sufixo nominalizador –CV³⁵n: a consoante e a vogal do sufixo dependem da sílaba final do advérbio. A consoante é a mesma e a vogal alterna entre **a** e **o**. Os exemplos emitidos em (3.51) e (3.52) mostram casos desse tipo de construção:

(3.51) Makuxí (ABBOTT, 1991, p. 96)

kawîne → kawî-nan

high high-NMLZ

high A high one

alto Aquele que é alto.

(3.52) Makuxí (ABBOTT, 1991, p. 97)

ipafîkarî → ipafîka-non

forever forever-NMLX

eterno Aquele que é eterno.

Já a nominalização de raízes adverbiais derivadas ocorre por meio da adição do sufixo **-n** ao sufixo derivacional **-se**, formando **-sen**. A forma coletiva é expressa por **-sannon**, que substitui **-sen**. Aplica-se ao caso absoluto, referindo-se ao Sujeito de um verbo intransitivo

³⁵ CV, no caso dessa língua, é uma abreviação de Consoante (C) e Vogal (V).

ou ao Objeto de um verbo transitivo. O advérbio derivado desiderativo é formado pela adição do sufixo **-non**. Exemplo desse tipo de nominalização está contido em (3.53):

(3.53) Makuxí (ABBOTT, 1991, p. 97)

tîw-e'-taruma'tî-sannon inkamoro
 3.REFL-DETRANS-suffer-NMLZ .PL those
 Those are the ones who suffer.
Esses são os que sofrem.

A nominalização de posições segue o mesmo processo das raízes adverbiais simples; isto é, mediante a adição ou substituição de parte do sufixo por **-CVn**, conforme se observa nos exemplos contidos em (3.54) e (3.55).

(3.54) Makuxí (ABBOTT, 1991, p. 98)

yarakkîrî → yarakkî-ron
 with with-NMLZ
 One with...
 Aquele com...

(3.55) Makuxí (ABBOTT, 1991, p. 99)

pia-pai → pia-pai-non
 to-from to-from-NMLZ
 from One from...
 de Alguém de ...

Na língua waiwái (Hawkins, 1998), as relativas também são formadas, assim como nas outras línguas da família Karíb, a partir de nominalizações. As nominalizações são realizadas por meio da adição de sufixos à raiz do verbo. São vários os sufixos que realizam essa função. Esses sufixos vêm descritos a seguir.

Nominalizadores em waiwái
-rî ‘nominalização de ação possessiva’
-nî...-rî/-tho/-thîrî ‘objeto resultante de uma ação’
-hto ‘negação de ação’
-topo/-cho ‘circunstâncias da ação’
-xapu ‘objeto que recebeu uma ação no passado com resultados duradouros’
-yem ‘associativo’
-tamci ‘pagamento por trabalho’
-xan ‘sujeito de ação recente’
-ŋe ‘agente da ação’
-no ‘agente ou paciente pessoal não-identificado de ação’
-hnî ‘nominalização de negação’
-Ø ‘nominalização anterior à posposição xe’

Quadro 8. Afixos nominalizadores em waiwái

Em (3.56), exemplifica-se um caso de relativização formada por meio da adição do nominalizador *ŋe*:

(3.56) Waiwái (HAWKINS, 1998, p. 95)

Paapa	c-ii-ŋe	mîkro.
Brazil.nut.bread	3-make-NMLZ.AG	3
She is one who can make Brazil nut bread.		
Ela é a única que pode fazer pão de noz do Brasil.		

Sobre a família Karíb, é importante notar também que as línguas apalaí, hixkaryána e makuxí dispõem de estratégias secundárias de relativização. Devido ao fato de não se ter, nas línguas dessa família, estratégias formais de construção de relativa, há outros meios funcionais para que se possa chegar ao mesmo sentido de uma relativização. A língua apalaí conta com a estratégia da parataxe, como pode ser observado no exemplo (3.57), em que os Sintagmas são justapostos e a subordinação é marcada não morfológica, mas semanticamente:

(3.57) Apalaí (KOEHN; KOEHN, 1986, p. 75)

mame kanawa aro-ko **repe zakare konôto rokene**
 then canoe take-HIS but alligator large only

Then he took a canoe which was only a large alligator but (it functioned as a canoe).

Então ele pegou uma canoa que era apenas um grande jacaré mas (ela funcionava como uma canoa).

O mesmo acontece nas relativas em hixkaryána, como pode ser observado em (3.58). Nessas construções, o núcleo é composto de dois ou mais nomes, sendo que um deles exerce uma função predicativa, enquanto o outro é sujeito dessa predicação. Uma oração desse tipo pode contar opcionalmente com uma cópula, como o item **nehxakoni** no exemplo (3.58).

(3.58) Hixkaryána (DERBYSHIRE, 1979, p. 26.)

nomokye hawana **horykomo tho mokro (nehxakoni)**
 he-came visitor adult-man devalued that-one (he-was)

A visitor came who was an old man.

Um visitante que era um homem velho veio.

Em makuxí, a construção que equivale funcionalmente à oração relativa é uma oração equativa formada por uma sequência de duas orações, em que a segunda oração modifica a primeira. Aqui há uma diferença em relação às duas outras línguas: enquanto no apalaí e no hixkaryána, a justaposição é de Sintagmas, no makuxí, o mesmo se dá, mas com orações. A sentença contida em (3.59) exemplifica esse fenômeno.

(3.59) Makuxí (ABBOTT, 1991, p. 72)

Marakkan po-n-kon erepamî'pî

Maracanã from-NMLZ-COLL arrive-PST

te-es-rinka-sannon-kon inkamoro

ADVR-DETRANS-sing-NMLZ-COLL those

(erepamî- 'san)

(arrive-SBJ:NMLZ)

The ones from Maracanã arrived. Those are ones who sing (the ones who arrived).

Os de Maracanã chegaram. Estes são os que cantam (os que chegaram).

No tocante às funções sintáticas relativizadas, as línguas da família Karíb também apontam para um comportamento semelhante, o que é esperado. O quadro 9 a seguir traz o resumo das funções sintáticas relativizadas:

FAMÍLIA KARÍB						
	S	OD	OI	Obl	Gen	OComp
Waiwái	+	+	-	+	-	-
Makuxí	+	+	-	+	-	-
Ingarikó	+	+	-	+	-	-
Apalaí	+	+	-	-	-	-
Hixkaryana	+	+	-	-	-	-

Quadro 9. Funções sintáticas relativizadas nas línguas da família Karíb

A leitura do quadro permite afirmar que duas das cinco línguas têm seu ponto de corte na função de Objeto Direto, enquanto as demais começam a relativização pelos Oblíquos. É interessante notar que aqui, assim como no Tronco Tupi, o Objeto Indireto não está acessível para línguas que relativizam funções mais baixas que essa.

A relativização de Sujeito no makuxí envolve três processos: a adição do sufixo **-koi** / **-ke** a verbos intransitivos e do sufixo **-nen** a verbos transitivos, a adição do sufixo **-tûpon** a

verbos transitivos e **-pî** a verbos intransitivos³⁶ e a adição do sufixo **-ton** a verbos transitivos e intransitivos³⁷, como pode ser observado nos exemplos a seguir. As funções semânticas relativizadas são Zero e Agente:

(3.60) Makuxí (ABBOTT, 1991, p. 93)

inkamoro moro' pî' **entamo'ka-koi-kon**

those fish at eat-SBJ.NMLZ-COLL

Those are one who eat fish.

Estes são os que comem peixe.

(3.61) Makuxí (ABBOTT, 1991, p. 94)

uurî'-kon koneka-tîpon mîkîrî Deus

1.PRO-COLL make-SBJ.NMLZ 3 God

God is the one who made us.

Deus é aquele que nos fez.

(3.62) Makuxí (ABBOTT, 1991, p. 94)

anna pîka'tî-ton mîkîrî

1.EXCL help-SBJ.NMLZ 3.PRO

He is our helper (i.e, one able to help us).

Ele é nosso salvador (i.e, alguém capaz de nos salvar).

A nominalização de Objeto Direto nessa língua ocorre mediante a adição do prefixo **n-**/**nî-** a verbos transitivos. Pode ocorrer também um prefixo de pronome pessoal ou uma forma livre, ambas se referindo ao Sujeito. O tempo passado é expresso pelo sufixo **-pî**. Os tempos presente e futuro são expressos quando não há sufixo marcador de tempo. O plural é marcado por **-san**. O exemplo contido em (3.63) consiste num caso desse tipo de nominalização. A função semântica relativizada é Paciente.

³⁶ O sufixo **-san** substitui **-pî** no plural. Em verbos transitivos o sufixo de coletivo **-kon** é adicionado a **-tîpon**.

³⁷ Para pluralizar o sufixo **-ton**, adiciona-se a ele o sufixo **-kon**.

(3.63) Makuxí (ABBOTT, 1991, p. 95)

pemonkon-yamî tî'ka-I-ya, **tî-n-kupî'-san**
 person-PL destroy-3-ERG 3.REFL-OBJ.NMLZ-make-NMLZ.PL

He will destroy the people, the ones he himself made.

Ele destruirá os pessoas, aquelas que ele mesmo fez.

Para se nominalizar Instrumento em makuxí, adiciona-se sufixo **-to'** a raízes transitivas e intransitivas. Podem-se nominalizar ainda lugar, tempo e circunstância. Há marcação de pessoa possuidora (prefixo, sufixo ou forma livre). A sentença contida em (3.64) exemplifica esse tipo de nominalização.

(3.64) Makuxí (ABBOTT, 1991, p. 96)

seni anna **es-enyaka'ma-to'**
 this 1.EXCL DETRANS-work-INS.NMLZ

This is our tool (i.e, what we work with).

Esta é a nossa ferramenta (i.e, com o que nós trabalhamos).

Um terceiro tipo de relativa em makuxí são as construídas a partir de palavras interrogativas que podem funcionar como relativizadores: **o'non pata** em (3.65) e **î'pensa** em (3.66). Essas palavras interrogativas são introdutoras de orações nominalizadas de Locativo e Tempo.

(3.65) Makuxí (ABBOTT, 1991, p. 73)

paapa-ya mîikîrî enepî-'pî sîrîrî pata pona **o'non pata**
 god-ERG 3 bring-PST this place to which place

uurî'-nîkon ko'mamî manni pata ya'
 1.PRO-COLL live that place in

God brought them to this place, to this place where we live.

Deus os trouxe para este lugar, para este lugar onde nós vivemos.

alguns casos, por razões morfofonológicas, esse prefixo pode aparecer como **ni-**, como em (3.70).

(3.69) Ingarikó (SOUZA CRUZ, 2005, p. 403)

u-n-pisu?ma-?pi kire emase pi?
 1-OBJ:NMLZ-beijjar-PST 3 moça POSP
A moça foi beijada por mim.

(3.70) Ingarikó (SOUZA CRUZ, 2005, p. 403)

se eki imun **warawo?** **n-tërë-?pi** **u-piya?**
 DEM.IMM.PROX.VIS mandioca homem OBJ:NMLZ-dar-PST 1-DAT
Essa é a mandioca que o homem me deu.

Segundo Souza Cruz (2005), as relativas formadas por **t-** **-sen** são muito produtivas em ingarikó. Elas podem aparecer no início (3.71) ou no final (3.72) da oração. Todos os exemplos fornecidos são de Sujeitos. A autora não forneceu exemplos de relativização de instrumento.

(3.71) Ingarikó (SOUZA CRUZ, 2005, p. 404)

t-era?ma-sen mërë wi?
 ADV-ver-NMLZ aquela serra
Aquela é uma montanha que pode ser vista.

(3.72) Ingarikó (SOUZA CRUZ, 2005, p. 404)

kamoro **t-e?nïn-san**
 3PL ADV-dormir-NMLZ:PL
aqueles que dormem

Outra estratégia de formação de relativas em ingarikó envolve o uso da forma flexional **-ne?**, no singular, e **-nan**, no plural. A autora destaca que esse fenômeno foi muito raro no seu **corpus** de análise, tendo sido encontrado com mais frequência na fala de uma

senhora idosa de origem patamona (e não nascida entre os ingarikó). Esses sufixos formam relativas quando aparecem depois de um verbo copulativo ou quando aparecem como posições depois de uma frase nominal. Observe os exemplos a seguir:

(3.73) Ingarikó (SOUZA CRUZ, 2005, p. 401)

ënnë **mërë tē itapai** yamë w-e-sa? nai-nam
 longe ? vir casa PL 1-ser-PERF 3.ser-REL:PL

As casas de onde eu vim são longe.

(3.74) Ingarikó (SOUZA CRUZ, 2005, p. 401)

mërë paran nĩ? pa nka to?uya
 aquela doença REL curar 3.PL ERG

Elas são aquelas que curam doenças.

Pode-se perceber nesses exemplos que o núcleo nominal e o relativizador podem ocorrer em sequência descontínua.

As demais línguas do **corpus** não trouxeram, em suas gramáticas, detalhes da diferença na relativização das funções sintáticas. A diferenciação, no apalaí e no waiwái, se dá por meio do uso dos nominalizadores, que trazem, em si, cargas semânticas que influenciam na relativização. Observe os exemplos (3.75) e (3.76).

(3.75) Apalaí (KOEHN; KOEHN, 1986, p. 91)

j-eky **wo-hpono** **komo**
 1-pet.POSS shoot-NMLZ.PST PL

The one who shot my pet.

Aquele que atirou no meu animal de estimação.

(3.76) Waiwái (HAWKINS, 1998, p. 92)

Yawaka xe w-Ø-a-sî
axe wanting 1SBJ-be-SG-IMP

mararî y-ama-cho o-wya
field GEN-cut.down-NMLZ.CIRC 1-to/by

I want a axe with which to cut down a field.

Eu quero um machado com o qual eu corte o campo.

No exemplo (3.75) do apalaí, o uso do nominalizador **-hpono**, que significa ‘agente de ação no passado’, leva à interpretação do nome resultante como um agente, o atirador, aquele que atirou. No exemplo (3.76) do waiwái, o uso do nominalizador **-cho** ‘circunstância da ação’, leva à interpretação da nominalização como sendo de Instrumento.

No hixkaryána, não há diferença nenhuma entre a relativização de Sujeito e Objeto Direto: as funções são recuperadas pelo contexto, como pode ser visto em (3.77) e (3.789).

(3.77) Hixkaryána (DERBYSHIRE, 1979, p. 37)

isna **ïitosaho** mokro
to-there one-who-went that-one

That is the one who went there.

Este é quem foi lá.

(3.78) Hixkaryána (DERBYSHIRE, 1979, p. 37)

ohxera ehxaho tî moson ha, hoymo
not-good one-who-was HSY this-one INTENS, friend

My friend here is the one we were told was not well.

Meu amigo aqui é aquele que estávamos contando que não estava bem.

É importante notar, no quadro 9, que mais uma vez houve lacunas na função de Objeto Indireto. No caso dessa família, tal função não foi possível de ser relativizada em três línguas que relativizam Oblíquo: wawái, makuxí e ingarikó. Em duas delas, foi possível perceber na

análise dos exemplos da gramática que a função de Objeto Indireto é relevante e é marcada diferentemente da função de Objeto Direto. No waiwái, o Objeto Indireto vem marcado pela posposição *ya*. No ingarikó, essa função vem marcada morfologicamente pela posposição *piya?*, que é responsável pela marca de dativo nessa língua. No makuxí, não foi possível determinar o funcionamento do Objeto Indireto. Desse modo, em pelo menos duas línguas em que a função é relevante, o Objeto Indireto não é acessível à relativização.

3.5 A família Aruák

No que diz respeito às estratégias de relativização utilizadas pelas línguas, a família Aruák apresenta uma distribuição curiosa: a língua apurinã constrói relativas por meio da estratégia da nominalização. A língua warekéna, por sua vez, apresenta a estratégia da lacuna. O tariána apresenta as duas estratégias supracitadas: quando a relativização é de Sujeito, seja S ou A, o tariána apresenta a estratégia da lacuna, aproximando-se do warekéna. Quando a relativização é de Objeto ou Oblíquo, a estratégia empregada é a nominalização, o que aproxima o tariána do apurinã. Keenan e Comrie (1977) apontam para o fato de que muitas línguas se utilizam de estratégias primárias para a função de Sujeito e outras para as demais funções, como Objeto e Oblíquo. O quadro 10 a seguir resume as estratégias de relativização encontradas nas línguas aruák:

FAMÍLIA ARUÁK			
Línguas/ Estratégias	Tariána	Warekéna	Apurinã
Lacuna	X (S)	X	
Nominalização	X (OD e Obl)		X

Quadro 10. Estratégias de relativização nas línguas aruák

As orações relativas em apurinã podem ser restritivas e não-restritivas, e não há distinções formais entre elas. A estratégia de relativização, nessa língua, é a nominalização, que é realizada por meio do acréscimo dos nominalizadores **-karu**, **-katu**, **-kutu**, etc, apresentados no quadro 11 a seguir.

		Sujeito		Objeto	Não-agentividade		3> 1,2 PRON.
		Positivo	Negativo		Positivo	Negativo	3> 1,2 PROCL.
SG.	M	-karu	-katu	-kutu	-koru	-kotu	-keru
	F	-karo	-kato	-kuto	-koro	-koto	-kero
PL.	M/F	-kanu		-kunu	-konu		-keno

Quadro 11. Sistema de relativizadores (FACUNDES, 2000, p. 246)

As orações relativas em apurinã podem ser pré-nominais, pós-nominais, ou ainda de núcleo interno, apesar de esse último tipo não ser amplamente aceito entre os falantes. A posição mais recorrente nessa língua é a pós-nominal, que Facundes (2000, p. 572) chama de não-marcada. Em (3.79), exemplifica-se a relativa pré-nominal e em (3.80) a de núcleo interno. Em ambos os casos, há a relativização de Agente.

(3.79) Apurinã (FACUNDES, 2000, p. 572)

suto atama-nanu-ta-karu kuku apo-pe
 woman see-PROG-VBLZ-REL.M.SBJ man arrive-PERF

‘The man who was looking at the woman has arrived.’

O homem que estava olhando para a mulher chegou.

(3.80) Apurinã (FACUNDES, 2000, p. 574)

?**suto kuku karota-karu** apo-pe-ka
 woman man hurt-REL.M.SBJ arrive-PERF-PRED

‘The man who hurt the woman has arrived.’

O homem que feriu a mulher chegou.

Segundo Facundes (2000, p. 575) é possível a constuição de relativas passivas, sem o argumento Agente. Uma relativa desse tipo é formada com as partículas de não-agentividade presentes no quadro. A função semântica relativizada é Paciente.

(3.81) Apurinã (FACUNDES, 2000, p. 575)

kuku **keta-koru** upūpe
 man shoot-REL.M.PASS die

‘The man who was shot died.’

O homem que levou o tiro morreu.

Há ainda um outro tipo de relativa, que Facundes (2000, p. 578) chama de inversa. Os morfemas **-keru** e **-kero** ocorrem anexados a verbos transitivos numa relativa que contém um argumento de livre expressão que se refere à primeira ou à segunda pessoa do singular ou um argumento codificado com um marcador pessoal. Em termos funcionais, **-keru** e **-kero** invertem os papéis semânticos de Sujeito e Objeto. Veja o exemplo em (3.82):

(3.82) Apurinã (FACUNDES, 2000, p. 579)

kuku **n-/pu-/a-/h-atama-ta-keru** apo-pe
 man 1SG-/2SG-/1PL-/2PL-see-REL.M.INV arrive-PERF
 ‘The man who saw me/him/you/us/you (PL) has arrived.’
O homem que viu a mim/a ele/você/nós/vocês chegou.

É possível haver também relativas sem núcleo em apurinã:

(3.83) Apurinã (FACUNDES, 2000, p. 584)

n-apoka-ru **suto oka-karu**
 1SG-find-3M.OBJ woman kill-REL.M.POSS.SBJ
 ‘I found the one who/what killed the woman.’
Eu encontrei aquele/aquilo que matou a mulher.

Há duas formas diferentes para a construção de relativas com predicados não-verbais: como em (3.84), em simples justaposição, ou como em (3.85), em que ocorrem os marcadores de relativização. A função semântica relativizada, em ambos os casos, é Zero.

(3.84) Apurinã (FACUNDES, 2000, p. 585)

suto **popūka-ro** apo-pe
 woman Apurinã- F arrive-PERF
 ‘The woman who was Apurinã has arrived.’
A mulher que era apurinã chegou.

(3.85) Apurinã (FACUNDES, 2000, p. 586)

suto **popūka-ro inha-karo-wa** apo-pe
 woman Apurinã-F be-REL.F.POSS.SBJ-REFL arrive-PERF
 ‘The woman who was Apurinã has arrived.’
A mulher que era apurinã chegou.

As orações relativas no tariána são, na sua maioria, restritivas, geralmente pós-nominais e pode haver casos de relativas sem núcleo, segundo Aikhenvald (2003). Há

relativização de Sujeito (S, A), OD e Oblíquo. O tariána é uma língua de ergatividade cindida. O verbo da relativa é sempre não-finito e aparece na forma de participio.

A relativização no tariána depende de um argumento comum entre a matriz e a subordinada. Em (3.86), o argumento funciona como S na matriz e como A na oração relativa, em (3.87), A na oração matriz e S na relativa, em (3.88), A nas duas orações e em (3.89) S nas duas orações. No primeiro e no terceiro caso há a relativização de Agente, enquanto no segundo e no último a relativização é de Zero.

(3.86) Tariána (AIKHENVALD, 2003, p. 538)

wyume-ma-se matʃa-ma-pidana
last-CLF.F-CONTR good/proper-CLF.M-REM.REP

du-kakapua ka-wiryá-karu-pidana

3SG.F-face REL-paint-PST.REL.F-REM.REP

‘The last one was beautiful, (the one) who had painted the face.’

A última era bonita, a que tinha pintado o rosto.

(3.87) Tariána (AIKHENVALD, 2003, p. 538)

wa-phumi-se-se ka-miña-kani

1PL-after-LOC-CONTR REL-appear-PST.REL.PL

kaya wa-na nu-eri na:-mha

so 1PL-OBJ 1SG-younger.brother 3PL.say:-PRES.NONVIS

‘Those who had appeared after us call us young brothers.’

Aqueles que tinham aparecido depois de nós chamam-nos de irmãos mais novos.

(3.88) Tariána (AIKHENVALD, 2003, p. 538)

niñha-sina na-whe-ri-niseri
 3SG.NFEM.eat-REM.P.INFR 3pl-grandparent-M-SG

yeñe-seri-sini na-whe-ri **na-na**
 Iñerre-SG-ASSPL 3PL-grandparent-M 3PL-OBJ

ka-whawe-ta-pena

REL-bring.up+CAUS1-CASU2-FUT.REL

‘Their (Tarianas’) grandfather, Yñerre, their grandfather, the one who was to bring them up (Tarianas), was eating with them (enemies).’

Seu avô (Tariana), Yñerre, seu avô, aquele que os trouxe (Tariana), estava comendo com eles (os inimigos).

(3.89) Tariána (AIKHENVALD, 2003, p. 538)

wha **ha-do** **i-wa-se** **ka-ña-kani**
 we parent-F INDF-belly-LOC REL-live-PST.REL.PL

‘We who had lived in the mother’s belly came out and appeared, floating.’

Nós que vivemos na barriga da mãe saímos e aparecemos, flutuando.

O argumento compartilhado pode ser Objeto na oração matriz e A na relativa:

(3.90) Tariána (AIKHENVALD, 2003, p. 539)

ne-pidama naka na-pisa
 then-REM.P.REP 3pl+arrive 3pl-cut

kema **ka-swa-nuku**
 REL+sleep REL-stay-TOP.NON.A/S

‘Then they came and cut (the sorcerer) who as asleep.’

Então eles vieram e cortaram (o feiticeiro) que estava adormecido.

O argumento compartilhado pela principal e pela relativa pode ser Objeto em ambas as orações. Se esse for o caso, o verbo da relativa deve ser nominalizado. A função semântica desempenhada pelo item compartilhado é de Paciente.

(3.91) Tariána (AIKHENVALD, 2003, p. 542)

tuki	di-a	di-keta-pidana	wali-pei
a.little	3SG.NFEM-go	3SG.NFEM-meet-REM.REP	new-COLL

iha-pidana	diha	depita
faeces-REM.REP	art	nigth.ADV

disu-nipe-pidana

3SG.NFEM.excrete-NMLZ-REM.REP

‘He (the tapir) went on a little, he encountered new faeces which were excreted (by the turtle) the same night.’

Ela (a anta) passou um pouco, ela encontrou novas fezes que foram excretadas (pela tartaruga) na mesma noite.

Se o argumento compartilhado, for, na relativa, um Oblíquo, com função semântica de Locativo, então o verbo deve ser nominalizado com **-mi**.

(3.92) Tariána (AIKHENVALD, 2003, p. 542)

wyaka-sika	nu-nu	nhua	kayumaka	nhua	kinipu
far-RECPST.INFR	1SG-come	1	this.is.why	1	road

nu-nu-mi	ma-keta-de-mahka
1SG-come-NMLZ.PST	NEG-find-NEG-RECPST.NONVIS

‘I must have come a long way, this is why I haven’t found the road from which I arrived.’

Eu devo ter feito um logo caminho, é por isso que eu não encontrei a estrada de onde eu cheguei.

É possível notar que, no tariána, as estratégias de relativização são diferentes de acordo com a função sintática que o argumento desempenha na oração relativa: se a relativização for de Sujeito (seja ele A ou S), a relativização é marcada pelo morfema relativizador **ka**, e por isso a estratégia é a de lacuna. Se a relativização for de Objeto Direto e Oblíquo, a estratégia é a nominalização (que, na posição de Oblíquo, só pode ser realizada pelo sufixo **-mi**).

Há ainda a possibilidade de palavras interrogativas marcarem a relativização, que, segundo Aikhenvald (2003, p. 543), é um empréstimo do português e do tukáno. Para haver esse tipo de relativização, a função sintática desempenhada pelo item relativizado na relativa deve ser A ou S, e o argumento compartilhado deve ter o sentido de ‘quem quer que seja, todos que’, o quantificador universal. Esse tipo de relativa é chamada maximizadora por De Vries (2002).

(3.93) Tariána (AIKHENVALD, 2003, p. 543)

kwama ka-yeka-kani hĩ
 who REL-know-PST.REL.PL DEM:ANM

kayu-na na-sape
 thus-REM.VIS 3PL-speak

‘Those who knew used to talk like this.’

Aqueles que sabiam costumavam falar assim.

Já o warekéna, que também é do tipo de Ergatividade Cindida, tem como estratégia de relativização a lacuna. As relativas nessa língua apresentam obrigatoriamente o clítico **-Ā**, que marca o predicado da oração relativa, além de funcionar como um morfema relativizador. A oração relativa normalmente aparece logo após o SN nuclear que ela modifica. Segundo Aikhenvald (1998), o SN modificado pode ser o Sujeito ou o Objeto da oração principal.

Nos exemplos seguintes, (3.94) mostra a relativização do Sujeito a **faca grande e os dois cachorros** e (3.95), a do Objeto **nosso pai**:

(3.94) Warekéna (AIKHENVALD, 1998, p. 273)

eya enami yue peya matseta **ʃutʃi - li** enaba tʃinu
DEM man to one knife big - REL two dog

ayuza - li - hĩ

help-REL-PAUS

The man has a big knife (lit.: to him a big knife) (and) two dogs which are being helpful.

A faca grande e os dois cachorros que estão sendo úteis são do homem.

(3.95) Warekéna (AIKHENVALD, 1998, p. 274)

ale ni - ma yue - hẽ wa - weya weda - hã
thus 3PL - say to him-PAUS 1PL - want 1PL.see-PAUS

we.luami **ʃia - li** **enu - waba - hã**

1PL. father stay-REL sky-DIR-PAUS

So they said to him, we want to see our father who lives in the sky.

Então eles disseram para ele, nós queremos ver nosso pai que mora no céu.

Há um caso específico em que os pronomes interrogativos podem ser usados como relativos: quando se antepõe ao interrogativo o termo **paya.ũ**, que significa **tudo**. Isso é demonstrado no exemplo seguinte, em que o referido termo antecede o interrogativo **i.ʃi**. Segundo Aikhenvald (1998), esse uso de pronomes interrogativos como relativos é influência do português. Assim como no tariána, o warekéna dispõe das relativas chamadas maximizadoras.

(3.96) Warekéna (AIKHENVALD, 1998, p. 277)

nu - ʃa nu - tsina - hã payalu **ifi** **wa - patata - li** **wa-hã**
 1SG - go 1SG - tell - PAUS all what 1PL - work - REL then-PAUS
 I shall tell all, whatever we then worked.

Eu contarei tudo, tudo o que/quanto nós trabalhamos.

No tocante às funções sintáticas relativizadas, observe o quadro 14 a seguir.

FAMÍLIA ARUÁK						
	S	OD	OI	Obl	Gen	OComp
Tariána	+	+	-	+	-	-
Warekéna	+	+	-	+	-	-
Apurinã	+	+	-	-	-	-

Quadro 14. Funções sintáticas relativizadas nas línguas aruák

O apurinã apresenta relativização de Sujeito e Objeto Direto, apenas. Em (3.97) e (3.98) a seguir, encontram-se exemplificadas as relativas dessas duas funções no apurinã. Nesses casos, a função semântica relativizada é Agente e Paciente, respectivamente.

(3.97) Apurinã (FACUNDES, 2000, p. 569)

kuku **suto** **karota-karu** apo-pe
 man woman hurt-REL.M.POSS.SBJ arrive-PERF
 ‘The man who hurt the woman has arrived.’

O homem que feriu a mulher chegou.

(3.98) Apurinã (FACUNDES, 2000, p. 566)

suto **kuku** **karota-kuto** apo-pe
 woman man hurt-REL.F.OBJ arrive-PERF
 ‘The woman whom the man hurt has arrived.’

A mulher que o homem feriu chegou.

O tariána e o warekéna, por sua vez, são capazes de relativizar Sujeito, Objeto Direto e Oblíquo. No tariána, as funções sintáticas e semânticas envolvidas na relativização já foram citadas nos exemplos anteriores. No warekéna, é possível a relativização de Zero, como em (3.94) e (3.95), Paciente, como em (3.96) e Locativo, como mostra o exemplo (3.99).

(3.99) Warekéna (AIKHENVALD, 1998, p. 276)

uwa-hã minañi-ta ata:pi **yulute-li -wa**

climb-PAUS on-DEM:DISTR tree lie-REL-NONACC

‘He (the jaguar) climbed on the tree where (on which) he lay.

Ela (a onça) subiu na árvore onde (em que) ele se deitou.

Quanto a função sintática de Objeto Indireto, percebe-se que em duas línguas dessa família tal função não é acessível à relativização. No tariána, há distinções morfológicas apenas para Sujeito e Objeto Direto. Oblíquos podem ser de Locativo, ou então Instrumento ou Comitativo. Não há Objeto Indireto marcado morfológicamente. Sendo assim, tal função é irrelevante para a língua.

No warekéna, não há informações na gramática que levem ao estatuto das funções sintáticas na língua. Percebe-se nos exemplos, no entanto, que há diferença entre a função de Sujeito, de Objeto Direto e de Locativo.

3.6 A família Páno

No tocante às estratégias de relativização, poucas generalizações podem ser feitas, já que a família Páno é representada, neste trabalho, por apenas duas línguas, além de que essas línguas se comportam de maneira diferente. A língua shanenawa, cuja estratégia primária é a de lacuna, utiliza também a não-redução para a construção desse tipo de oração. A língua matís tem como estratégia a nominalização, diferentemente da língua shanenawa,

porém a mesma estratégia da língua mayorúna³⁸, que não faz parte do corpus, mas pertence à mesma família. O quadro 12 a seguir resume as estratégias de relativização encontradas nas línguas da família Páno.

FAMÍLIA PÁNO		
	Matís	Shanenawa
Pronome Relativo		
Nominalização	X	
Lacuna		X
Não-redução		X
Quadro 12. Estratégias de relativização na família Páno		

O shanenaewa, segundo Cândido (2004, p. 185), língua de Ergatividade Cindida, as relativas são formadas a partir da estratégia de lacuna, em que não há nenhum elemento que conecte a oração relativa ao item relativizado. As relativas são em sua maioria pós-nominais (portanto de núcleo externo). Em (3.100), encontra-se um exemplo de relativa com núcleo expresso e em (3.101), sem núcleo.

(3.100) Shanenewa (CÂNDIDO, 2004, p. 185)

nukuhunî **in** **uin-a** u-a-ki
 homem 1 ver-PST vir/chegar-PST-DECL

O homem que eu vi chegou.

³⁸ A língua mayorúna foi excluída do corpus de análise devido à escassez de informação sobre as relativas na gramática disponível para consulta.

(3.101) Shanenewa (CÂNDIDO, 2004, p. 187)

in tapian-i **jura-ø riti-a**
 1 saber-PRES índio matar-PST
 Eu sei o que matou o índio.

Apesar de a estratégia de lacuna ser a mais produtiva e mais recorrente para a formação de relativas na língua shanenawa, há ainda duas outras formas de construção de relativas. A primeira delas vale-se da conjunção **askaşun**, uma das poucas da língua. No uso específico nas relativas, a conjunção desempenha o papel de pronome relativo ou de complementizador, como pode ser visto em (3.102). A estratégia de relativização, ainda assim, é a de lacuna.

(3.102) Shanenewa (CÂNDIDO, 2004, p. 188)

Militão-nu kaman-ø kuşa-a
 Militão-ERG cachorro-ABS bater-PST

askaşun fakihu-ø naka-a
 REL (TRPOS) menino-ABS morder-PST

Militão bateu no cachorro que mordeu o menino.

A segunda alternativa de construção de relativas se caracteriza pela repetição do relativizado na própria oração relativa, característica da estratégia de não-redução, como pode ser visto no exemplo (3.103).

(3.103) Shanenewa (CÂNDIDO, 2004, p. 188)

in **pişi-ø uin-i** jura **pişi**-ma-ki
 1 casa-ABS ver-PRES índio casa-NEG-DECL
 A casa que eu estou vendo não é de índio.

No matís, língua do tipo ergativo-absolutiva, a oração relativa é realizada por meio de nominalizações. Segundo Ferreira (2005), os morfemas relativizadores são **-akid** (passado recente paciente); **-bokid** (passado não recente paciente) e **-kid** (agente). Nos exemplos (3.104) e (3.105), aparecem relativas com **akid** e **-bokid**. Percebe-se que as relativas, nesses casos, são pós-nominais.

(3.104) Matís (FERREIRA, 2005, p. 275)

ɪnbi **tɬamo-akid** nami-∅ mikui pe-bo-k
 1SG.ERG assar-NMLZ.PST.NREC carne-abs 2pl. comer-PST.NREC.-DECL
Vocês comeram a carne que eu assei.

(3.105) Matís (FERREIRA, 2005, p. 275)

tumi-n datonkete-∅ datonke-e-k **ɪnbi** **mene-bodik**
 Tumi-ERG camisa-ABS vestir-NPST-DECL 1SG.ERG dar-NMLZ.PST.NREC.PAC
 Tumi vestiu a camisa que eu dei.

Em (3.106), exemplifica-se a relativa com o uso de **-kid**:

(3.106) Matís (FERREIRA, 2005, p. 276)

ɪnbi sandalia-∅ **bida** **kimo** **ik-kid-∅** bed-bonda-k
 1SG.ERG sandália-ABS bonita intens COP-NMLZ.AG-ABS comprar-PST.DIST-DECL
 Eu comprei a sandália que é muito bonita.

No que diz respeito às funções sintáticas relativizadas, as línguas dessa família apresentam mais regularidades. O quadro 13 a seguir ilustra as funções sintáticas relativizadas nas línguas da família Páno:

FAMÍLIA PÁNO						
	S	OD	OI	Obl	Gen	OComp
Shanenawa	+	+	-	-	-	-
Matís	+	+	-	-	-	-

Quadro 13. Funções sintáticas relativizadas nas línguas páno

Ambas as línguas shanenawa e matís são capazes de relativizar apenas Sujeito e Objeto Direto. As orações de Objeto no matís são relativizadas por **-akid** e **-bokid**, como nos exemplos (3.86) e (3.87), ambas com função semântica Paciente, enquanto as orações relativizadas por **-kid** se referem ao Sujeito da relativa, seja ele S ou A. Nesse caso, as relativas geralmente precedem o núcleo nominal a que se referem, como pode ser observado no exemplo (3.88).

Além da relativização de Sujeito e Objeto Direto, como visto nos exemplos (3.84) e (3.82), respectivamente, a língua shanenawa apresenta uma particularidade: há a possibilidade de relativização de funções semânticas típicas de Oblíquo, mas com função sintática de Objeto Direto, como é o caso em (3.107). Neste exemplo, há a relativização de **şaşu** ‘canoa’, que funciona sintaticamente como Objeto Direto da relativa e semanticamente como Locativo:

(3.107) Shanenewa (CÂNDIDO, 2004, p. 187)

in şaşu **u-a** in kuka-na
 1 canoa vir-PST 1POSS tio-GEN.POSS

A canoa em que eu vim é do meu tio.

O shanenawa relativiza, além de Locativo, as funções semânticas de Agente, como em (3.102), Zero, como em (3.103) e Paciente, como em (3.100).

3.7 A família Arawá

Por contar com apenas dois membros, não se pode chegar a generalizações propriamente ditas na análise da família Arawá. O que se faz aqui, então, é uma comparação entre as duas línguas.

Em primeiro lugar, é interessante notar que ambas as línguas desta família são do tipo Ergativo-Absolutivas. O jarawára dispõe de relativas formadas por meio da estratégia da lacuna, assim como o paumarí. Há, no entanto, uma controvérsia no que diz respeito à estratégia de relativização no jarawára. Dixon (2004) afirma que as relativas dessa língua são de núcleo interno e formadas por simples justaposição. No entanto, acredita-se que esse tipo de relativa é, na verdade, de lacuna. São duas as razões: primeiro porque a simples justaposição não envolve duas orações, mas sim dois Sintagmas Nominais. Percebe-se, nos exemplos (3.108) e (3.109) fornecidos por Dixon (2004), que há, de fato, duas orações, em que uma é subordinada semanticamente à outra. As funções semântica relativizadas são Sujeito e Objeto Direto, enquanto as funções semânticas relativizadas são Agente e Paciente.

(3.108) Jarawára (DIXON, 2004, p. 526)

Jara sirikaa siri ne-no mee wasi-witiha
 Branco.M rubberM tap AUX-IMM.NM 3SG.AG find-from.PLACE.F
 ‘They encountered a Branco who had been tapping rubber.’
Eles encontraram um branco que estava extraindo borracha.

(3.109) Jarawára (DIXON, 2004, p. 526)

jomee fati hi-kabe-mete-mone o-komina-bone-ke
 jaguar.M 3SGPOSS.wife.F Oc-eat-REM.NF-REP.F 1SG.AG-tell.about-INT.F-DEC.F
 ‘I’ll tell you about his wife who a jaguar ate.’
Eu vou te contar sobre a esposa dele que a onça comeu.

Em segundo lugar, não há nenhuma referência, na oração principal, ao núcleo interno. As relativas de núcleo interno, geralmente, apresentam uma anáfora na oração principal, que são correferenciais ao núcleo, como no caso da língua sanumá, por exemplo. No caso das relativas em jarawára, o que se tem é uma oração subordinada encaixada na principal sem nenhuma expressão do núcleo nominal nessa oração. Esta é a definição da estratégia da

lacuna. De fato, Galúcio (2006), ao analisar a língua sakurabiat, expõe essa dúvida. Observe o exemplo (3.110):

(3.110) Sakurabiat (GALÚCIO, 2006, p. 52)

ameko aose sogo se-er-a naat top
 cachorro/onça homem morder 3-dormir-TRANS ?COP AUX.deitado.PRES
O cachorro que mordeu o homem está dormindo.

Galúcio (2006) afirma que a estratégia de relativização é ambígua nesse caso. Ou se trata de uma relativa de lacuna ou uma relativa de núcleo interno, em que o núcleo da relativa aparece na sua posição usual na própria relativa (posição inicial) e a oração relativa como um todo ocupa a posição que seria ocupada pelo núcleo da relativa na oração matriz. Acredita-se, mais uma vez, que se trata, na verdade, da estratégia de lacuna, apenas.

A oração relativa em paumarí, ao contrário, contém o sufixo **-ki**, que não se parece com um pronome relativo, anexado ao verbo. Tal sufixo aproxima-se mais de um marcador de relativização, sem a função de marcação de caso de um pronome relativo. A estratégia de relativização também é a de lacuna, como pode ser observado nos exemplos (3.111), (3.112) e (3.113). As funções sintáticas relativizadas são Sujeito em (3.111) e (3.112), e Objeto Direto, em (3.113). O primeiro e o segundo exemplo trazem a relativização de Zero, enquanto o último traz relativização de Paciente.

(3.111) Paumarí (CHAPMAN; DERBYSHIRE, 1991, p. 238)

siri **ka-jokira-ri-ki** ho-ra na-ihama-hi-'i-hi
 turtle VBLZ-salt-NEG-REL me-OBJ CAUS-be:angry-ASP-THEM
 The turtle which was unsalted angered me.
A tartaruga que estava sem sal me irritou.
 I was angry because the turtle was unsalted.
Eu estava irritado porque a tartaruga estava sem sal.

(3.112) Paumarí (CHAPMAN; DERBYSHIRE, 1991, p. 238)

bano ka-si'aha-na **hoja-roni-ki-ra**
 piranha GEN-pot-m remain-still-REL-OBJ

a-na-ibavijaha-'a-ha

1PL-CAUS-put.away-ASP-THEM

‘We put away he cooking pot of piranhas which had remained.’

Nós jogamos fora as panelas de piranha que sobraram.

(3.113) Paumarí (CHAPMAN; DERBYSHIRE, 1991, p. 239)

jara anani pa'isi-a
 non.Indian female small-ERG

bi-ka-va-ki'daraha-'i-ki **ida** sapiva

1SG-away-NOM.CLF-COMIT-MOV-ASP-REL DEM.F hat

‘The little non-Indian girl ran with the hat which I had brought.’

A menina não-índia correu com o chapéu que eu tinha trazido.

No tocante às funções sintáticas relativizadas, as duas línguas da família Arawá têm comportamentos distintos. O quadro 15 a seguir ilustra a comparação entre as duas línguas da família:

FAMÍLIA ARAWÁ						
	S	OD	OI	Obl	Gen	OComp
Paumarí	+	+	?	+	–	–
Jarawára	+	+	–	–	–	–

Quadro 15. Funções sintáticas relativizadas nas línguas arawá

A língua jarawára relativiza Sujeito e Objeto Direto, como visto nos exemplos fornecidos, enquanto a língua paumarí também relativiza Oblíquo, sem, no entanto, relativizar

Objeto Indireto. A relativização de Oblíquo no paumarí encontra-se ilustrada no exemplo (3.114).

(3.114) Paumarí (CHAPMAN; DERBYSHIRE, 1991, p. 239)

a-va-ko-'omisi-'a-ha casi o-rakhai-vini
 Hawaii-3PL-canoë-dock-ASP-THEM beach 1SG-plant-DEP.TRANS

o-nofi-ki **a'ini-ni-a**
 1SG-want-REL upriver-F-OBL

They docked at the upriver beach which I wanted to plant.

Eles ancoraram na praia acima do rio em que (onde) eu queria plantar.

Não há informações claras na gramática do paumarí sobre o estatuto das funções sintáticas na língua. Desse modo, não há como evidenciar, de fato, a diferença entre Objeto Direto, Objeto Indireto e Oblíquo, nem há como afirmar ou negar a existência da função sintática de Objeto Indireto. Entretanto, percebe-se pelos exemplos que o funcionamento do Oblíquo é diferente do Objeto Direto (cf. exemplo (3.112) em comparação ao exemplo (3.114)). Sendo assim, não é possível afirmar que as duas funções sintáticas têm o mesmo estatuto.

3.8 A família Makú

Por contar com apenas dois membros, não se pode chegar a generalizações propriamente ditas na análise da família Makú, assim como em alguns casos de outras famílias da amostra deste trabalho. O que são traçadas aqui são tendências de comportamento entre as duas línguas da família.

Em primeiro lugar, é importante observar que as duas línguas dessa família diferem quanto a categoria tipológica. Enquanto o dâw é do tipo Ergativo-Absolutiva, a língua húpda

é Nominativo-Acusativa. No dâw, a diferença entre S e O em orações transitivas e intransitivas é marcada por variação tonal, que é usada para marcar a ergatividade.

No que diz respeito às estratégias de relativização, as línguas da família Makú são diferentes. Na língua húpda formam-se relativas a partir da estratégia da nominalização. Epps (2005) afirma que como a relativa não dispõe de marcas que a liguem ao núcleo nominal, há coincidências com a estratégia da lacuna. Percebe-se, portanto, que essa língua faz o uso de uma mistura de estratégias para construir a relativização.

As relativas são, geralmente, de núcleo externo e pré-nominais. A marcação da nominalização é realizada pelo marcador de dependência **-Vp**³⁹, um sufixo preso afixado diretamente ao verbo. Esse sufixo, por sua vez, desempenha outras funções além da relativização nessa língua. O nome relativizado pode ser dos tipos simples ou complexo. Em (3.115) há um exemplo de relativização de nome completo e em (3.120) de nome simples.

(3.115) Húpda (EPPS, 2005, p. 692)

yúp	hid key-7ě-p	hɔhɔ´h=b´ay,	ham-yiʔ	ní-ay-áh
that.ITG	3PL see-PERF-NMLZ ⁴⁰	today=again	go-TEL	be-INCH-DECL
‘That frog they were looking at, (it) went away.’ (FS.2)				
‘Aquele sapo que eles estavam olhando, fugiu.’				

³⁹ V significa vogal.

⁴⁰ Epps (2005) codifica o sufixo **-p** como DEP. Neste trabalho, tal sufixo aparece marcado como NMLZ.

(3.116) Húpda (EPPS, 2005, p. 692)

yít=mah yúp húp=wəd
 thus-REP that-ITG person=RESP

wiʔ-g'ét-éy, mɔ`h g'íg-ip= ʔh
 hear-stand-DYNM inambu shoot.w⁴¹.arrow-NMLZ=M

‘There a man was standing listening, (it was) one who was shooting inambu.’
 (E.SB.4)

‘Havia um homem de pé escutando, aquele que estava arremessando inambu’.

Outra forma de relativizar em húpda envolve o uso do marcador de plural =d'əh, que pode ser utilizado se o nome relativizado é animado. Em relativas desse tipo, o marcador atua como o núcleo, com a mesma função de um nome simples. O exemplo contido em (3.117) ilustra essa estratégia. A função semântica relativizada é Agente.

(3.117) Húpda (EPPS, 2005, p. 693)

ʔecáp cóʔ hɪd næn-ay-áh, hɪd=n'ăn mæh=d'əh-əh
 tomorrow LOC 3PL come-INCH-DECL 3PL=PL.OBJ kill=PL-DECL

‘The next day they arrived, those who (would) kill them’.

‘No próximo dia eles chegaram, aqueles que os matariam’.

Há uma terceira forma para construir relativas, restrita, no entanto, aos constituintes que funcionam como Objeto e Oblíquo na principal: marcação de caso com -ăn, Objeto e -Vt⁴², Oblíquo. Esse tipo de marcação ocorre em relativas sem núcleo. Em (3.118) e (3.119), respectivamente, há exemplos dessas situações. No primeiro exemplo, há a relativização de Instrumento e, no segundo, de Paciente.

⁴¹ O autor não fornece o significado de tal abreviação.

⁴² V, nesse caso, significa **vogal**.

(3.118) Húpda (EPPS, 2005, p. 694)

ʔãh wɔn'-ʔé-w- ǎn **ÿ** **təh-yiʔ-ty**
 1SG mingau-PERF-FLR-OBJ João break-TEL-DYNM
 'John broke the one (i.e. a stick) with which I was making mingau'.
Jõao quebrou aquilo (o pau) com o qual que estava fazendo mingau'.

(3.119) Húpda (EPPS, 2005, p. 695)

tih hɔhtëg-ét hám-áy tih=báb' biʔ-ʔé-w-ít
 3SG canoe-OBL go-DYNM 3SG=sibling work-PERF-FLR-OBJ
 'He's going in the canoe, in the one his brother made'.
'Ele está indo na canoa, na que seu irmão fez'.

Apesar de ser importante a função sintática desempenhada pelo referente na relativa, também é relevante a função sintática desempenhada na oração principal.

Os constituintes relativizados na função de Sujeito podem atuar, na principal, como Sujeito (3.120), Objeto (3.121), Recipiente (3.122) ou Predicativo (3.123).

(3.120) Húpda (EPPS, 2005, p. 696)

hɔp=kək=cúk d'oʔ=d'əh **hɔd** **bɔʔ-ɔh**
 fish=pull=pole take=PL they make-DECL
 Those who take (use) fishing poles, they make them.
Aqueles que pegam (usam) varas de pescar, eles as fazem.

(3.121) Húpda (EPPS, 2005, p. 696)

tɪw biʔ=n'ǎn **tih** **mæy-nɔ'ʔ-wɔ'-ay**
 path work=PL.OBJ 3SG pay-give-FLR-INCH
 'He began to pay those who worked on the road.'
Ele começou a pagar aqueles que trabalharam na estrada.

(3.122) Húpda (EPPS, 2005, p. 697)

g'áj yaʔám wɔ́ y-ɔ́ h, g'áj wɔ́ n-ɔw-än-áh
 cutivara jaguar hold.back.from-DECL cutivara follow-FLR-OBJ-DECL

yaʔambɔʔ-än-áh **tih-än** **kəwəg** **d'oʔ-tuʔ-ʔé-w-än-áh**
 dog-OBJ-DECL 3SG-OBJ eye take-go.into.liquid-PERF-OBJ-DECL

‘The jaguar protects the cutivara, from the one that follows the cutivara, from the dog; (the jaguar protects) the one who put his eyes in for him.’

A onça protege a cutivara, daqueles que seguem a cutivara, do cachorro; (a onça protege) aquele que cuida [da cutivara] por ela.

(3.123) Húpda (EPPS, 2005, p. 697)

ʔäh **biʔ-hipá ~h-ãp= ʔih**

1sg work-know-NMLZ=M

‘I’m the one who knows how to do (this).

Eu sou aquele que sabe como fazer isso.

Nos casos em que a função do item relativizado é Objeto na principal, Epps (2005) afirma que, se houver marcação de caso no item relativizado, a marcação será feita de acordo com a função desempenhada na oração principal, independentemente da função da relativa. As relativas nesse caso podem ser de Sujeito, Objeto Direto, Objeto Indireto e Oblíquo. Coisa semelhante ocorre quando a função do item relativizado na matriz é Oblíquo. As funções desempenhadas pelo item relativizado na relativa, nesse caso, são Sujeito, Objeto, Oblíquo e Predicativo. Em (3.124) exemplifica-se o caso de relativização de item que funciona como Objeto Direto na matriz e Objeto Indireto na relativa. Nota-se, nessa língua, que não há distinção morfossintática entre a relativização e Objeto Direto e Objeto Indireto. A relativização de Objeto Indireto nada mais é do que a relativização de Objeto Direto, enquanto função sintática, com a função semântica de Recipiente/Beneficiário.

(3.124) Húpda (EPPS, 2005, p. 698)

yũd ʔin j'ek-ě-p= ʔá~y naʔ-yiʔ-iy=mah
 clothes 1PL steal-PERF-NMLZ=F die-TEL-DYNM=REP

‘The woman from whom we stole the clothes das died, it’s said.

A mulher de quem nós roubamos as roupas morreu, dizem.

Em (3.125), exemplifica-se um caso de relativização de Oblíquo:

(3.125) Húpda (EPPS, 2005, p. 699)

těg ʔam hũh-ʔay-ʔě-p b'õt-õt
 wood 2SG carry-VENT-PERF-NMLZ roça-OBL

(She is) in the roça from which you carried wood.

Ela está na roça da qual você pegou madeira.

O dâw, por sua vez, utiliza a estratégia da lacuna para construir as relativas. As relativas em dâw são formadas a partir do emprego de dois pronomes demonstrativos relativizadores: **pàj** ‘aquele (a) que’ e **ʔg ~ ʔg** ‘esse (a) que enfático’. As relativas são pós-nominais (portanto de núcleo externo) e os relativizadores aparecem após o verbo.

Quanto à distribuição dos relativizadores pelos diferentes tipos de relativas, Martins (2004, p. 596) afirma que o emprego desses elementos é estabelecido pela função sintática que eles exercem. O pronome **pàj** pode aparecer em relativas de Sujeito e Objeto. No entanto, quando a relativa é de Objeto, há a possibilidade da ocorrência da conjunção relativa **ʔuj**. Já o relativizador enfático **ʔg** ocorre tanto como Sujeito quanto como Objeto, tendo a função de enfatizar o antecedente ao qual se refere.

Nos exemplos a seguir encontram-se casos de relativas de Sujeito com **pàj**, como em (3.126) e (3.127), em que a função semântica relativizada é Zero; de Objeto com o mesmo morfema, em (3.128) e de Objeto com **ʔuj**, como em (3.129), em que a função semântica relativizada é Paciente.

(3.126) Dâw (MARTINS, 2004, p. 596)

ʔa-buɣ nĩ dɣw ʔàj mʔǝʔ-ǝd buj-fuɣh pàj
 esse-aí haver gente fêmea um-ESP menstruar DEM.REL
Daí havia uma moça que menstruou pela primeira vez.

(3.127) Dâw (MARTINS, 2004, p. 596)

nǎʔ páf pɔx hid xu dóʔ pàj ʔa-mǝɲ hũʔ
 este pedra céu DIR descer MOV DEM.REL este-1SG.POSS brinquedo
Esta pedra que está caindo do céu é meu brinquedo.

(3.128) Dâw (MARTINS, 2004, p. 596)

jʔǎm wǝd jed wéd
 cachorro comer INTENS comida
 ʔa-bɔʔxɛb kɛd ʔǎh hǎʔ wuɰd pàj
 esse-prato dentro 1SG deixar FRUST DEM.REL
O cachorro comeu toda a comida que eu deixei no prato.

(3.129) Dâw (MARTINS, 2004, p. 596)

mǝɲ tug cɔm jũt gid
 1SG.POSS marido banhar PERF CONJ
 ʔǎh xa háp tih láj ʔuj
 1SG cozinhar peixe 3SG pescar CONJ
Quando meu marido acabar de banhar, eu vou cozinhar o peixe que ele pescou.

Embora o pronome demonstrativo ʔǎʔ ‘este’ também possa aparecer como relativizador, seu uso é diferente dos outros marcadores similares: ele ocupa a primeira posição na oração. Esse morfema pode aparecer isolado ou aglutinado ao termo que o sucede na oração. Em (3.130) há um exemplo deste fenômeno, em que a função semântica relativizada é Paciente:

(3.130) Dâw (MARTINS, 2004, p. 596)

háp ʔáʔ ʔãh lóʔ ʔa dɔx
 peixe este 1SG comprar esse estar estragado
O peixe, este que eu comprei, está estragado.

Por se tratarem de apenas duas línguas representantes de uma mesma família, não se consegue chegar a generalizações de comportamento no tocante às estratégias de relativização utilizadas pelas línguas.

No tocante às funções sintáticas relativizadas, as línguas também diferem. O quadro 16 a seguir traz as funções sintáticas relativizadas em húpda e daw:

FAMÍLIA MAKÚ						
	S	OD	OI	Obl	Gen	OComp
Húpda	+	+	+	+	-	-
Dâw	+	+	-	-	-	-

Quadro 16. Funções sintáticas relativizadas nas línguas makú

A leitura do quadro permite afirmar que, enquanto o húpda começa a relativização pelo Oblíquo, o dâw restringe a relativização às funções de Sujeito e Objeto. As funções relativizadas pela língua húpda estão descritas nos exemplos (3.121), (3.115), (3.124) e (3.125), respectivamente Sujeito, Objeto Direto, Objeto Indireto e Oblíquo, enquanto os exemplos (3.127) e (3.128) mostram a relativização de Sujeito e Objeto em dâw.

3.9 A família Nambikwára

As línguas nambikwára e sabanê se diferem quanto a estratégia de relativização utilizadas. Enquanto a primeira utiliza a estratégia da lacuna, a segunda utiliza a estratégia da nominalização.

A língua nambikwára⁴³ é do tipo nominativo-acusativa, de ordem SOV. As orações subordinadas em nambikwára são sempre pré-nominais. As orações relativas, segundo Kroeker (2001), são subdivididas em três grupos: as não-pessoais, as culminantes e as dinâmicas. As relativas não pessoais são as formadas pelos sufixos **-sxã³** ‘sequência imediata’ e **-nũ²la²** ‘sequência atrasada’. O tipo culminante é marcado por **-te³na¹** ‘resposta imediata’ e **-na³na¹** ‘resposta atrasada’, sempre marcado para pessoa. O tipo dinâmico consiste em **-hak²xai³** ‘causal’ e **-kxa²yu³su²**, ‘adicional’. Todas as orações subordinadas em nambikwára são finitas, mas lhe faltam sempre sufixos de tempo e aspecto.

Segundo Kroeker (2001), as relativas sempre se expressam da mesma forma, independentemente da sua colocação na sentença, excluindo a possibilidade de existência de relativas sem núcleo nessa língua.

A partir dos exemplos contidos em (3.131)-(3.134) pode-se afirmar que as relativas em nambikwára são realizadas a partir da estratégia da lacuna, uma vez que não há elemento que ligue as orações matriz e principal, não há nominalizadores nem pronomes relativos.

(3.131) Nambikwára (KROEKER, 2001, p. 28)

in³txa² ã³wait³-tē³-jah¹1-a² kã³ki²-ne³-∅-na²-hẽ³-1a²
 homem sair-1+2-CLF.homem-DEF roubar-1+2-3SG-T/E.IO.PST-PERF
 ‘O homem que nos deixou, nos roubou.’

⁴³ O nambikwára é uma língua tonal. Os números ¹, ² e ³ sobrescritos marcam na escrita a diferença de tom nessa língua.

(3.132) Nambikwára (KROEKER, 2001, p. 28)

in³txa² **yen³kxa² kãi³ki²-ne³-jah¹l-a²** î²-a¹- hê³-la²
 homem coisa roubar-1+2-CLF.homem-DEF ver-1SG-T/E.IO.PST-PERF
 ‘Vi o homem que nos roubou’

(3.133) Nambikwára (KROEKER, 2001, p. 28)

in³txa² **kãi³ki²-ne³-jah¹l-a²** wã³lxi²-∅-na²hê³-la²
 homem roubar-1+2-CLF.homem-DEF voltar-3sg- T/E.IO.PST-PERF
 ‘O homem que nos roubou voltou.’

(3.134) Nambikwára (KROEKER, 2001, p. 28)

in³txa² wah³nxe³kx-∅-in¹-jah¹l-a² î²-∅-a¹- hê³-la²
 homem **esperar-3SG-2SG-CLF.homem.DEF** ver-o.3SG-1SG- T/E.IO.PST-PERF
 ‘Vi o homem que você esperava.’

A relativização em *sabanê* é formada a partir da estratégia da nominalização. Percebe-se, a partir dos exemplos, que as nominalizações são construídas por meio da adição de um sufixo, que pode ser *-ta* ‘nominalizador de ação’ ou *-bi* ‘nominalizador de paciente’. Esses sufixos aparecem seguidos por *-mi* ‘sufixo referencial’, como no exemplo (3.135). É possível a construção de relativas sem núcleo em *sabanê*, como exemplificado no exemplo (3.136).

(3.135) *Sabanê* (ARAUJO, 2004, p. 192)

miakali-ka **hala-n-ta-mi** t-ilup-a-datinan
 manioc-OBJ putrid-VS-NMLZ-REFR 1OBJ-to.vomit-VS-PST.EV
 ‘I vomited the manioc which was putrid’
Eu vomitei a mandioca que estava podre.

(3.136) Sabanê (ARAUJO, 2004, p. 192)

hilikan-n-bi-ta-mi

To.play-VS-NMLZ.PAC-NMLZ.ACT-REFR

‘Player/The one who plays.’

Aquele que brinca.

No tocante às funções sintáticas relativizadas, as línguas se aproximam: ambas são capazes de relativizar os graus mais altos na hierarquia, Sujeito e Objeto Direto. Em (3.137) e (3.138), encontram-se exemplos da relativização dessas funções no nambikwára. As funções semânticas relativizadas nesses exemplos são Agente e Paciente. A relativização de Sujeito e Objeto Direto, no sabanê, pode ser vista nos exemplos (3.136) já citado, e em (3.137) a seguir. As funções semânticas relativizadas são Zero e Paciente.

(3.137) Sabanê (ARAUJO, 2004, p. 192)

kani-ta-mi

m-ip-i-datinan

m-yaya-mi-datinan

dead(body)-NMLZ-REFR 2OBJ-to.see-VS-PST.EV 2POSS-brother-REFR-PST.EV

‘The corpse that you have seen is your brother’s.’

O cadáver que você viu é do seu irmão.

3.10 A família Tukáno

A família Tukáno é representada na amostra deste trabalho pela língua homônima. Segundo Ramirez (1997), os nomes deverbais, ou seja, as nominalizações, equivalem às orações subordinadas completivas, relativas e adverbiais em tukáno. Cada nominalizador tem um traço semântico diferente, como animacidade e forma geométrica, além de marcação de gênero e número.

As nominalizações seguem a mesma regra geral das outras línguas: afixos nominalizadores são adicionados ao verbo. Há um grande número e uma grande diversidade de sufixos nominalizadores, uma vez que a eles vêm acopladas funções de classificadores nominais.

Os nomes obtidos por meio de nominalização podem funcionar exatamente da mesma maneira que os outros nomes, como pode ser visto no exemplo a seguir.

(3.138) Tukáno (RAMIREZ, 1997, p. 279)

ba'a-sehé **nî**
 comer-NMLZ.INANM.PL ser-PRES.VIS.outraspessoas
É comida (lit. São coisas do comer, da alimentação)

As relativas se encaixam, geralmente, no lugar de um argumento verbal da oração principal, obedecendo às regras gerais sobre ordem das palavras⁴⁴. No exemplo (3.139), tem-se a oração principal **ĩsâ yukí yehê-rã' weeápi-** “nós estamos serrando madeira” e a oração encaixada **wesé bu'api wi'í weeátehe** “faremos casa no montículo da roça”:

(3.139) Tukáno (Ramirez, 1997, p. 284)

ĩsâ wesé bu'a-pi wi'í wee-átehe
 nós roça montículo-FOC casa fazer-NMLZ.INANM.PL.FUT

yukí yehê-rã' wee-á-pi
 madeira serrar-IMPL/MSBJ AUX-RECPST.VIS

Nós estamos serrando madeira com que faremos casa no montículo da roça.

(lit: madeira, ser não-contável do nosso futuro fazer de casa no montículo da roça).

⁴⁴ A ordem dos constituintes em Tukáno, segundo Ramirez (1997), dá-se de acordo com a ênfase. Sobre isso, pode-se afirmar que: (i) A ordem dos sufixos verbais correferenciais aos nomes é obrigatoriamente V – S. Ou seja, o verbo leva o sufixo de sujeito. O objeto nunca é marcado. (ii) A ordem não marcada para ênfase é SOV. (iii) A ordem não marcada completa: S Instr/Acomp O_{ind} Per_{temp/loc/maneira} O_{dir} V. (iv) A regra sobre a ênfase pode ser assim formulada: as palavras enfatizadas aparecem no início do enunciado.

(3.142) Sanumá (BORGMAN, 1990, p. 133)

ipa ulu kökö lo-le ã kökö hu mai kite

my son 3.PL sit-PRES REL 3.PL go NEG FUT

My sons who are sitting here will not go.

Meus filhos que estão sentados aqui não irão.

A oração relativa de (3.142) tem algumas características de correlativa, especialmente das do tipo que Keenan (1985, p. 165) se refere como interna deslocada à esquerda (left-dislocated internal RC).

Há, em sanumá, algumas diferenças entre as relativas com verbos não-descritivos e as com verbos descritivos. As orações relativas com verbos não-descritivos contam com os marcadores indefinidos **wi**, **noai**, com os marcadores de testemunho **-le**, **-e**, **-pi**, **-pili**, **-li** ou ainda com o especificador **hai**, usado em orações de identificação, que pode ser considerado parte de uma construção possessiva. O pronome relativo **ã** segue a oração relativa, e, em geral, aparece imediatamente a ela. Entretanto, alguns termos na função de Tempo e Locativo podem aparecer intercalados, caso em que pode haver pausa marcada fonologicamente depois da relativa quando **ã** aparece.

O núcleo da oração relativa consiste em um nome e um pronome classificador. No entanto, é possível construir relativas sem que haja a presença do núcleo nominal, que é recuperado, nesse caso, pelo contexto. As orações relativas com verbos não-descritivos podem estar na posição de Sujeito (3.143), Objeto Direto (3.144), Objeto Indireto (3.145) e Oblíquo, de Tempo (3.146) e Locativo (3.147). As funções semânticas relativizadas são Zero, Paciente, Recipiente, Tempo e Locativo, respectivamente.

(3.143) Sanumá (BORGMAN, 1990, p. 134)

ipa ulu kökö lo-le ã sa kökö pi ipa-ö
 my son 3.PL sit-PRES REL 1.SG 3.PL love INTENS-NONASP
 I really love my sons who are sitting here.
Eu realmente amo meus filhos que estão sentados aqui.

(3.144) Sanumá (BORGMAN, 1990, p. 136)

setenapi töpö-nö a tha noai ã sa pi kule
 non:Indian 3.PL-AG 3.SG make INDEF.PERF REL 1.SG.SBJ.3.SG.OBJ want PRES
 I want the one wich the non-Indians made.
Eu quero aquilo que os não-índios fizeram.

(3.145) Sanumá (BORGMAN, 1990, p. 137)

ipa ulu a niha nii sa te toto-a-ma
 my son 3.SG to food 1.SG 3.SG give-ITER-CAUS

sinomo wi ã a-nö sa pi kite
 habitually INDEF REL 3.SG.AG 1.SG love FUT
 My son to whom I habitually provide food will love me.
Meu filho, a quem eu habitualmente forneço comida, me amará.

Nas orações relativas de Tempo (3.151) e Locativo (3.152), o núcleo é o próprio pronome relativo ã.

(3.146) Sanumá (BORGMAN, 1990, p. 138)

ulu a ku-po toita pia-le ã
 child 3.SG be-EXT.FOC good about:to-PRES REL

 tö-ka nii te oa hena mai kite
 TEMP-THEM food 3.SG eat early neg FUT
 (She) will not eat food early in the day when her child is just about to be born
Ela não comerá o alimento mais cedo no dia em que sua criança está a ponto de nascer.

(3.147) Sanumá (BORGMAN, 1990, p. 138-139)

töpö inamo sinomo wi ã ha sa
3.PL play always INDEF REL LOC 3:SG

inamo nai-o pia salo
play with-PUNCT intend RES

I intend to play with (others) at a place where they always play.

Eu pretendo brincar com (outros) em um lugar onde eles sempre brincam.

Em sanumá, há também a relativização de Agente:

(3.148) Sanumá (BORGMAN, 1990, p. 136)

amito osö kai hu sinomo wi
plane CLF ? go habitual INDEF

ã a pe epö
REL 3.SG big INTENS

The one who habitually goes directing the plane is very big.

The pilote is very big.

Aquele que geralmente vai pilotando o avião é muito grande.

O piloto é muito grande.

As orações relativas, como dito anteriormente, diferem de acordo com o tipo de verbo.

As ORs com verbos descritivos ou com verbos de existência em sanumá dispõem do marcador **-i**, uma forma presa afixada ao verbo. Como esses dois tipos de verbos, quando presentes em construções relativas, perdem o morfema de aspecto durativo **-a** ou o morfema de aspecto pontual **-o**, eles são chamados por Borgman (1990) de não-aspectuais. Esse tipo de oração relativa pode ocupar a posição de Sujeito, Objeto Direto, Objeto Indireto e Oblíquo, mas apenas no caso locativo.

As orações relativas com verbos descritivos frequentemente aparecem com o núcleo nominal seguindo a oração relativa. Nesse caso, o pronome relativo é opcional, mas o sufixo

indefinido *-i* sempre aparece junto ao verbo da oração principal. As orações relativas com verbos existenciais não-aspectuais têm um núcleo interno e, geralmente, um pronome classificador aparece como anáfora correferencial na oração principal, apesar de o núcleo do SN poder ser repetido. É a mesma forma das orações relativas com verbos não-descritivos. O marcador relativo, no entanto, é *-i*, como nas orações relativas com verbos descritivos. O verbo existencial é *ku-*, ‘ser’, e aparece em conjunto com um dos dois sufixos antes do indefinido *-i*: o não aspectual *-õ* ou o presente *-le*.⁴⁵ Os exemplos contidos em (3.149) e (3.150) mostram casos de ORs com verbos descritivos e existenciais, respectivamente:

(3.149) Sanumá (BORGMAN, 1990, p. 140)

pe epi-i ã a tiso pata tha-kõ
 big INTENS-INDEF REL 3.SG path AUG make-FOC
 Make a path which is very big.
Faça um trajeto que seja muito grande.

(3.150) Sanumá (BORGMAN, 1990, p. 142)

ĩ naha u pata ku-i-i u pata
 REL like river.CLF AUG be-NONASP-INDEF river.CLF AUG

ha sa pili-o pasi-o-ma
 on 1.SG live-PUNCT separate-PUNCT-COMP
 I lived separately on the big river, on that one which is this big.
Eu vivi isoladamente no grande rio, naquele que é grande.

3.12 A família Múra

Existem dois tipos de relativas em pirahã: as formadas pela estratégia da lacuna e as formadas pela estratégia da não-redução. Ambas as estratégias podem ser aplicadas ao Sujeito e ao Objeto Direto. Em (3.151), há um exemplo de Sujeito relativizado por meio de lacuna:

⁴⁵ Com *-le*, *ku-* geralmente se transforma em *-ki* e com *-ki*, o *-le* se transforma em *-kili-i*.

(3.151) Pirahã (EVERETT, 1991, p. 139)

gai xaoaxái **gai gíxai bikadogía xopí sigíai**
 aquele INTER aquele 2 mercadoria tirar mesmo
Não é aquele que roubou sua mercadoria?

Em (3.1526), há um exemplo de Objeto relativizado mediante a estratégia de lacuna e em (3.153) um exemplo de Objeto relativizado mediante não-redução:

(3.152) Pirahã (EVERETT, 199, p. 139)

ko xoogíái xi ab-áo-b-óxóí hix
 VOC nome coisa acabar-TEL-PERF-INTER INTER

chico hi go-ó gíxai ho-aó-b-í sigíai
 nome 3 PRO-OBL 2 vender-TEL-PERF-PROX mesmo
Ei, Xoogíái, será que aquilo que Chico vendeu para você acabou?

(3.153) Pirahã (EVERETT, 1991, p. 140)

xoogíai hi go-ó hoasígikoi bíib-í
 nome 3 PRO-OBL chumbo enviar-PROX

híx hoasígikoi koab-aó-b-í-i
 INTER.COMP chumbo acabar-TEL-PERF-PROX.CER.COMP
O chumbo que Xoogíái me vendeu acabou.

Everett (1991) considera que todas as relativas no pirahã são restritivas. Apesar de marcado na glosa como um **wh**, o morfema **go** não é interpretado como um pronome relativo, mas como parte do SV, uma vez que é marcado pelo sufixo oblíquo **-ó** e é posposto ao Sujeito. Percebe-se, na análise das relativas, a presença (não obrigatória, segundo Everett (1991)) dos morfemas interrogativos **hix** e **sigíai**, que funcionam nessas orações como complementizadores. Há, então, uma correlação entre a oração relativa e esses morfemas.

As funções semânticas relativizadas nos exemplos fornecidos são de Agente, como em (3.151), ou Paciente, como em (3.152).

3.13 A família Txapakúra

Língua Nominativo-Acusativa, o warí dispõe, de acordo com Everett e Kern (1997), de relativas finitas ou não-finitas. As finitas podem ser marcadas por qualquer um dos três morfemas de flexão **realis passado/presente**: morfema **ca**, neutro realis passado/presente; morfema **co**, masculino/feminino realis passado/presente; morfema **iri**, gênero não-específico; ou, ainda, pelo morfema irrealis **xi** quando apareça antes do verbo e/ou quando um clítico de flexão verbal apareça depois dele. Nas ORs finitas, a presença do morfema de flexão é opcional, e as posições relativizadas são a de Sujeito e a de Objeto. Observe, nos exemplos (3.154), (3.154), (3.156) e (3.157), a presença dos morfemas **ca**, **co**, **iri** e **xi**, respectivamente:

(3.154) Warí (Warí (EVERETT; KERN, 1997, p. 83)

ma' na waram **ca** cao' quiwo'
 exist 3SG:RLSPST/PRES monkey:species INFL>NEUT.RLSPST/PRES eat arrow

There is a **waram** monkey that breaks (eats) arrow.

Há um macaco waram que quebra a flecha com a boca.

(3.155) Warí (EVERETT; KERN, 1997, p. 85)

taxi' na-in 'i ma'
 know 3SG:RLS.PST/PRES-3NEUT NEUT that:PROX:hearer

co **tucunimim'** ma'
 INFL:M/F. RLS.PST/PRES shaman that:PROX:hearer

(He) who is a shaman knows that.

(Ele) que é um pajé sabe disso. (Quem é um pajé sabe disso)

(3.156) Warí (EVERETT; KERN, 1997, p. 311)

mam' tata jami- -ocon
find PASS:3PL spirit 3PL.M

'iri' cono' nana ma'

INFL: RLS.PST/PRES die:p 3PL: RLSPST/PRES that:PROX:hearer

The spirits of those who died are found.

Os espíritos dos que (daqueles) morreram foram encontrados.

(3.157) Warí (EVERETT; KERN, 1997, p. 311)

Wirico **xi** tomi' ha' 'iri' cwa'
EMPH:3SG.M INFL:IRLS speak pay:attention 1 this:M/F

He (is) the one whom we should obey.

Ele (é) aquele a quem deveríamos obedecer.

Não é obrigatória, em oro warí, a presença de núcleo nominal. Quando a relativa apresenta um referente, ele aparece sempre antes da relativa, mas não necessariamente na posição imediatamente anterior a ela. As relativas nessa língua são, portanto, pré-nominais de núcleo externo.

As relativas não-finitas contêm o marcador **wa** (infinitivo/particípio). Diferentemente das finitas, em que é opcional o morfema de flexão introdutor da relativa, nas não-finitas o morfema relativizador sempre aparece. Além dessa diferença, nas relativas não-finitas há relativização apenas do Objeto, enquanto nas relativas finitas a relativização é tanto de Sujeito como de Objeto. Note a presença da partícula **wa**⁴⁶ (infinitivo) em (3.162), que ilustra um caso de relativa não-finita. A estratégia de relativização nessa língua é a de pronome relativo.

⁴⁶ Muitas vezes, o sentido produzido por essa partícula assemelha-se ao sentido passivo, segundo Everett e Kern (1997).

(3.158) Warí (EVERETT; KERN, 1997, p. 89)

Wara hwara' Pin na taraji- -con wari'
 already big:SG completely 3SG:RLSPST/PRES ear 3SG.M person

co **wara** **'oc wa ma'**
 INFL:M/F.RLS.PST/PRES already stick inf that:PROX:hearer

The (hole in the) ear of the person who was already pierced was already large.

O buraco na orelha da pessoa (que já estava) furada era largo.

Everett e Kern (1997) caracterizam a relativização na gramática do warí em termos de funções semânticas, diferentemente dos outros autores de gramáticas constantes desta amostra. Segundo os autores, o warí é capaz de relativizar Agente (3.154), Zero (3.159); Paciente (3.160); Recipiente (3.161), Locativo (3.162) e Instrumento (3.163).

(3.159) Warí (EVERETT; KERN, 1997, p. 87)

hoc mi' je-ocon con hwam hwijima'
 cook give 2PL:RLS.FUT-3PL.M PREP:3SG.M fish children

co **hoc mi' je-ocon** **con** **hwam**
 INFL/F. RLS.PST/PRES cook give 2PL:RLS.FUT-3PL.M PREP:3SG.M fish

Cook fish for those children who have fever.

Cozinhe peixe para aquelas crianças que estão com febre.

(3.160) Warí (EVERETT; KERN, 1997, p. 88)

mam wac nana-on pain
 INST cut 3PL.RLS.PST/PRES -3SG.M PREP:3NEUT

quit **ca** **mi' ma-pa pane**
 knife INFL:NEUT.RLS.PST/PRES give 2SG-1SG PST.REM

They cut it with the knife that you gave me long ago.

Eles cortaram com a faca que você me deu há muito tempo.

(3.161) Warí (EVERETT; KERN, 1997, p. 88)

ma-on ma' tarama' **co**
 that:PROX:hearer-M that:PROX:hearer man INFL.M/F. RLS.PST/PRES

ta' con hwan pane mi'
 1SG PREP:3SG.M fish PST.REM give

There is the man to whom I gave a fish.

Aqui está o homem para o qual eu dei o peixe.

(3.162) Warí (EVERETT; KERN, 1997, p. 88)

ma' je na tahot
 that:PROX:hearer EMPH:3NEUT 3SG. RLS.PST/PRES palm:shelter

ca tao' pe caca-on Jao To'a ma'
 INFL:neut RLS.PST/PRES close be:SG 3PL.M-3SG.M M:name that:PROX:hearer

There was the palm shelter where they closed in Jao To'a.

Havia um abrigo de sapé onde eles encerraram Jao To'a.

(3.163) Warí (EVERETT; KERN, 1997, p. 88)

Param 'ina- -in quit
 desire 1SG.RLS.PST/PRES 3.NEUT knife

ca mam wac caca- -on cotowa' me
 INFL: NEUT. RLS.PST/PRES INST cut 3PL.M 3SG.M deer EMPH

I want the knife with which they cut the deer.

Eu quero a faca com a qual eles cortaram o veado.

3.14 Karipúna-creole: língua crioula

O karipúna-creole é uma língua crioula, surgida a partir da mistura de várias línguas indígenas e do português. Por isso, essa língua tem influência românica. Segundo Tobler (1983), a oração relativa no karipúna-creole envolve o uso de um relativizador obrigatório em um SN

ou em um Sintagma Locativo. Os relativizadores de que essa língua se vale para construir orações relativas são três: **ki**, que relativiza Sujeito, **pu**, que relativiza Objeto, e **kote**, que relativiza Locativo. As relativas são de núcleo externo, pós-nominais. Os exemplos contidos em (3.164), (3.165) e (3.166) ilustram as construções de ORs em que se empregam, respectivamente, tais relativizadores. Desse modo, a estratégia de relativização é a do pronome relativo.

(3.164) Karipúna-Creole (TOBLER, 1983, p. 77)

mo wé sa fam **ki** te vini pase fét isi la
 1SG see that woman which PST come pass holiday here
 I saw that woman who had come to spend the holiday here.
Eu vi a mulher que veio passar o feriado aqui.

(3.165) Karipúna-Creole (TOBLER, 1983, p. 77)

mo pa-õko wé kaho **pu** mo ale lãdã
 1SG NEG-yet see car for 1SG go there.in
 I had not yet seen the car which I was to go in.
Eu ainda não vi o carro em que eu ia entrar.

(3.166) Karipúna-Creole (TOBLER, 1983, p. 78)

li ale la **kote** ye teka bhiga
 3SG go there where 3PL PST=INTENS fight
 He went where they were fighting.
Nós fomos ao lugar onde eles estavam lutando.

O karipúna-creole relativiza Sujeito (com função semântica de Agente, como em (3.164)), Objeto Direto (com função semântica de Paciente, como em (3.165)) e, ao contrário das outras línguas, também relativiza Oblíquo. Não há, no entanto, relativização de Objeto Indireto. Em (3.167), exemplifica-se a relativização de Oblíquo, com função semântica de Locativo, no karipúna-creole:

(3.167) Karipúna-Creole (TOBLER, 1983, p. 78)

li ale la **kote** ye teka bhiga

3SG go there where 3PL PST=INTENS fight

He went where they were fighting.

Nós fomos ao lugar onde eles estavam lutando.

3.15 Kwazá: língua não classificada geneticamente

Em kwazá, a estratégia de relativização é a nominalização. Verbos nominalizados podem ser finitos e justapostos a um nome, que pode ser o objeto de um radical verbal, como pode ser visto em (3.168). A função semântica relativizada é Paciente.

(3.168) Kwazá (VOORT, 2004, p. 188)

a'ru-xy-nite **awỹi-'já-da-day-hỹ**

cross-CLF:leaf-INST see-INDEF.OBJ-1SG-1SG-NMLZ

photo I.having.seen.something

'the photograph I took'

a fotografia que eu tirei

A oração relativa em kwazá é tratada por Voort (2004, p. 687) como “oração atributiva”. A relação entre a principal e a subordinada é dada em termos de justaposição sintática, como pode ser observado no exemplo (3.169) a seguir. A função semântica relativizada é Zero.

(3.169) Kwazá (VOORT, 2004, p. 687)

haru'rai **i'si-tsy-hỹ** a'wỹi-da-ki

armadillo die-GER-NMLZ see-1SG-DECL

'I saw the dead armadillo'

Eu vi o tatu morto

Eu vi o tatu que morreu

As relativas em kwazá podem ser de Sujeito (3.170) e Objeto (3.171).

(3.170) Kwazá (VOORT, 2004, p. 688)

la'to dutu're **tsutsu-'hỹ** a'wỹi-da-ki
 yesterday pig urinate-NMLZ see-1SG-DECL
 ‘yesterday I saw a pig which was urinating’
ontem eu vi um porco que estava urinando

(3.171) Kwazá (VOORT, 2004, 688)

atxixi'nũ **barɛ-'ri-da-hỹ**
 pancake heat-CLF:flat-1SG-NMLZ
 ‘maize pancake which I baked’
panqueca de milho que eu assei

Há a possibilidade de se construir relativas sem núcleo nessa língua, como pode ser observado em (3.172). A função semântica relativizada é Agente. Van der Voort (2004) ressalta, no entanto, que a presença de núcleo em orações atributivas pode, em alguns casos, não soar naturalmente na fala.

(3.172) Kwazá (VOORT, 2004, p. 689)

a'wỹi-da-hỹ-ki (tswa) **'mɛ-hata-hỹ**
 see-1SG-NMLZ-DEC man hit-3SBJ.2OBJ-NMLZ
 ‘I saw that one (man) who beat you’
Eu vi aquele (o homem) que te bateu

Segundo Van der Voort (2004), foi encontrada uma única construção na qual o núcleo é semanticamente um Instrumento e outra em que a função de Locativo parece ser relativizada. No entanto, a construção dessas ocorrências é sintaticamente realizada como Objeto Direto. Tais ocorrências são, respectivamente, (3.173) e (3.174).

(3.173) Kwazá (VOORT, 2004, p. 689)

'tauBa **a'xy-dy-a-hỹ**

board house-CAUS-1PL-NMLZ

'boards to build a house'

tábuas para construir uma casa

(3.174) Kwazá (VOORT, 2004, p. 689)

txu'hũi 'enũ **ti-nãi-hỹ** **hu'ri** ('já-tsy-hỹ)

small barrier what-NMLZ-NMLZ paca eat-GER-NMLZ

haru'rai **'já-tsy-hỹ-ko**

armadillo eat-GER-NMLZ-INST

'the small barrier where the paca eats, and the armadillo'

a pequena grade por onde a paca come, e o tatu

Como pode se ver nos exemplos até agora fornecidos, não há marcação formal que indique, em kwazá, se o núcleo de uma oração atributiva é Sujeito ou Objeto da oração principal. Essas funções foram recuperadas, nesses casos, a partir do contexto. É possível, no entanto, que objetos animados recebam o marcador *wã*. No exemplo (3.175), somente o nome encaixado como um Objeto dentro da oração atributiva recebe marcação de caso.

(3.175) Kwazá (VOORT, 2004, p. 692)

etohoi-'wã jere'xwa **ka'hε-tsy-hỹ** a'wỹi-da-ki

child-OBJ.ANM jaguar bite-GER-NMLZ see-1SG.DECL

'I saw the dog which bit the child'

Eu vi o cachorro que mordeu a criança

A língua kwazá não é capaz de relativizar Objeto Indireto, apesar de ser capaz de relativizar Oblíquo. Nessa língua, o Sujeito não é marcado para caso morfológico, enquanto o Objeto Direto pode receber o morfema *-wã* quando se trata de um objeto animado. Em verbos ditransitivos, o Objeto Indireto é marcado com *-wã*, enquanto o Objeto Direto aparece sem

marcação. Desse modo, percebe-se que quando aparece um Objeto Indireto, ele vem marcado da mesma maneira que o Objeto Direto. Não há distinção formal entre as duas funções sintáticas.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE TIPOLOGICO-FUNCIONAL DA ORAÇÃO RELATIVA

4.1 Considerações iniciais

Neste capítulo, será apresentada a etapa de comparação translinguística fora do domínio da filiação genética. Os resultados serão apresentados em duas etapas: a primeira trata da acessibilidade semântica das construções relativas. A segunda trata das estratégias de relativização utilizada pelas línguas.

4.2 Acessibilidade sintática e semântica das orações relativas

O enfoque específico deste trabalho é a análise da oração relativa em relação à aplicabilidade da HA proposta por Keenan e Comrie (1977). Desse modo, os dados previamente coletados foram resumidamente dispostos no quadro 17 a seguir, de modo a permitir uma visão ampla do fenômeno estudado.

É importante notar, no quadro 17, que as células marcadas com (?) dizem respeito ao fato de não haver exemplos na gramática da língua que comprovem a relativização dessas funções, apesar de o autor afirmar ser possível.

FUNÇÕES SINTÁTICAS RELATIVIZADAS						
Línguas/Funções	Sujeito	Objeto Direto	Objeto Indireto	Oblíquo	Genitivo	Objeto de Comparação
KAMAYURÁ	+	+	+	+	+	+
CANELA-KRAHÔ	+	+	+	+ (?)	+	+ (?)
HÚPDA	+	+	+	+	-	-
BORÓRO	+	+	+	+	-	-
SANUMA	+	+	+	+	-	-
WARÍ	+	+	+	+	-	-
APINAYÉ	+	+	+	-	-	-
KARIPÚNA-CREOLE	+	+	-	+	-	-
INGARIKÓ	+	+	-	+	-	-
KAIWÁ	+	+	-	+	-	-
MACUXÍ	+	+	-	+	-	-
PAUMARÍ	+	+	-	+	-	-
TARIÁNA	+	+	-	+	-	-
URUBÚ-KAAPÓR	+	+	-	+	-	-
WAIWÁI	+	+	-	+	-	-
WAREKÉNA	+	+	-	+	-	-
KWAZA	+	+	-	-	-	-
SHANENAWA	+	+	-	-	-	-
APURINÃ	+	+	-	-	-	-
JARAWÁRA	+	+	-	-	-	-
APALÁI	+	+	-	-	-	-
HIXKARYANA	+	+	-	-	-	-
DÂW	+	+	-	-	-	-
PIRAHÃ	+	+	-	-	-	-
NAMBIKWÁRA	+	+	-	-	-	-
SABANÊ	+	+	-	-	-	-
MATÍS	+	+	-	-	-	-
TUKÁNO	+	+	-	-	-	-
MUNDURUKÚ	+	+	-	-	-	-
GUAJÁ	+	+	-	-	-	-

Quadro 17. Distribuição das funções sintáticas relativizadas nas línguas investigadas

A leitura do quadro permite constatar que apenas duas línguas relativizam a posição mais baixa da hierarquia, Objeto de Comparação. De fato, apenas a língua kamayurá traz em sua gramática exemplo desse fenômeno. Popjes e Popjes (1986) afirmam que não há restrições sintáticas para a relativização em canela-krahô, sem fornecer, no entanto, exemplos da relativização de Objeto de Comparação e de Oblíquo.

No kamayurá, Seki (2000, p. 184-185) afirma que as relativas de Objeto de Comparação e as de Oblíquo são realizadas por meio de relativas sem núcleo, diferentemente das outras funções sintáticas, que contam, geralmente, com a presença do núcleo. Ademais, na relativização de Objeto de Comparação, além do verbo nominalizado, a relativa conta com a posposição **wite** “comparativo”, que também é, por sua vez, nominalizada com **-wat**, como pode ser observado em (4.01) a seguir.

(4.01) Kamayurá (SEKI, 2000, p. 185)

tyruher-a e-mepy je=upe **ne=r-emi-mepy-her-a**
 vestido-NUC 2SG-comprar 1SG=DAT 2SG=R-NMLZ-comprar-NUC

wite=war-a i-upe
 COMPV=NMLZ-NUC 3-DAT

“Compre um vestido para mim igual ao que você comprou para ela.”

A relativização da função de Genitivo foi encontrada nas mesmas duas línguas capazes de relativizar Objetos de Comparação: o kamayurá e o canela-krahô. Comprova-se, com a baixa ocorrência de relativização de Genitivo e também de Objeto de Comparação, que, de fato, a acessibilidade à relativização dessas posições é muito restrita e que, além disso, a HA de Keenan e Comrie (1977) se aplica a esse conjunto de línguas, no tocante a essas funções. A relativização de Genitivo no kamayurá envolve a incorporação do item possuído ao verbo, que recebe o nominalizador e os marcadores pessoais apropriados à função do item possuído na relativa, como se percebe em (4.02). Já no canela-krahô, a relativização se dá a partir da

inserção do demonstrativo **ata** no final da relativa, de maneira semelhante à relativização das outras funções.

(4.02) Kamayurá (SEKI, 2000, p. 182)

jawewyr-a **je=r-emi-atsĩ-ok-er-a** o-manõ
 arraia-NUC 1SG=R-NMLZ-esporão-arrancar- PST-NUC 3-morrer
A arraia cujo esporão eu arranquei morreu.

(4.03) Canela-Krahô (POPJES; POPJES, 1986, p. 171)

i-te hümre **pê rop curan ata** pupun
 1-PST man MAL dog kill DEM see
 I saw the man whose dog I killed.
Eu vi o homem cujo cachorro eu matei.

A posição de Oblíquo é o ponto de corte mais recorrente na amostra: treze línguas começam a relativização por essa posição. A grande maioria dos Oblíquos relativizados funciona semanticamente como Locativo, como pode ser visto nos exemplos (4.04) do urubú-kaapór, (4.05) do waiwái e (4.06) paumarí.

(4.04) Urubú-Kaapór (KAKUMASU, 1986, p. 375)

a'engi ko a-mbor a-rur **akaju'y**
 from there here 1SG-throw 1SG-bring cashew

kaitã mondok me'ẽ ke pe

Caetano 3+cut NMLZ to

From there I threw (it) down here, to where Caetano cut down the cashew tree.

Eu arremessei isto de lá, de onde Caetano derrubou o cajueiro.

(4.08) Sanumá (BORGMAN, 1990, p. 138)

ulu a ku-po toita pia-le ã
 child 3.SG be-EXT.FOC good about:to-PRES REL

tö-ka nii te oa hena mai kite
 TEMP-THEM food 3.SG eat early neg FUT

(She) will not eat food early in the day when her child is just about to be born

Ela não comerá o alimento mais cedo no dia em que sua criança está a ponto de nascer.

(4.09) Warí (EVERETT; KERN, 1997, p. 88)

param 'ina- -in quit
 desire 1SG.RLS.PST/PRES 3.NEUT knife

ca mam wac caca- -on cotowa' me
 INFL: NEUT. RLS.PST/PRES INST cut 3PL.M 3SG.M deer EMPH

I want the knife with which they cut the deer.

Eu quero a faca com a qual eles cortaram o veado.

É interessante notar, no quadro 9, que nove das treze línguas que têm seu ponto de corte na posição de Oblíquo não dispõem de relativização de Objeto Indireto. Na verdade, não há, nas gramáticas consultadas, nenhuma informação quanto à relativização dessa função sintática.

Nas línguas em que se acredita haver lacuna na HA de Keenan e Comrie (1977), há distinções claras nas línguas quanto a relativização de Objeto Direto e Oblíquo. Observe os exemplos (4.10) e (4.11) do ingarikó.

(4.10) Ingarikó (SOUZA CRUZ, 2005, p. 403)

seeki imun warawo? n-tërë-?pi u-piya?
 DEM.IMM.PROX.VIS mandioca homem OBJ:NMLZ-dar-PST 1-DAT

Essa é a mandioca que o homem me deu.

(4.11) Ingarikó (SOUZA CRUZ, 2005, p. 401)

ënnë **mërë tē itapai** yamë w-e-sa? nai-nam
 longe ? vir casa PL 1-ser-PERF 3.ser-REL:PL

As casas de onde eu vim são longe.

Em (4.10), há a relativização de Objeto Direto. A relativização desse item, em ingarikó, se dá por meio do prefixo nominalizador *n-*, exclusivo para essa função sintática. A relativização de Oblíquo, em (4.11), por outro lado, é realizada por meio do relativizador *-nam*. Segundo Souza Cruz (2005), a construção em (4.11), apesar de possível, é rara, menos frequente do que as construções nominalizadas de Sujeito e Objeto Direto.

Outros exemplos que mostram a diferença da relativização de Objeto Direto e Oblíquo estão contidos em (4.12) e (4.13) do tariána, que, apesar de poderem ser relativizados pela mesma estratégia, a nominalização, diferentemente da posição de sujeito, que é relativizada por lacuna, os morfemas nominalizadores são diferentes, já que para a nominalização de Oblíquo só pode ser utilizado o nominalizador *-mi*:

(4.12) Tariána (AIKHENVALD, 2003, p. 542)

tuki di-a di-keta-pidana **wali-pei**
 a.little 3SG.NFEM-go 3SG.NFEM-meet-REM.REP new-COLL

iha-pidana

faeces-REM.REP

diha depita

art nighth.ADV

disu-nipe-pidana

3SG.NFEM.excrete-NMLZ-REM..REP

‘He (the tapir) went on a little, he encountered new faeces which were excreted (by the turtle) the same nighth.’

Ela (a anta) passou um pouco, ela encontrou novas fezes que foram excretadas (pela tartaruga) na mesma noite.

No kwazá, por sua vez, há a relativização de Instrumento e Locativo, que aparecem sintaticamente como Objeto Direto. Em (4.16) exemplifica-se a relativização de Objeto Direto, em (4.17) de Instrumento e em (4.18) de Locativo.

(4.16) Kwazá (VOORT, 2004, 688)

atxixi'nũ **bars-'ri-da-hỹ**
 pancake heat-CLF:flat-1SG-NMLZ
 'maize pancake which I baked'
panqueca de milho que eu assei

(4.17) Kwazá (VOORT, 2004, p. 689)

'tauBa **a'xy-dy-a-hỹ**
 board house-CAUS-1PL-NMLZ
 'boards to build a house'
tábuas para construir uma casa

(4.18) Kwazá (VOORT, 2004, p. 689)

txu'hũi 'enũ **ti-nãi-'hỹ** **hu'ri** ('já-tsy-hỹ)
 small barrier what-NMLZ-NMLZ paca eat-GER-NMLZ

haru'rai **'já-tsy-hỹ-ko**
 armadillo eat-GER-NMLZ-INS
 'the small barrier where the paca eats, and the armadillo'
a pequena grade por onde a paca come, e o tatu

Os exemplos mostram que há a relativização das funções semânticas tipicamente atribuídas aos Oblíquos, que nessa língua aparecem codificados morfossintaticamente como Objetos Diretos. A HA de Keenan e Comrie (1977), apesar de ser aplicável ao kwazá, não é capaz de descrever, com detalhes, a relativização nessa língua. Apesar de apenas Sujeitos e Objetos Diretos serem relativizados na língua, as funções semânticas acessíveis à relativização são Agente, Zero, Paciente, Instrumento e Locativo.

Nas poucas línguas em que há relativização de Oblíquos e também de Objetos Indiretos, percebe-se uma tendência de diferenciação entre a relativização dessas duas funções. O quadro 18 a seguir traz as línguas em que há a relativização de Oblíquo e Objeto Indireto:

FUNÇÕES SINTÁTICAS RELATIVIZADAS						
Línguas/Funções	Sujeito	Objeto Direto	Objeto Indireto	Oblíquo	Genitivo	Objeto de Comparação
KAMAYURÁ	+	+	+	+	+	+
CANELA-KRAHÔ	+	+	+	+	+	+
BORÓRO	+	+	+	+	-	-
HÚPDA	+	+	+	+	-	-
SANUMA	+	+	+	+	-	-
WARÍ	+	+	+	+	-	-

Quadro 18. Línguas que relativizam Objeto Indireto e Oblíquo.

Para ilustrar a diferença entre a relativização de Objeto Indireto e Oblíquo, observe os exemplos (4.19) e (4.20) do boróro.

(4.19) Boróro (CROWELL, 1979, p. 110)

e- re bola barigu ae- wi
3PL-NEUT ball throw to-REL

imedi rogu kuri- re
man DIM big- NEUT

‘The boy they threw the ball to is big.’

O garoto para quem eles arremessaram a bola é grande.

(4.20) Boróro (CROWELL, 1979, p. 111)

E- tu- re aregodi-re wëe- wi sabado **keje**

3PL-leave-NEUT arrive-NEUT here-REL Saturday on

‘They left on the Saturday when he arrived here.’

Eles partiram no sábado em que ele chegou aqui.

A relativização em boróro é realizada mediante lacuna com o acréscimo facultativo do relativizador **-wi**, em todas as funções sintáticas relativizadas. A diferença entre a relativização de Objeto Indireto e Oblíquo, nessa língua, se dá pela posposição utilizada. Para a relativização de Objeto Indireto, a posposição utilizada é **ae**. No caso da relativização de Oblíquo, a posposição em questão é **keje**.

O kamayurá também fornece exemplos de diferença entre a relativização de Oblíquo e de Objeto Indireto. Observe os exemplos (4.21) e (4.22).

(4.21) Kamayurá (SEKI, 2000, p. 180)

a-etsak akawama’e-a **kunu’um-a ywyrapar-a me’eq-wa-er-a**

1SG-ver homem- NUC menino-NUC arco-NUC dar-NMLZ-PST-NUC

Eu vi o homem a quem o menino deu o arco.

(4.22) Kamayurá (SEKI, 2000, p. 181)

ywyrá **moĩ-a juka-ta-er-a** t-uwijap (*...juka-taw-er-a **pupe**)

pau cobra matar-NMLZ-PST-NUC 3-grande

O pau com que ele matou a cobra é grande.

A relativização de Objeto Indireto no kamayurá, como consta o exemplo (4.21) é realizada mediante o acréscimo do sufixo nominalizador **-tap**, que aparece no exemplo como **-wa**, devido a variações de ordem fonológica. Já a relativização de Oblíquo, em (4.22), é feita por meio do mesmo sufixo, **-tap**, com a perda da posposição típica dessa posição. Observa-se, portanto, que apesar de ser sutil, há diferença na relativização das duas funções: enquanto há a

perda de material morfossintático na relativização de Oblíquo, a relativização de Objeto Indireto mantém sua configuração original. Nesse caso, entretanto, o fato de o Oblíquo perder a posposição leva a uma maior semelhança na construção final entre a relativização de Oblíquo e de Objeto Indireto.

Apesar da baixa ocorrência no **corpus** e da controvérsia na HA de Keenan e Comrie, a posição de Objeto Indireto é relativizada em sete línguas da amostra, e uma delas, a apinayé, tem nessa posição seu ponto de corte. Vale lembrar que o Objeto Indireto é considerado, neste trabalho, como o argumento dativo, ou seja, o argumento com função semântica de Recipiente ou de Beneficiário. O quadro 19 a seguir traz as línguas que relativizam o Objeto Indireto e a relação dessa função sintática com a função de Objeto Direto:

LÍNGUAS	Relativiza diferentemente OI e OD	Relativiza igualmente OI e OD
KAMAYURÁ	X	
CANELA-KRAHÔ	X	
BORÓRO	X	
APINAYÉ	X	
SANUMÁ	X	
WARÍ	X	
HÚPDA		X

Quadro 19. Línguas que relativizam Objeto Indireto

Das sete línguas que relativizam tal posição, a maioria codifica com marcação diferente o Objeto Direto e o Objeto Indireto. Observe os exemplos contidos em (4.23) e (4.24), da língua sanumá. Ambas se dão com o mesmo relativizador, *ĩ*, e além disso, a oração relativa é anteposta à matriz nos dois tipos de relativização. No entanto, há, na relativização de Objeto Indireto, uma posposição, **niha**, que tem a função de marcar o argumento dativo. O mesmo acontece em (4.25) e (4.26) do boróro: é a posposição que diferencia a relativização de Objeto Direto da de Objeto Indireto:

(4.23) Sanumá (BORGMAN, 1990, p. 136)

setenapi töpö-nö a tha noai ã sa pi kule
 non:Indian 3.PL-AG 3.SG make INDEF.PERF REL 1.SG.SBJ.3.SG.OBJ want PRES

I want the one wich the non-Indians made.

Eu quero aquilo que os não-índios fizeram.

(4.24) Sanumá (BORGMAN, 1990, p. 137)

ipa ulu a niha nii sa te toto-a-ma
 my son 3.SG to food 1.SG 3.SG give-ITER-CAUS

sinomo wi ã a-nö sa pi kite
 habitually INDEF REL 3.SG.AG 1.SG love FUT

My son to whom I habitually provide food will love me.

Meu filho, a quem eu habitualmente forneço comida, me amará.

(4.25) Boróro (CROWELL, 1979, p. 110)

a-re maki in-ai-wi dineheiro jeti-re wee
 2SG-NEUT give 1SG-BENF-REL money be-NEUT here

‘The money that you gave me is here.’

‘O dinheiro que você me deu está aqui.’

(4.26) Boróro (CROWELL, 1979, p. 110)

e- re bola barigu ae- wi
 3PL-NEUT ball throw to-REL

imedĩ rogu kuri- re
 man DIM big- NEUT

‘The boy they threw the ball to is big.’

O garoto para quem eles arremessaram a bola é grande.

O húpda, entretanto, é uma exceção. Não há diferenciação entre a relativização de OD e OI, se entendido como o argumento que desempenha a função semântica de Recipiente ou

de Beneficiário. Ambas são realizadas por meio da nominalização com -p, e não há marcação morfológica, em (4.28), que indique que se trata de relativização de Objeto Indireto.

(4.27) Húpda (EPPS, 2005, p. 698)

picána yaʔambõʔ-ǎn d'oʔ-ham-ʔěp bīʔ naʔ-yǎʔ-ǎy
 cat dog-OBJ take-go-PERF-NMLZ rat die-TEL-DYNM

The rat which the cat brought to the dog is dead.

O rato que o gato trouxe para o cachorro está morto.

(4.28) Hupda (EPPS, 2005, p. 698)

yǔd ʔin j'ek-ě-p=ʔǎy naʔ-yǎʔ-ǎy=mah
 clothes 1PL steal-PERF-NMLZ=F die-TEL-DYNM=REP

'The woman from whom we stole the clothes das died, it's said.

A mulher de quem nós roubamos as roupas morreu, dizem.

Sobre a posição de Objeto Indireto, o que mais chama a atenção no quadro 16 é o fato de várias línguas não disporem da relativização dessa função, como já observado em momentos anteriores. De fato, um dos pressupostos da Hierarquia de Acessibilidade é justamente a impossibilidade de haver lacunas nos graus da escala, o que leva a crer que há ou uma falha na composição ou uma deficiência nossa na interpretação dos dados.

É importante ressaltar, por um lado, que a afirmação de que as línguas analisadas não dispõem de relativização de Objeto Indireto parte da falta de dados, nas gramáticas consultadas, sobre esse fato. Por outro lado, as gramáticas que fazem parte da amostra deste trabalho trazem informações claras sobre as relativas, além de trazerem exemplos dessas construções. Muitas não fazem referência ao trabalho de Keenan e Comrie (1977), o que é explicável, já que o foco do trabalho da gramática não é o de análise das relativas, além e a perspectiva teórica, muitas vezes, ser diferente da dos dois autores.

No entanto, ao adotar um trabalho descritivo previamente feito como base para a análise de um fenômeno, neste caso, as relativas, assumimos que os dados de tal trabalho são

verdadeiros e condizem totalmente com as ocorrências do fenômeno. No caso das relativas, esperamos que os tipos possíveis de relativas estejam presentes na gramática, tanto a respeito das estratégias de relativização quanto a respeito das funções desempenhadas pelo elemento relativizado. Assim, toma-se por verdadeiro que, de fato, a função de Objeto Indireto não é acessível à relativização nas línguas em que não há informação sobre a relativização dessa função.

A hipótese inicial deste trabalho é a de que as funções sintáticas, por si sós, não são capazes de explicar todos os detalhes da acessibilidade à relativização. Isso explicaria, por exemplo, o fato de nem sempre o Objeto Indireto estar acessível à relativização. A GF não assume que a função de Objeto Indireto dispõem de um estatuto independente, mas sim é reinterpretada prioritariamente pela indicação da função de Recipiente, ou então pela combinação de Recipiente com Objeto, como observado anteriormente. Assim, a interface semântica se adequaria melhor para a descrição do fenômeno.

Ao se analisar as funções semânticas relativizadas, esperávamos que essa explicação fosse suficiente para explicar tal lacuna, esperávamos que a Hierarquia de Acessibilidade das funções semânticas, de Dik (1997), também fosse suficiente para explicar o fenômeno. No entanto, nas dez línguas analisadas em que a relativização de OI não está presente, o fenômeno não confere. Não há nenhuma informação quanto à relativização de Recipiente ou Beneficiário (já que algumas línguas não fazem distinção entre essas funções), que ocupariam, na HA de Keenan e Comrie (1977), a posição de OI.

Além disso, os dados apontaram para outras contradições na Hierarquia de Função Semântica de Dik (1977). Nas línguas que relativizam funções oblíquas, o Locativo é mais acessível que Instrumento. O quadro 20 a seguir traz as Hierarquia de Função Semântica de Dik (1977) e os resultados encontrados na análise das línguas deste trabalho. As células destacadas em cinza mostram as lacunas na hierarquia proposta por Dik (1977).

HIERARQUIA DE FUNÇÃO SEMÂNTICA DE DIK (1997)						
Línguas/Funções	Arg-1	Meta	Recipiente	Beneficiário	Instrumento	Locativo
CANELA-KRAHÔ	+	+	+	+	?	?
BORÓRO	+	+	+	+	-	-
KAMAYURÁ	+	+	+	-	+	+
WARÍ	+	+	+	-	+	+
INGARIKÓ	+	+	-	-	?	+
MAKUXÍ	+	+	-	-	+	+
WAIWÁI	+	+	-	-	+	+
KWAZA	+	+	-	-	+	+
HÚPDA	+	+	+	-	-	+
SANUMÁ	+	+	+	-	-	+
KARIPÚNA-CREOLE	+	+	-	-	-	+
SHANENAWA	+	+	-	-	-	+
PAUMARÍ	+	+	-	-	-	+
TARIÁNA	+	+	-	-	-	+
URUBÚ-KAAPÓR	+	+	-	-	-	+
WAREKÉNA	+	+	-	-	-	+
APINAYÉ	+	+	+	-	-	-
JARAWÁRA	+	+	-	-	-	-
APALÁÍ	+	+	-	-	-	-
HIXKARYANA	+	+	-	-	-	-
DÁW	+	+	-	-	-	-
PIRAHÃ	+	+	-	-	-	-
APURINÃ	+	+	-	-	-	-
KAIWÁ	+	+	-	-	-	-
NAMBIKWÁRA	+	+	-	-	-	-
SABANÊ	+	+	-	-	-	-
MATÍS	+	+	-	-	-	-
TUKÁNO	+	+	-	-	-	-
MUNDURUKÚ	+	+	-	-	-	-
GUAJÁ	+	+	-	-	-	-

Quadro 20. Hierarquia de Função Semântica de Dik (1997) e as línguas do corpus

Para poder ilustrar melhor a análise feita, no quadro 21 a seguir encontram-se resumidas as funções semânticas relativizadas pelas línguas da amostra. É importante notar que as células preenchidas por (?) dizem respeito à existência de informações fornecidas pelos autores das gramáticas sobre os fatos em questão, sem haver, no entanto, exemplos que tornem possível checar se o fenômeno existe ou não. É importante observar, também, que o quadro a seguir não traz as funções semânticas dispostas em uma hierarquia. Há apenas o resumo das funções semânticas relativizadas, para facilitar a visualização do fenômeno analisado.

FUNÇÕES SEMÂNTICAS RELATIVIZADAS								
Línguas/Funções	Pac	Ag	Zero	Loc	Tem	Rec	Instr	Comit
CANELA-KRAHÔ	+	+	?	?	?	+	?	?
KAMAYURÁ	+	+	+	+	-	+	+	-
HÚPDA	+	+	+	+	-	+	-	-
SANUMÁ	+	+	+	+	+	+	-	-
MAKUXÍ	+	+	+	+	+	-	+	-
SHANENAWA	+	+	+	+	-	-	-	-
TARIÁNA	+	+	+	+	-	-	-	+
WAIWÁI	+	+	+	+	-	-	+	-
KWAZA	+	+	+	+	-	-	+	-
BORÓRO	+	+	-	-	+	+	-	-
WARÍ	+	+	-	+	-	+	+	-
KARIPÚNA-CREOLE	+	+	-	+	-	-	-	-
INGARIKÓ	+	+	-	+	-	-	?	-
APURINÃ	+	+	+	-	-	-	-	-
JARAWÁRA	+	+	+	-	-	-	-	-
APALÁI	+	+	+	-	-	-	-	-
HIXKARYANA	+	+	+	-	-	-	-	-
SABANÊ	+	+	+	-	-	-	-	-
MATÍS	+	+	+	-	-	-	-	-
MUNDURUKÚ	+	+	+	-	-	-	-	-
GUAJÁ	+	+	+	-	-	-	-	-
PAUMARÍ	+	-	+	+	-	-	-	-
URUBÚ-KAAPÓR	+	-	+	+	-	-	-	-
WAREKÉNA	+	-	+	+	-	-	-	-
APINAYÉ	+	+	-	-	-	+	-	-
KAIWÁ	+	+	-	-	-	-	-	+
PIRAHÃ	+	+	-	-	-	-	-	-
NAMBIKWÁRA	+	+	-	-	-	-	-	-
DÂW	+	-	+	-	-	-	-	-
TUKÁNO	+	-	+	-	-	-	-	-

Quadro 21. Funções semânticas relativizadas.

Os dados do quadro 21 ilustram o que foi dito anteriormente: nenhuma das dez línguas que relativiza outras funções sintáticas além de Sujeito e Objeto Direto relativiza a função semântica Recipiente/Beneficiário, independentemente da função sintática a que essa função semântica se refere.

São várias as explicações para esse fato. A primeira delas, já presente em Keenan e Comrie (1977), diz respeito ao fato de algumas funções sintáticas serem cognitivamente mais fáceis de serem reconhecidas, e por isso, mais fáceis de serem relativizadas, do que outras. Lehmann (1986) afirma que o que determina o sucesso de uma estratégia de relativização na Hierarquia de Acessibilidade é justamente o fato de aquela função sintática ser inerentemente mais fácil de ser relativizada do que outras.

O Objeto Indireto, muitas vezes, não dispõe de um estatuto bem definido na língua, fato que, segundo Dik (1997), é comum. Conseqüentemente, por ser menos relevante do que outras funções, como Sujeito e Objeto Direto, o Objeto Indireto não pode ser relativizado. Em alguns casos, há poucos verbos trivalentes na língua, ou que demandam um argumento dativo, e, por isso, menos recorrentes. A relativização dessa função, numa língua como tal, é mais difícil de acontecer.

Outra explicação para esse fato, que não foi possível evidenciar nas línguas analisadas, é a promoção de elementos em posições mais difíceis de serem relativizadas a outras mais acessíveis. E não só a promoção em termos sintáticos, em que um elemento em uma função sintática não-acessível passa a desempenhar uma função acessível à relativização (nos termos de Givón (1990)), mas também pragmática. Com efeito, dependendo das intenções do falante, são possíveis outras construções na língua que permitem a expressão do mesmo sentido, apesar de a construção formal de oração relativa não estar disponível. Ou seja, o fato de as línguas não disporem de relativização de Objeto Indireto não significa que essa função sintática não possa sofrer modificação, ou ainda que o elemento expresso nessa função

sintática não possa, por algum mecanismo da língua, ser relativizado ou modificado. Observe os exemplos a seguir do português.

- (4.29) Eu conheço bem a criança a quem Maria deu o brinquedo.
 (4.30) Maria deu o brinquedo a uma criança que eu conheço bem.
 (4.31) Maria deu o brinquedo a uma criança. Eu conheço bem essa criança.

O sintagma **a criança** é, em (4.29), Objeto Indireto da relativa **a quem Maria deu o brinquedo**. Apesar de essa função ser perfeitamente acessível em português, nada impede que sejam possíveis as alternativas contidas em (4.30) e (4.31). O uso de uma ou outra construção depende diretamente das intenções do falante no momento da enunciação. Nesses exemplos, pode-se perceber que, independentemente da construção sintática utilizada, é preservado o sentido de que “Maria deu um brinquedo a uma criança” e que “eu conheço bem a criança”.

Há, obviamente, a interferência de questões pragmáticas, mas é fato que todas essas construções são possíveis. Isso demonstra que a língua dispõe de vários mecanismos para a criação de um mesmo valor, a depender da necessidade do falante. Logo, é de se esperar que as línguas que não disponham de relativização de Objeto Indireto certamente disponham de estratégias pragmáticas para que aquilo que se tem intenção de comunicar seja preservado.

Uma questão importante de se destacar neste trabalho é o estatuto das funções semânticas de Locativo e Tempo. Essas funções semânticas são mais recorrentes nas línguas analisadas do que outras funções de Oblíquos, e mais acessíveis, em algumas línguas, do que as funções semânticas de Recipiente e de Beneficiário. De fato, todas as línguas que relativizam Oblíquo, independentemente de relativizarem ou não Objeto Indireto, relativizam

Locativo e Tempo, salvo o *kaiwá*⁴⁷. Lehmann (1986) aponta para esse fato, refazendo a hierarquia de Keenan e Comrie (1977):

(4.32)

Sujeito/ Absolutivo	
Objeto Direto/ Ergativo	
Objeto Indireto	
Complemento Locativo	Atributo possessivo
Complemento Temporal	
Outros complementos	Padrão de Comparação
Adjuntos	
	Atributo Preposicional

(LEHMANN, 1986, p. 666.)

Nessa hierarquia, além da reformulação, há uma maior abrangência no que diz respeito à categoria tipológica das línguas. Percebe-se em Lehmann (1986) a preocupação de distinguir Sujeito de Absolutivo, por exemplo⁴⁸. No que diz respeito à categoria de Oblíquos, Lehmann (1986) os divide entre Complemento Locativo, Complemento Temporal e Outros Complementos, tornando, assim, Locativos e Temporais mais acessíveis do que Instrumento, por exemplo. No entanto, na hierarquia de Lehmann (1986), o Objeto Indireto ainda aparece como mais acessível à relativização do que os Oblíquos.

Nas línguas analisadas neste trabalho, no entanto, Lugar e Tempo parecem dispor do mesmo estatuto que Objeto Indireto, no que diz respeito à acessibilidade. Os dados apontam para os seguintes fatos:

⁴⁷ Cardoso (2008) diz ser possível a relativização de Oblíquo e traz um exemplo, (3.17), em que a função semântica relativizada é Comitativo.

⁴⁸ Algumas considerações sobre a categoria tipológica das línguas e a relativização serão feitas oportunamente.

- (1) O Objeto Indireto não é acessível em dez línguas para as quais são acessíveis Locativo e Tempo, com exceção do kawaiá;
- (2) Quando há acessibilidade ao Objeto Indireto e Oblíquo, há sempre relativização de Locativo ou de Tempo;
- (3) Pode haver ou não outros Oblíquos acessíveis.

A aproximação entre Recipientes/Beneficiários e Locativo/Tempo pode ter uma explicação semântico-cognitiva. Observe-se o caso do Locativo. Toda localização espacial se define por uma das quatro relações semânticas⁴⁹ que se indentificam nos casos Essivo, Alativo, Ablativo ou Perlativo. A primeira delas, Essivo, diz respeito a uma relação estática, desprovida de movimento, diferentemente do Alativo que, por sua vez, pressupõe movimento, deslocamento no espaço. O Ablativo diz respeito ao lugar de origem. O Perlativo, por fim, diz respeito a algo que se moveu ao longo de certo espaço determinado, configurando uma trajetória entre dois pontos. Observe os exemplos a seguir.

- (4.33) O gato está na cadeira.
- (4.34) O gato estava na cadeira, mas depois saiu de casa e foi para a casa do vizinho pelo quintal⁵⁰.

A sentença contida em (4.33) representa uma relação essiva: o gato está posicionado estaticamente na cadeira. Em (4.34), no entanto, há o deslocamento no espaço, da cadeira para o chão, feito pelo gato, em uma Relação Espacial Alativa. A relação Alativa, portanto,

⁴⁹ A descrição da noção de espaço e a estrutura semântica das relações espaciais, segundo Frawley (1992), se dá por meio da dependência entre duas ou mais entidades ou eventos. A determinação de um espaço *x* depende de fatores externos. Observe o exemplo a seguir:

the cat on the sofa (FRAWLEY, 1992, p. 251)

A sentença acima envolve duas entidades, **cat** e **sofa**. A primeira delas, **cat** é considerado por Frawley (1992) como o objeto localizado (**located object**), enquanto a segunda, **sofa**, é o objeto de referência (**reference object**). A locação, por sua vez, é a relação entre o objeto localizado e o objeto de referência, nesse caso codificada como **on**, que indica, além da Região Espacial (em cima), a Relação Espacial Essiva.

⁵⁰ Adaptado de Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 197).

envolve o deslocamento no espaço. Metaforicamente, pode-se dizer que Tempo envolve a mesma relação. Observe o exemplos a seguir:

(4.35) De outubro a dezembro não fiz nada a não ser viajar.

(4.36) Faço aulas de balé das oito às dez.

Pode-se dizer que, tanto em (4.35) como em (4.36) que há um deslocamento no tempo entre os momentos citados (**de outubro a dezembro e das oito às dez**), o que mostra que as relações espaciais muitas vezes são usadas metaforicamente para a expressão do tempo. Isso se explica pela relação cognitivamente direta entre deslocamento no espaço e no tempo.

A noção de deslocamento espacial também está presente na função de Recipiente, já que se identifica como um argumento para o qual a se transfere a posse de algum objeto. Observe o exemplo.

(4.37) Pedro deu o livro para seu filho.

Neste exemplo, assume-se que Pedro detinha a posse do livro, que foi transferida para o filho. Essa relação semântico-cognitiva de deslocamento (nesse caso, de posse) se confirma pelas preposições utilizadas, tanto no português como no inglês, para as relações de Locativo, Tempo e Recipiente: **para** ou **a** e **to**, respectivamente. Sendo assim, a equiparação de Recipiente a Locativo e Tempo para as línguas analisadas não é só um fato que pode ser percebido na comparação dos dados como é, também, explicável de um ponto de vista cognitivo.

Como vimos no Capítulo 1, que descreve a atual arquitetura da Gramática Discursivo-Funcional, as funções semânticas, muito específicas no tratamento da Gramática Funcional (DIK, 1997), são tratadas na GDF como conceitos próximos de hiperpapéis (VAN VALIN, 1980).

Considerando as noções de função semântica discutidas pela GDF, juntamente com os dados apresentados nos quadros 17 e 21, pode-se concluir que não há restrições hierárquicas propriamente ditas entre as funções de Objeto Indireto e Oblíquo de Locativo e de Tempo, o que explica a lacuna na hierarquia de Acessibilidade de Keenan e Comrie (1977). Se houver uma equiparação entre essas funções semânticas e, conseqüentemente, entre as funções sintáticas prototípicas que essas funções semânticas costumam desempenhar, não haverá problemas de composição da hierarquia. De fato, Keenan e Comrie (1977), apesar de terem se baseado em aproximadamente 50 línguas, utilizaram como **corpus** línguas muito parecidas entre si e muito diferentes das línguas analisadas por este trabalho. A GDF, que tem o propósito de servir de base para a descrição de qualquer língua, tem uma perspectiva tipológica muito mais abrangente, pois lida com graus maiores de abstração.

Apesar de não haver restrições hierárquicas entre Recipiente, Locativo e Tempo nas línguas analisadas, parece haver diferenças entre a relativização dessas três funções. Na verdade, a função semântica Locativo, nos termos de Dik (1997), parece ser mais facilmente relativizada do que o Tempo e parece também dispor de uma relação direta com a função Recipiente. De todas as dezessete línguas (incluindo aqui o shanenawa e o kwazá) que relativizam Oblíquo, apenas três não dispõem de relativização de Locativo: o canela-krahô, língua para a qual não há exemplos que confirmem ou refutem a relativização de tal posição, o boróro, língua que relativiza Recipiente e Tempo, e o kaiwá, que não dispõe de relativas de Recipiente, Locativo nem Tempo, mas de Comitativo. De fato, a relativização de Tempo, para Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 61), só é possível se o nome (que indica tempo, como dia, hora, ano, etc) for seguido por uma oração subordinada completa, como no caso em (4.38).

(4.38) O dia em que ela foi embora foi inesquecível.

No português, é muito comum a expressão **a hora que**, para indicar Tempo, como no exemplo (4.39). Outras unidades temporais também dispõem de construções desse tipo, como pode ser observado no exemplo (4.40). Esses casos não são considerados orações relativas por Hengeveld e Mackenzie (2008), mas sim orações que funcionam como argumento do nome em questão.

(4.39) Vamos sair na hora que ela chegar.

(4.40) O dia que ela foi embora foi inesquecível.

Parece ser válida a relativização de Tempo no boróro, a única língua que dispõe de relativas apenas para Recipiente e Tempo. A relativização envolve o uso da posposição **keje**, como pode ser visto no exemplo (4.41) a seguir.

(4.41) Boróro (CROWELL, 1979, p. 111)

E- tu- re aregodí-re wëe- wi sabado keje

3PL-leave-NEUT arrive-NEUT here-REL Saturday on

‘They left on the Saturday when he arrived here.’

Eles partiram no sábado em que ele chegou aqui.

O kaiwá, nesse caso, fornece, no entanto, um contra-exemplo, já que essa língua não só não é desprovida de relativização de Recipiente, Locativo e Tempo, como também licencia a relativização de Comitativo, que não desempenha função nuclear, mas modificadora, nos termos de Hengeveld e Mackenzie (2008):

(4.42) Kaiwá (CARDOSO, 2008, p. 157)

Je a-h-efa pe kujmaʔe ki-waʔe niwe nere-nẽʔẽ

eu 1.SG-DIR-ver este homem quem-NMLZ COMIT 2.SG.Sa-falar

Eu vi o homem com quem você falou.

O fenômeno apontado pela língua kaiwá leva a uma conclusão com a qual Lehmann (1986) concorda: as correlações existentes numa hierarquia de acessibilidade não são estritas, à prova de contra-exemplos, como costuma aparecer nas análises sob a perspectiva formal. Na verdade, tais correlações devem ser encaradas como tendências. Ao iniciarem a discussão sobre as funções semânticas, Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam que há especificidades em línguas particulares que não podem ser descritas por uma teoria que se baseia em uma perspectiva tipológica. Isso quer dizer que, apesar de os pressupostos de uma hierarquia de acessibilidade serem, **a priori**, aplicáveis a qualquer língua do mundo, pode ser que haja um língua, com uma especificidade única, da qual a hierarquia não possa dar conta adequadamente.

Retomando a discussão sobre as funções sintáticas relativizáveis da HA de Keenan e Comrie (1977), a posição de Objeto Direto é ponto de corte de catorze línguas da amostra, a segunda mais recorrente em termos de limites de posição relativizáveis. A posição de Sujeito, por sua vez, não é ponto de corte de nenhuma língua, logo, todas as línguas são capazes de relativizar Sujeito e Objeto Direto.

Segundo Keenan e Comrie (1977), do ponto de vista cognitivo, as posições de Sujeito e Objeto Direto são mais fáceis de serem recuperadas. Ao tratar da relativização, Givón (1990) afirma que, na maioria das línguas, as posições de Sujeito e Objeto Direto são não-marcadas morfologicamente, em termos de caso, como no português e no inglês.

O fato de que essas posições são mais facilmente recuperadas pelo usuário de um ponto de vista cognitivo explica porque o Sujeito e o Objeto Direto são as posições mais acessíveis à relativização. Essa é a razão também porque há um grande número de línguas que relativizam apenas essas duas funções. Em (4.43) há um exemplo de Objeto Direto relativizado na língua *sabanê*, e em (4.44), há um exemplo de relativização de Sujeito na língua *apurinã*:

(4.43) Sabanê (ARAUJO, 2004, p. 192)

kan.i.ta.mi m-ip-i-datinan m-yaya-mi-datinan
 dead (body) 2OBJ-to.see-VS-PST.EV 2POSS-brother-REFR-PST.EV

‘The corpse that you have seen is your brother’s.’

O cadáver que você viu é do seu irmão.

(4.44) Apurinã (FACUNDES, 2000, p. 566)

suto kuku karota-karo apo-pe
 woman man hurt-REL.F.POSS.SBJ arrive-PERF

‘The woman who hurt the man arrived.’

A mulher que feriu o homem chegou.

Há um ponto a ser questionado quanto a relativização da posição de Sujeito. Duas línguas da amostra, ambas do Tronco Tupi, do tipo Ativo-Estativa, apresentam algumas restrições à hierarquia das relativas nessa função. O kamayurá é capaz de relativizar todas as funções sintáticas. No entanto, contrariamente ao que é previsto na hierarquia implicacional das funções sintáticas, o kamayurá codifica uma divisão da categoria de Sujeito com base em critérios semânticos, separando-os em Sa, So e A.

Na relativização de S (seja So ou Sa), três sufixos nominalizadores são utilizados: -ama’e, -uma’e e -ipyt. O item relativizado nesse caso é representado na oração relativa por prefixos pronominais. Na relativização com ama’e e uma’e, a distinção entre Sa e So é marcada pelos prefixos -o, que codifica Sa em verbos ativos, como em (4.45) e -i, que codifica So junto a verbos descritivos e alguns verbos ativos, como em (4.46).

(4.45) Kamayurá (SEKI, 2000, p. 179)

a-etsak kunu’um-a o-je’e η -uma’e-a
 1SG-ver menino- NUC 3-falar-NMLZ-NUC

Eu vi o menino que não fala (porque é calado).

(4.46) Kamayurá (SEKI, 2000, p. 179)

a-etsak kunu'um-a **i-je'eŋ-uma'e-a**
 1SG-ver menino- NUC 3-falar- NMLZ-NUC
Eu vi o menino que não fala (porque é mudo).

O sufixo **-ipyt** funciona como desagentivizador e acarreta a mudança de O para So quando anexado a verbos transitivos. A codificação do papel de So vem marcada pelo prefixo **-i**. Segundo Seki (2000, p. 179), uma evidência desse processo é o fato de o radical nominalizado com esse sufixo ser incapaz de co-ocorrer com um Nominal em função de A, o que seria possível se a posição relativizada correspondesse a O. Esse fato é comum em línguas Ativo-Estativas, como o caso do kamayurá. Segundo Song (2001, p. 150), línguas de sistema Ativo-Estativo codificam Sujeito de verbo intransitivo ora como A, se se tratar de Sujeitos com traço [+controle], ora como O, caso se trate de Sujeitos de verbos intransitivos com traço [-controle]. Exemplifica-se, em (4.47), a relativização com **-ipyt**:

(4.47) Kamayurá (SEKI, 2000, p. 179)

o-yk akawama'e-a **i-mono-pyr-er-a** **posto katy**
 3-chegar homem-NUC 3-enviar-NLMZ-PST-NUC posto AL⁵¹
Chegou o homem que foi enviado ao posto.

Na relativização de A, o verbo transitivo recebe o nominalizador **-tat**, como em (4.48).

(4.48) Kamayurá (SEKI, 2000, p. 179)

akawama'e-a o-juka wyrapy-a **kunu'um-a pyhyk-ar-er-a**
 homem- NUC 3-matar gavião- NUC menino-NUC pegar-NMLZ-PST- NUC
O homem matou o gavião que pegou o menino.

⁵¹ Seki (2000) não fornece o significado das abreviações AL, AT, AF, FM e FS.

Como pode ser visto nos exemplos (4.45) – (4.48) fornecidos, a relativização da posição de Sujeito no kamayurá é influenciada por aspectos semânticos, e todas as três subcategorias de Sujeito (Sa, So e A) são igualmente acessíveis à relativização. Na língua kaiwá, por outro lado, além de o Sujeito ser relativizado de forma diferente dependendo de seu estatuto semântico, nem todos eles são acessíveis à relativização.

A língua kaiwá dispõe de relativas pós-nominais de Sujeito (S e A), Objeto Direto e Oblíquo. A relativização de S corresponde à relativização apenas de Sa. Os dados levantados por Cardoso (2008) em sua tese de doutorado não permitem afirmar que exista relativização de So. Em (4.49) encontra-se o exemplo fornecido pela autora de relativização de S, em que o prefixo **o-** indicador de terceira pessoa ativa se fixa ao verbo **ho** “ir” que é nominalizado por **waʔekwe**.

(4.50) Kaiwá (CARDOSO, 2008, p.156)

o-ɲwãhẽ pětẽʔĩ kũnũ'mĩ ko **o-ho** **waʔe-kwe** **moʔero-ɲwi**
 3.Sa-chegar um menino este 3.Sa-ir NMLZ-PST escola-LOC
 Chegou o menino que foi para a escola.

Há também a relativização de A em kaiwá, como se observa em (4.50).

(4.51) Kaiwá (CARDOSO, 2008, p. 157)

kũɲmaʔe o-i-nũpã o-Ø-ɲuka moɲ-pe
 homem 3.A-DIR-bater 3.A-DIR-matar cobra-ACC

o-i-suʔu **waʔe-kwe** **kũnũ'mĩ-pe**
 3.A-DIR-picar NMLZ-PST menino-ACC
 ‘o homem bateu e matou a cobra que mordeu o menino’

Deduz-se que, desse modo, apesar de a categoria Sujeito ser acessível à relativização, a hierarquia sintática não é capaz de generalizar todas as restrições que envolvem a relativização em kaiwá, uma vez que apenas Sa e A são comprovadamente relativizáveis na língua.

A configuração morfológica de Sujeito nas línguas kamayurá e kaiwá parece indicar um caso evidente de Alinhamento do Nível Representacional, nos termos de Hengeveld e Mackenzie (2008). **Alinhamento** é o termo utilizado para se referir ao modo como unidades semânticas e pragmáticas (ou seja, a unidades que pertencem aos Níveis Interpessoal e Representacional, respectivamente) são projetadas no Nível Morfossintático. Em outras palavras, o alinhamento no Nível Representacional diz respeito ao modo como a morfossintaxe reflete a organização desse nível. Para a GDF, as funções sintáticas são reconhecidas e formalizadas no Nível Morfossintático, mas não são universais: as funções sintáticas são relevantes apenas nos casos em que propriedades linguísticas formais não podem reduzir-se a categorias pragmáticas ou semânticas e a funções a elas subjacentes, ou seja, nos casos em que se neutralizam as funções pragmáticas e semânticas. Há três tipos de Alinhamento: o Alinhamento Interpessoal, o Alinhamento Representacional e o Alinhamento Morfossintático. Hengeveld e Mackenzie (2008) destacam que esses tipos de Alinhamento devem ser encarados como tendências.

Ao tratar do Alinhamento Representacional, Hengeveld e Mackenzie (2008) dão o exemplo da língua acehnês (p. 319-320). Essa língua é extremamente sensível às funções semânticas, sendo considerada por Durie (1985; **apud** HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 319) uma língua sem Sujeito, uma vez que a Sintaxe é mais sensível às funções semânticas do que às relações gramaticais. Observe os exemplos (4.51) – (4.53).

(4.51) Acehnês (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 320)

lôn teungö=**lôn**=jak

1 middle=1.A=go

I am going/walking.

Eu estou indo.

(4.52) Acehnês (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 320)

gopnyan galak=**geuh** that

3.POL happy=3.POL.U very

He is very happy.

Ele está muito feliz.

(4.53) Acehnês (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 320)

gopnyan na=**lôn**=timbang=**geuh**

3.POL AUX=1.A=shoot=3.POL.U

I shot him.

Eu atirei nele.

Nessa língua, os argumentos devem desempenhar uma das três funções semânticas: **Actor**, **Undergoer** ou Recipiente. Percebe-se nos exemplos que a função de **Actor** e **Undergoer** são referenciadas no verbo por meio de pronomes clíticos: em (4.51), **lôn** aparece anteposto ao verbo; em (4.52), **geuh** aparece posposto; e em (4.53), os dois clíticos estão igualmente presentes. Como pode ser visto, a expressão dos argumentos em acehnese é organizada em termos de funções semânticas⁵² e a sintaxe reflete, em sua organização, a necessidade semântica dessa língua.

No caso específico das línguas kamayurá e kaiwá, traços semânticos de [volição] e [controle] são indispensáveis para a configuração morfossintática do Sujeito. Assim, pode-se afirmar que a codificação de Sujeito, como visto nos exemplos (4.45) – (4.50) anteriormente

⁵² Há outras questões envolvidas na codificação morfossintática do acehnês (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 319-321) que não serão discutidas neste trabalho.

citados, dependem de uma motivação semântica das línguas Ativo-Estativas. Nesse caso, as determinações do Nível Representacional são mais fortes do que as do Nível Morfossintático.

Línguas que distinguem semanticamente tipos de Sujeito não podem ter uma única configuração a cobrir todas as distinções necessárias, categorizando, assim, todos as especificações em apenas um rótulo. Essa é outra crítica referente à HA de Keenan e Comrie (1977): a designação de Sujeito e Objeto não é suficiente para definir os argumentos de uma língua Ergativa-Absolutiva, nem de uma língua Ativo-Estativa, justamente porque reflete uma categorização de línguas tipicamente Nominativo-Acusativas. Desse modo, uma hierarquia adequada em funções semânticas, mais abrangentes, é mais apropriada para um estudo tipológico, que lida com línguas de diferentes categorias e que tenta, na medida do possível, chegar a um padrão comum entre elas.

4.3 Estratégias de relativização

É importante que se façam, neste trabalho, algumas considerações sobre as estratégias de relativização encontradas nas línguas da amostra, apesar de que parece não haver relação direta entre estratégia de relativização e restrições à acessibilidade. O quadro 22 a seguir traz resumidamente as estratégias de relativização, apresentadas em detalhes no capítulo anterior.

LÍNGUAS	ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO			
	Nominalização	Lacuna	Não-redução	Pronome Relativo
KWAZÁ	X			
APURINÁ	X			
HIXKARYÁNA	X			
APALÁÍ	X			
INGARIKÓ	X			
MAKUXÍ	X			
WAIWÁI	X			
HÚPDA	X			
MATÍS	X			
TUKÁNO	X			
MUNDURUKÚ	X			
GUAJÁ	X			
KAIWÁ	X			
KAMAYURÁ	X			
URUBÚ- KAAPOR	X			
SABANÊ	X			
TARIÁNA	X (OD e Obl)	X (S e A)		
APINAYÉ	X (A e OD)		X (S e O)	
BORÓRO		X		
WAREKÉNA		X		
PAUMARÍ		X		
JARAWÁRA		X		
NAMBIKWÁRA		X		
DÂW		X		
PIRAHÁ		X	X	
SHANENAWA		X	X	
SANUMA			X	
KARIPÚNA- CREOLE				X
WARÍ				X
CANELA- KRAHÔ				X

Quadro 22. Estratégias de relativização

Como mostra o quadro, nem todas as estratégias de relativização listadas no capítulo 01 deste trabalho foram encontradas nas línguas indígenas brasileiras. Há algumas regularidades quanto à filiação genética e as estratégias utilizadas pelas línguas, como foi pôde ser observado no capítulo 03. A mais evidente delas, sem dúvida, está no uso da nominalização como estratégia de relativização das línguas Tupi e Karíb.

É interessante notar, também, que as línguas no geral não dispõem de apenas uma estratégia de relativização. Os dados presentes no quadro 11 mostram apenas as estratégias primárias de relativização, mas as línguas tendem, como Givón (1990) observa, a empregar uma mistura de estratégias ao invés de uma única. A descrição individual das famílias mostra esse fato. A maioria das línguas Karíb dispõe de outros mecanismos, como a parataxe, para construir as relativas. Além disso, quatro línguas da amostra dispõem de duas estratégias primárias de relativização, e em duas delas, a escolha entre uma ou outra estratégia depende das funções sintáticas e semânticas relativizadas.

Feitas essas observações, passamos agora a análise translinguística de cada estratégia encontrada nas línguas indígenas brasileiras. A estratégia menos recorrente no **corpus** foi a de pronome relativo, encontrada em três línguas: karipúna-creole, warí e canela-krahô. A natureza dos itens que desempenham essa função é, contudo, diferente, a depender da língua.

No karipúna-creole, os relativizadores de que essa língua se vale para construir orações relativas são três: **ki**, **pu** e **kote**, mas o primeiro é usado em relativas de Sujeito, enquanto o segundo e o terceiro, em relativas de Objeto Direto e de Oblíquo, respectivamente. Além de atuarem como relatores, esses relativizadores estabelecem marcação de caso, funções típicas de pronomes relativos.

Assim como em português, não existem, nessa língua, formas especiais para os pronomes relativos, que são formalmente relacionados aos pronomes interrogativos, o que não impede que ela empregue a estratégia do pronome relativo para a construção de relativas.

No warí, as relativas são marcadas pelo uso de **ca**, **co**, **iri** e **xi**, sendo os três primeiros morfemas de flexão indicativos de **realis passado/presente** (morfema **ca**, neutro **realis** passado/presente; morfema **co**, masculino/feminino **realis** passado/presente; morfema **iri**, gênero não-específico) e o último sendo o morfema **irrealis**. As relativas marcadas por esses pronomes relativos são finitas, como mostram os exemplos (4.54), (4.55), (4.56) e (4.57):

(4.54) Warí (Warí (EVERETT; KERN, 1997, p. 83)

Ma' na waram ca cao' quiwo'
 exist 3SG:RLSPST/PRES monkey:species INFL>NEUT.RLSPST/PRES eat arrow

There is a **waram** monkey that breaks (eats) arrow.

Há um macaco waram que quebra a flecha com a boca.

(4.55) Warí (EVERETT; KERN, 1997, p. 85)

Taxi' na- -in 'i ma'
 know 3SG:RLS.PST/PRES 3NEUT NEUT that:PROX:hearer

co tucunimim' ma'
 INFL:M/F. RLS.PST/PRES shaman that:PROX:hearer

(He) who is a shaman knows that.

(Ele) que é um pajé sabe disso. (Quem é um pajé sabe disso)

(4.56) Warí (EVERETT; KERN, 1997, p. 311)

Mam' tata jami- -ocon
 find PASS:3PL spirit 3PL.M

'iri' cono' nana ma'
 INFL: RLS.PST/PRES die:p 3PL: RLSPST/PRES that:PROX:hearer

The spirits of those who died are found.

Os espíritos dos que (daqueles) morreram foram encontrados.

(4.57) Warí (EVERETT; KERN, 1997, p. 311)

Wirico xi tomi' ha' 'iri' cwa'
 EMPH:3SG.M INFL:IRLS speak pay:attention 1 this:M/F

He (is) the one whom we should obey.

Ele (é) aquele a quem deveríamos obedecer.

As relativas não-finitas contêm o marcador *wa* (infinitivo/particípio) e só podem ser de Objeto, como pode ser visto em (4.58):

(4.58) Warí (EVERETT; KERN, 1997, p. 89)

Wara hwara' Pin na taraji- -con wari'
 already big:SG completely 3SG:RLSPST/PRES ear 3SG.M person

co wara 'oc wa ma'
 INFL:M/F.RLS.PST/PRES already stick inf that:PROX:hearer

The (hole in the) ear of the person who was already pierced was already large.

O buraco na orelha da pessoa (que já estava) furada era largo.

A estratégia do pronome relativo em canela-krahô é marcada pelo uso dos pronomes demonstrativos **ita** 'este, esta, isto', **itajê** 'estes, estas', **ata** 'esse, essa, isso' e **atajê** 'esses, essas'. Tais pronomes, como mostra o exemplo (4.60), aparecem mais ao final da oração, contrariando o que Givón (1990) afirma sobre a posição típica dos pronomes relativos. A exceção a essa generalização pode ser explicada pelo fato de os pronomes relativos em Canela-Krahô indicarem uma referência prévia no discurso e, também, constituírem formas que podem ser usadas independente ou adjetivamente.

(4.59) Canela-Krahô (POPJES; POPJES, 1986, p. 171)

wa i-te rop pupun capi, te ih-curan ata
 1 1-PST dog see Capi PST 3-kill DEM

I saw the dog Capi killed.

Eu vi o cachorro que Capi matou.

A estratégia de não-redução, a segunda menos recorrente, foi encontrada em quatro línguas, mas apenas no sanumá atua como estratégia única. (4.60) exemplifica o uso da estratégia de não-redução, que vale lembrar, é aquela em que o núcleo aparece como um item lexical pleno na oração relativa. É por isso que essa estratégia é restrita às relativas de núcleo interno.

(4.60) Sanumá (BORGMAN, 1990, p. 133)

ipa ulu kökô lo-le ï kökô hu mai kite

my son 3.PL sit-PRES REL 3.PL go NEG FUT

My sons who are sitting here will not go.

Meus filhos que estão sentados aqui não irão.

Nas três outras línguas com essa estratégia, a não-redução co-ocorre com a estratégia da lacuna. É interessante notar que essas línguas dispõem tanto de relativas de núcleo externo, que são formadas a partir da estratégia da lacuna ou nominalização, como de relativas de núcleo interno, formadas mediante não-redução. Em (4.62) e (4.63), exemplifica-se o caso do pirahã, que dispõem das duas estratégias. No primeiro exemplo, há um caso de lacuna. Percebe-se que se trata de uma relativa em posição imediatamente pós-nuclear, **gai**. No segundo exemplo, o núcleo **chumbo** aparece tanto na relativa quanto na oração principal.

(4.61) Pirahã (Everetttt, 1991, p. 139)

gai xaoaxái gai gíxai bikadogía xopí sigíai

aquele INTER aquele 2 mercadoria tirar mesmo

Não é aquele que roubou sua mercadoria?

(4.62) Pirahã (Everetttt, 1991, p. 140)

xoogíai hi go-ó hoasígikoi bíib-í

nome 3 PRO-OBL chumbo enviar-PROX

híx hoasígikoi koab-aó-b-í-i

INTER.COMP chumbo acabar-TEL-PERF-PROX.CER.COMP

O chumbo que Xoogíai me vendeu acabou.

Uma das características da não-redução é justamente a presença de um elemento, na oração matriz, que retome anaforicamente o núcleo da relativa. No pirahã, percebe-se que essa retomada se dá pela repetição do próprio núcleo na matriz.

O shanenawa também dispõe de relativização construída mediante não-redução e lacuna. A estratégia de não-redução nessa língua, semelhantemente ao pirahã, também envolve a repetição do núcleo da relativa na oração matriz, como mostra (4.63).

(4.63) Shanenewa (CÂNDIDO, 2004, p. 188)

in piʃi-∅ uin-i jura **piʃi**-ma-ki
 1 casa-ABS ver-PRES índio casa-NEG-DECL
 A casa que eu estou vendo não é de índio.

No apinayé, as relativas construídas por meio da não-redução estão restritas às funções de Objeto Direto e Sujeito de verbo intransitivo. Por ser uma língua ergativo-absolutiva, o apinayé distingue Sujeitos Agentes (A) de Sujeitos Inativos (S). Percebe-se que nessa língua motivações semânticas relativas à natureza do item relativizado influenciam na escolha da estratégia de relativização. Em (4.64), exemplifica-se o uso da não-redução na relativização de S:

(4.64) Apinayé (OLIVEIRA, 2005, p. 282)

ic-tε a-měε biε jarēŋ ja
 1-ERG 2-DAT man R-tell.NF DEF.ART

 na tε ∅ krī ã kamě pa
 RLS HAB 3 village one INSV live
 ‘This man I’m telling you about lives in the other village.’

A estratégia da lacuna foi a segunda mais recorrente do **corpus**: dez línguas se utilizam dessa estratégia para construir relativas. A diferença na composição morfosintática dessa estratégia nas línguas é, no entanto, muito grande. Observe os exemplos das línguas dâw e nambikwára.

A relativização no dâw é construída por meio de dois pronomes demonstrativos que funcionam como relativizadores: **pàj** ‘aquele (a) que’ e **ʔg ~ ɣg** ‘esse (a) que enfático’, e também por meio da conjunção **ʔuj**, que também marca a relativização. Ambos os demonstrativos podem aparecer tanto na relativização de Sujeito quanto na de Objeto. O uso da conjunção **ʔuj** é restrita à relativização de Objeto Direto. No caso de **ʔg**, além da relativização, ele tem a função de enfatizar o elemento relativizado. A posição desses elementos também varia: enquanto **pàj** e **ʔuj** ocupam a posição final na relativa, **ʔg** ocupa a primeira posição na oração, como pode ser visto nos exemplos (4.65), (4.66) e (4.67). Apesar de serem marcadas por morfemas específicos, não há marcação de caso no uso de tais morfemas, indicando, assim, que a estratégia de relativização em dâw é a de lacuna:

(4.65) Dâw (MARTINS, 2004, p. 596)

jʔãm wɛ̀d jed wéd
cachorro comer INTENS comida

ʔa-bɔʔxɛb kɛd ʔãh hãʔ wuɰd pàj
esse-prato dentro 1SG deixar FRUST DEM.REL
O cachorro comeu toda a comida que eu deixei no prato.

(4.66) Dâw (MARTINS, 2004, p. 596)

mɛ̃ʃɲ tug cɔm jũt gid
1SG.POSS marido banhar PERF CONJ

ʔãh xa háp tih láj ʔuj
1SG cozinhar peixe 3SG pescar CONJ

Quando meu marido acabar de banhar, eu vou cozinhar o peixe que ele pescou.

(4.67) Dâw (MARTINS, 2004, p. 596)

háp ʔáʔ ʔãh lóʔ ʔa dɔx
 peixe este 1SG comprar esse estar estragado
 O peixe, este que eu comprei, está estragado.

A relativização no nambikwára, apesar de também se dar por meio de lacuna, não envolve o uso de morfemas marcadores de relativização. Na verdade, não há nenhum item morfossintático que indique a relativização nessa língua. Nesse caso, a subordinação se dá no nível semântico, como mostra o exemplo (4.68):

(4.68) Nambikwára (KROEKER, 2001, p. 28)

in³txa² wah³nxe³kx-Ø-in¹-jah¹-a² ʔ²-Ø-a¹- hẽ³-la²
 homem esperar-3SG-2SG-CLF.homem.DEF ver-o.3SG-1SG- T/E.IO.PST-PERF
 ‘Vi o homem que você esperava.’

No caso do nambikwára, a ordem dos constituintes é muito importante. Numa oração simples, a ordem básica dos constituintes nessa língua é SOV. Na oração relativa, a ordem se mantém. Não há a expressão, nem na matriz nem na subordinada, do Sujeito: ele aparece marcado no verbo, tanto na matriz, em -a¹-, quanto na subordinada, em -in¹-. A ordem, então, é OV, e essa ordem se mantém na construção da relativa. O SN in³txa² ‘homem’ é tanto Objeto da matriz quanto da subordinada, e aparece anteposto aos dois verbos. Desse modo, a recuperação do antecedente e a construção da modificação é cognitivamente mais fácil para o falante, o que permite a inexistência de itens que marquem morfossintaticamente a relativização.

A estratégia de lacuna aparece conjugada a outras estratégias, sendo que na maioria dos casos, a coincidência se dá com a não-redução, já discutida neste trabalho. Em duas línguas, além da utilização de duas estratégias primárias de relativização, há também a divisão dessas estratégias de acordo com as funções relativizadas: no tariána, a lacuna é responsável pela

relativização de S e A, enquanto a nominalização é responsável pela relativização de Objeto e Oblíquo.

A distribuição das estratégias de relativização por funções relativizadas no tariána parece ser motivada pelos mesmos motivos do apinayé: a categoria morfológica da língua. O tariána é uma língua de Ergatividade Cindida, em que há a diferenciação de S e A. Ambas as funções, no entanto, são relativizadas pela mesma estratégia, enquanto as funções de Objeto e Oblíquo são formadas por nominalizações. Observe os exemplos (4.69) e (4.70), em que há a relativização de A e S no tariána, respectivamente:

(4.69) Tariána (AIKHENVALD, 2003, p. 538)

wyume-ma-se matʃa-ma-pidana
last-CLF.F-CONTR good/proper-CLF.M-REM.REP

du-kakapua ka-wiryá-karu-pidana

3SG.F-face REL-paint-PST.REL.F-REM.REP

‘The last one was beautiful, (the one) who had painted the face.’

A última era bonita, a que tinha pintado o rosto.

(4.70) Tariána (AIKHENVALD, 2003, p. 538)

wa-phumi-se-se ka-miña-kani

1PL-after-LOC-CONTR REL-appear-PST.REL.PL

kaya wa-na nu-eri na:-mha

so 1PL-OBJ 1SG-younger.brother 3PL.say:-PRES.NONVIS

‘Those who had appeared after us call us young brothers.’

Aqueles que tinham aparecido depois de nós chamam-nos de irmãos mais novos.

Por fim, o dado que chama mais a atenção no quadro 22 é a grande ocorrência da nominalização como estratégia de relativização: ela aparece em 18 línguas da amostra. De fato, a nominalização não é considerada por alguns autores, inclusive por Keenan e Comrie

(1977), como estratégia de relativização. Isso porque não há nenhuma marcação formal que indique que aquela nominalização é, de fato, uma oração. Se forem levados em consideração apenas critérios formais, dezoito línguas da amostra deste trabalho não dispõem de relativização, o que é, no mínimo, discutível.

Como já discutido em outros momentos deste trabalho, ao se fazer um estudo tipológico, deve-se privilegiar critérios semânticos e pragmáticos em detrimento dos morfossintáticos, uma vez que, como os dados deste trabalho mostram, a Morfossintaxe é muito variável, dependendo sempre das características próprias de cada língua particular.

A nominalização presente nas línguas da amostra são, em termos gerais, parecidas. Normalmente, o que acontece é um processo de derivação morfológica de um verbo para um nome, mediante o acréscimo de um afixo nominalizador a uma raiz verbal que passa a exercer uma função modificadora. O verbo, geralmente, mantém sua forma não-finita. Exemplos desses tipos de nominalização podem ser encontrados em (4.71), (4.72) e (4.73), do kamayurá, do ingarikó e do kwazá, respectivamente:

(4.71) Kamayurá (SEKI, 2000, p. 179)

akawama'e-a o-juka wyrapy-a **kunu'um-a pyhyk-ar-er-a**
 homem- NUC 3-matar gavião- NUC menino-NUC pegar-NMLZ-PST-NUC
O homem matou o gavião que pegou o menino.

(4.72) Ingarikó (SOUZA CRUZ, 2005, p. 402)

pise mire kareta
 PRO.ANM.PROX.VIS criança livro

e?-katiri-pon enupa-nin kareta-i
 DETRANS-receber-NMLZ ensinar-NMLZ livro-POSS

Esta é a criança que recebeu o livro, o livro da professora.

(4.73) Kwazá (VOORT, 2004, p. 188)

a'ru-xy-nite	awỹi-'já-da-day-hỹ
cross-CLF:leaf-INST	see-INDEF.OBJ-1SG-1SG-NMLZ
photo	I.having.seen.something
'the photograph I took'	

No exemplo (4.71) do kamayurá, o verbo que recebe o nominalizador **-tap** é **pyhyk-**, que recebe, também, um morfema tipicamente verbal, de marcação de tempo, e um morfema tipicamente nominal, o de caso nuclear. Segundo Seki (2000, p. 123), os nomes deverbais em kamayurá adquirem algumas propriedades de nome após o processo de nominalização, mas não perdem alguns traços típicos de verbo. As nominalizações podem receber marcação de caso e também o sufixo **-het** de negação nominal. Além disso, os nomes formados pelo processo de nominalização podem ser negados com **e'ym** e apenas admitem como marcadores de pessoa os pronomes clíticos e os relacionais. As características verbais que não são perdidas no processo de nominalização dizem respeito à valência do verbo: o nome formado ocorre com os mesmos argumentos que são encontrados nos verbos não nominalizados.

A exceção a esse tipo de formação de nominalização são as a língua mundurukú e apinayé. No mundurukú, a nominalização se dá pela presença de um morfema nominalizador, que não aparece fixado ao verbo, mas tem a mesma função de transformar o verbo em nome para que, assim, ele possa funcionar como oração relativa. Em (4.75), exemplifica-se o fenômeno:

(4.74) Mundurukú (GOMES, 2007, p. 2)

wida ayacat o'=y-aokañ aõoka be
 onça mulher 3Sa=R2-matar aldeia POSP

Katõ i-ka-butet iat pe

Katõ R2-aldeia-chamar.se NMLZ POSP

A onça matou a mulher na aldeia que se chama Katõ.

É interessante notar, nesse exemplo, que o nominalizador **iat** está sujeito à marcação morfológica de caso por meio de posposições. No exemplo (4.75), a posposição **pe** se refere à função desempenhada pelo núcleo **aõoka** na oração matriz.

Já no apinayé, a nominalização é formada por meio do acréscimo de um nominalizador que não está preso ao verbo, mas que aparece imediatamente após o verbo, que aparece na forma finita. Em (4.75), exemplifica-se a nominalização em apinayé.

(4.75) Apinayé (OLIVEIRA, 2005, p. 284)

di kot iŋ-mě me=kədəčə ŋ-õr čwəŋ ja
 woman 3.ERG 1-DAT INDF=counterpart R-give NMLZ.A DEF.ART

na Ø prɛ ra jě ma tě
 RLS 3 PST ASP yesterday MOV go

‘The woman who gave me the medication left yesterday.’

A mulher que me deu o medicamento foi embora ontem.

É importante notar que a língua apinayé dispõe de duas estratégias primárias diferentes. A divisão de estratégias acontece entre as funções de S e O e A e OI: as primeiras são relativizadas por não-redução (cf. exemplo (4.65)), enquanto as segundas são relativizadas por nominalização, como visto no exemplo (4.76). Assim como no tariána, a escolha das estratégias de relativização parece estar relacionada à categoria semântica da língua.

Outro fator interessante de se notar neste trabalho é o que Lehmann (1986) discute sobre as relativas. Segundo o autor, as relativas variam em graus de nominalização. Em um extremo da escala estão as relativas sem nominalização, que são apenas casos de subordinação. No outro extremo estão as nominalizações propriamente ditas, em que o centro da oração é um verbo que geralmente recebe um afixo nominalizador. Esse fenômeno, segundo Lehmann (1986) envolve várias mudanças sintáticas dentro da oração nominalizada. O grau de nominalização, segundo ele, está correlacionado a duas outras propriedades. A primeira diz respeito à posição da relativa em relação ao núcleo. Lehmann (1986) afirma que as relativas pré-nominais são mais facilmente nominalizadas. Os dados deste trabalho, no entanto, não confirmam essa proposta. Das dezoito línguas que dispõem de nominalização como estratégia de relativização, em metade (nove línguas) só é possível a existência de nominalizações pós-nominais. Na outra metade, é possível que construções desse tipo apareçam antepostas ao núcleo, e em apenas uma língua essa é a única posição em que elas podem aparecer. O quadro 23 a seguir sintetiza esses resultados.

POSIÇÃO DA NOMINALIZAÇÃO RELATIVIZADORA EM RELAÇÃO AO NÚCLEO			
LÍNGUAS	Pós-nominais (somente)	Predominantemente Pós-nominais	Pré-nominais (somente)
APALÁÍ	X		
KWAZÁ	X		
WAIWÁI	X		
MUNDURUKÚ	X		
KAIWÁ	X		
URUBÚ- KAAPÓR	X		
SABANÊ	X		
TARIÁNA	X		
APINAYÉ	X		
APURINÃ		X	
HIXKARYÁNA		X	
INGARIKÓ		X	
MAKUXÍ		X	
HÚPDA		X	
MATÍS		X	
GUAJÁ		X	
KAMAYURÁ		X	
TUKÁNO			X

Quadro 23. Posição das nominalizações relativizadoras em relação ao núcleo

A segunda propriedade diz respeito ao fato de que quanto maior o grau de nominalização, menos funções sintáticas estão disponíveis a serem relativizadas. Os dados deste trabalho também não comprovam essa proposta, mas, nesse caso, também não a refutam. Por um lado, a língua que relativiza todos os graus da hierarquia e para a qual há exemplos de todas essas relativizações é o kamayurá, língua que tem como estratégia de relativização a nominalização. Por outro, metade das línguas que utilizam a nominalização como estratégia de relativização são capazes apenas de relativizar Sujeito e Objeto Direto.

De qualquer maneira, este trabalho considera que a nominalização é uma estratégia legítima de relativização. No entanto, algumas diferenciações devem ser feitas. Em primeiro lugar, a definição de oração relativa na qual este trabalho se baseia é semântica, ou seja, considera-se relativa uma oração (portanto, uma construção que envolva uma predicação) que mantenha, com outra, uma relação de dependência semântica, segundo a qual a oração dependente restringe o significado de um referente da oração nuclear ou principal. Desse

modo, não é necessário que haja estruturas morfológicas específicas para marcar tal construção.

A distinção entre forma e função, para Shibatani e Makhashen (2009), é essencial para a determinação da nominalização como estratégia de relativização. Para eles, para se considerar que a nominalização é uma estratégia de relativização, deve-se entender primeiro que as orações relativas e nominalizações desempenham funções diferentes nas línguas – a primeira têm função de modificação; a segunda, referencial – para, depois, reconhecer que, em algumas línguas, a nominalização, enquanto forma, pode desempenhar tanto sua função prototípica, quanto a função da oração relativa, que é a modificação (SHIBATANI; MAKHASHEN, 2009, p. 10).

Givón (1990), ao contrário de Keenan e Comrie (1977), afirma que as nominalizações atuam, em algumas línguas, como orações relativas, fato que, conforme sumarizado por Keenan e Comrie (1977), não pode ser desconsiderado. Além disso, Comrie (1989, p. 143), ao analisar as relativas em turco, afirma que a estratégia empregada constrói relativas que não são exatamente orações, pois, entre outras coisas, são formadas a partir de verbo não-finitos. Apesar disso, o turco dispõe de um mecanismo para criar o mesmo efeito de sentido de uma relativa, a nominalização.

Em relação à terminologia, o Comrie (1989) afirma que a denominação de **oração** simplesmente reflete uma generalização da sintaxe do inglês, em que a subordinação se caracteriza pelo uso de verbos finitos. Na verdade, a caracterização de oração relativa, se pensada nos termos de Keenan (1985), nada mais é do que um fenômeno morfossintático. Essa caracterização gera problemas numa visão tipológica, como dito anteriormente. Por isso, o que Comrie (1986) e Givón (1990) propõem é que se considere a oração relativa em termos de funcionamento semântico.

Os resultados deste trabalho vão ao encontro de um conjunto expressivo de estudos descritivos sem enquadramento tipológico, que foi publicado na revista **Ciências Humanas**, volume 1, do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, concernente à relativização em línguas indígenas. Este trabalho converge com aqueles num ponto significativo: ambos apontam a nominalização como a estratégia de relativização mais recorrente nas línguas indígenas brasileiras. Meira (2006) afirma que, para muitas línguas Karíb, a estratégia de nominalização é a única possível, além de a nominalização ser, nessas línguas, bastante regular.

Com base nos dados levantados por este trabalho, não se pode negar o fato de que a nominalização tem um papel relevante na relativização. As ocorrências mostram que a nominalização é uma estratégia válida para a construção de relativas, e em alguns casos, é a única possível. Assim, é concernente afirmar que a nominalização é uma estratégia de relativização válida e que, para as línguas indígenas brasileiras, é a estratégia mais recorrente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

GENERALIZAÇÕES E PERSPECTIVAS DE TRABALHOS FUTUROS

A parte do texto que encerra este trabalho começa pela primeira indagação que norteia toda a análise: o que é uma oração relativa? Quais são os critérios para a definição desse fenômeno? A resposta, que permeia a análise, foi escolhida para dar conta de todos os dados que uma pesquisa tipológica fornece. A definição de oração relativa, para uma abordagem tipológica, não pode ser baseada em critérios formais.

Song (2001), citando Croft (1995), afirma que há duas razões cruciais para não basear um estudo tipológico em critérios formais. A primeira diz respeito, obviamente, à grande variação estrutural existente nas línguas do mundo. Não é de se esperar que todas as línguas, faladas por povos de culturas distintas, com visões de mundo e realidade distintas, sejam idênticas formalmente. A segunda, relacionada à primeira, diz respeito ao fato de as configurações morfossintáticas serem únicas para cada língua; desse modo, não é possível chegar a uma identificação que seja válida translinguisticamente para uma teoria que identifica, por princípio, uma relação de independência entre as línguas particulares e, paradoxalmente, busca fatores universais nos fenômenos linguísticos. Além disso, as pesquisas que se baseiam em critérios formais tendem a tomar como modelo de análise línguas como o inglês ou o latim, em que as categorias morfossintáticas são facilmente reconhecíveis. Em um estudo tipológico-funcional, entretanto, não é metodologicamente viável tomar como parâmetro ou modelo de descrição línguas como essas, muito conhecidas e privilegiadas historicamente, para todas as demais línguas que são faladas no mundo.

Ao definirem as orações relativas, ao estabelecerem critérios para a definição das estratégias de relativização e, principalmente, ao proporem a Hierarquia de Acessibilidade, Keenan e Comrie (1977) primam por definições que sejam válidas translinguisticamente. No

entanto, ao tentarem estabelecer uma explicação para os fenômenos analisados, eles não se desapegam da costumaz visão eurocêntrica de descrição e análise de línguas e elegem categorias mais ou menos reconhecíveis em que baseiam toda a análise. Não é de se estranhar que línguas como as indígenas brasileiras não se encaixem no modelo de descrição estabelecido por Keenan e Comrie (1977), uma vez que os autores privilegiam critérios facilmente reconhecíveis em línguas muito distintas das indígenas brasileiras e assumem que tais critérios podem ser tomados como modelo de descrição válido para toda e qualquer língua, deixando de lado a adequação tipológica.

O enfoque específico deste trabalho é a análise da oração relativa em relação à aplicabilidade da HA proposta por Keenan e Comrie (1977). O primeiro aspecto a ser questionado em relação à aplicabilidade dessa hierarquia ao conjunto de línguas estudado neste trabalho diz respeito à primeira restrição que ela impõe. Kennan e Comrie (1977) e Kennan (1985) definem a oração relativa a partir de critérios morfossintáticos e admitem como estratégias relativizadoras a de lacuna, a de retenção de pronome, a de pronome relativo e a de não-redução. Para Kennan (1985), uma oração relativa deve dispor de um morfema, seja ele pronome ou complementizador, que a caracterize como tal.

Aplicando critérios puramente morfossintáticos, todavia, os autores não puderam considerar a nominalização como estratégia, ao menos alternativa, como é comum a outros tipologistas, como Givón (1990). E é justamente a nominalização a estratégia amplamente empregada nas línguas da amostra, às quais os critérios de Keenan e Comrie (1977) não se aplicam. A construção de relativas se serve da marcação de um afixo nominalizador a uma raiz verbal, cujo resultado aponta para um nome, que funciona como modificador e que é formado a partir de um verbo não-finito. Não há, portanto, relativização do ponto de vista formal. A nominalização, assim, não é considerada uma estratégia legítima de relativização, o que é no mínimo discutível. Desse modo, o pressuposto da HA de que todas as línguas

dispõem de uma estratégia de relativização primária, dentre as estabelecidas, que pode, no mínimo, ser aplicada ao Sujeito⁵³ não é válido, considerando que a maioria das línguas, segundo a perspectiva então adotada, não dispõe de orações relativas, se definidas no arcabouço formal.

No entanto, de um ponto de vista funcional, a nominalização pode ser considerada uma estratégia legítima de relativização. É o que faz Givón (1990) e Comrie (1989). Camacho (2010, no prelo) afirma que a nominalização é uma estratégia **compensatória**. Isso quer dizer que, apesar de não haver relativização formal na língua, há nela um mecanismo para a obtenção do mesmo efeito modificador de uma relativa do ponto de vista formal. Muitas línguas sequer dispõem de adjetivo em seu inventário de classes de palavras⁵⁴ e, desse modo, a modificação como um todo necessita de mecanismos diferentes, mecanismos que, apesar de não fazerem parte do que se tem como padrão, conspiram para o cumprimento da função.

Como vimos, o tariana traz um dado muito interessante. As relativas de Sujeito (tanto S quanto A) são formadas a partir da estratégia formal de lacuna, em que há um elemento relativizador, o morfema **ka-**, que faz a ligação entre a principal e a relativa, sem, no entanto, marcar caso. Por outro lado, essa língua dispõe de outra maneira para relativizar Objeto e Oblíquo: a nominalização. Se a nominalização não for considerada uma estratégia, ainda que seja compensatória, essas duas funções simplesmente não podem ser relativizadas na língua, o que não é verdade.

Encarar a oração relativa de um ponto de vista semântico permite também aceitar não só a nominalização como estratégia de relativização, mas outras com ainda menos características formais, como o caso do jarawára. No jarawára, não existe nenhum morfema que ligue a oração relativa à oração principal, como pode ser visto nos exemplos

⁵³ KEENAN; COMRIE, 1977, p. 68.

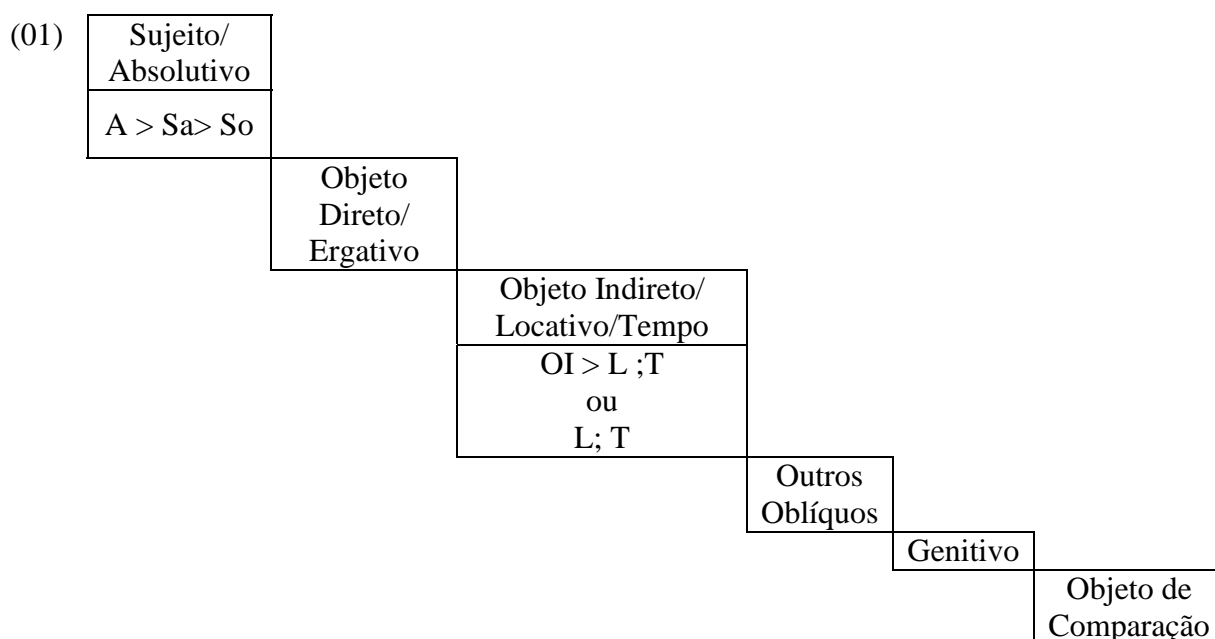
⁵⁴ D'ALARME-GIMENEZ (2011, trabalho em andamento) trata da relação entre a nominalização como estratégia de relativização e as classes de palavras existentes nas línguas que se utilizam dessa estratégia para formar relativas.

anteriormente citados referentes a essa língua, e a relação de subordinação se dá em termos puramente semânticos. No entanto, a modificação exercida pela oração relativa é plenamente bem sucedida em seus propósitos comunicativos. Os falantes dessa língua certamente se entendem, a comunicação certamente é plena e, portanto, não é necessário, para essa língua, que haja morfossintaxe específica para esse tipo de construção.

Encarar a oração relativa de um ponto de vista semântico não quer dizer, também, deixar de lado as características morfossintáticas que cada língua particular traz consigo. Numa descrição como a deste trabalho, é importante ressaltar o comportamento das línguas, tanto que há, aqui, uma preocupação em detalhar o funcionamento da relativa nas línguas particulares, que é feito no capítulo 3. O comportamento morfossintático das línguas também é relevante e deve ser considerado numa descrição tipológica. O que não se pode, contudo, é basear a descrição e a análise como um todo em critérios puramente formais.

Voltando à HA de Keenan e Comrie (1977), podemos afirmar que os dados discutidos constituem evidência segura de que critérios puramente sintáticos não são suficientes para explicar a relativização nas línguas indígenas brasileiras e talvez em línguas de outras partes do mundo. Há falhas de composição na hierarquia de acessibilidade, que merece revisão, com a inclusão de, no mínimo, uma interface semântica. Os dados deste trabalho apontam para o fato de que, apesar de a categoria de Sujeito ser acessível à relativização, a hierarquia sintática não é capaz de generalizar todas as restrições que envolvem a relativização em kamayurá, em que há diferenças na relativização de Sa, So e A, e principalmente em kaiwá, uma vez que apenas Sa e A são comprovadamente relativizáveis na língua.

Em consequência disso, como contribuição deste trabalho, propomos uma hierarquia alternativa para as línguas analisadas, conforme aparece em (01):



Como se pode ver, a hierarquia de acessibilidade aqui proposta para a amostra de línguas indígenas brasileiras mescla funções semânticas e funções sintáticas, além de sair da linearidade que caracteriza a HA de Keenan e Comrie (1977). Resta saber, agora, se essa hierarquia é universalmente válida, se os dados deste trabalho são confirmados em outras amostras tipológicas. É importante ressaltar que, apesar do seu valor como amostragem, o **corpus** deste trabalho não é suficiente para se chegar a conclusões tipológicas universais. Os resultados obtidos são válidos dentro do universo de pesquisa analisado, além de fornecer base sólida para a descrição da oração relativa em outras línguas indígenas dos mesmos grupos genéticos estudados neste trabalho.

Outra questão que deve ser investigada futuramente com mais detalhamento em outra amostragem tipologicamente válida é a relação entre o estatuto das funções semânticas estabelecidas pela teoria da Gramática Discursivo-Funcional e a relativização. Os resultados deste trabalho apontam para uma equivalência semântico-cognitiva entre as funções de Locativo, Tempo e Referência, que explicam as lacunas nas hierarquias de Keenan e Comrie (1977) e Dik (1997). Além disso, Dik (1997) afirma que há restrições hierárquicas à

acessibilidade entre as funções semânticas que a Gramática Funcional reconhece, restrições essas não confirmadas por este trabalho. Resta saber, agora, se há restrições hierárquicas entre as funções de **Actor**, **Undergoer**, Locativo, Referência, Instrumento e Comitativo que confirmem a necessidade de composição de uma Hierarquia de Acessibilidade entre essas funções, tarefa não desenvolvida neste estudo.

Todos esses aspectos integram uma possibilidade de estudo que se abre para o futuro. A própria abertura de frentes de trabalho é, ao nosso ver, uma função relevante da pesquisa científica. Se esse esforço apontar para caminhos alternativos, terá dado sua contribuição, por menor que seja, para o progresso da ciência da linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, W. **Relativização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2002.
- BISMARCK, P. V. Aspectos morfosintáticos de la relativización en shipibo-konibo (pano). **Ciências Humanas**, v.1, n.1. Belém: Boletim do Museu Emílio Goeldi, 2003, p. 123-134.
- BYBEE, J. **Morphology: a study of the relation between meaning and form**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. 1985.
- CAMACHO, R. G. **A nominalização como estratégia de relativização em línguas nativas da Amazônia brasileira**. Luso-Brazilian Review. University of Wisconsin. (no prelo)
- COMRIE, B. **Language universals and linguistic typology**. Oxford: Blackwell, 1989.
- CRISTOFARO, S. **Subordination**. Oxford: University Press. 2003.
- CROFT, W. **Explaining language change: an evolutionary approach**. Harlow, Essex: Longman, 2000.
- D'ALARME-GIMENEZ, A. **Estratégias de relativização e classe de palavra: um estudo tipológico-funcional**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2011. (trabalho em andamento)
- DEVRIES, M. **The syntax of relativization**. Utrecht: Lot. 2002.
- DUBOIS, J.A. Competing motivations. In: Haiman, J. (ed.) **Iconicity in syntax**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985, p. 343-66.
- _____. The discourse basis of ergativity. **Language** 64, 1987. p. 805-855.
- DIK, S. C. **The theory of functional grammar**. Part I: The structure of the clause. 2 ed., ed. by K. Hengeveld. Berlim/Nova Iorque: Mouton de Gruyter. 1997.
- _____. **The theory of functional grammar**. Part II: Complex and derived constructions. 2 ed., by K. Hengeveld. Berlim/Nova Iorque: Mouton de Gruyter. 1997.
- FACUNDES, S. Estratégias de relativização em Apurinã (Aruák). **Ciências Humanas**, v.1, n.1. Belém: Boletim do Museu Emílio Goeldi, 2003, p. 71-85.
- FRAWLEY, W. Space. In: _____. **Linguistics Semantics**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1992. p.250-274.
- FOX, B. **The noun phrase accessibility hierarchy reinterpreted: subject primacy at the absolutive hypothesis**. **Language** 63. 1987, p. 856-870.

- GALUCIO, A. V. Relativização na língua Sakurabiat (Mekens). **Ciências Humanas**, v.1, n.1. Belém: Boletim do Museu Emílio Goeldi, 2003, p. 49-59.
- GIVÓN, T. **On understanding grammar**. New York: Academic Press, 1979.
- _____. **Syntax: a functional-typological introduction**. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins. 1990.
- GREENBERG, J.H. Some universals of language, with particular reference to the order of meaningful elements. In: _____ (ed.). **Universals of language**. Cambridge: MIT Press. 1988.
- HENGEVELD, K. Linguistic Typology. In: MAIRAL, R.; GIL, J. (ed.). **Linguistic Universals**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 46-66.
- _____. **Sources on native languages of Brazil**. SIL. 2007.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J.L. **Functional Discourse Grammar: a Typologically-based Theory of Language Structure**. Oxford: Oxford University Press. 2008.
- HOPPER, P. Emergent grammar. In: **Proceedings of the Thirteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society**, 1987, p. 213-41.
- KEENAN, E. L. Relative clauses. In: SHOPEN, T. (Ed.) **Language typology and syntactic description**. Cambridge: University Press. 1985, v.2.
- KEENAN, E. L.; COMRIE, B. Noun phrase accessibility and universal grammar. *Linguistic Inquiry* 8. 1977, p. 63-99.
- LANGACKER, R.W. **Foundations of Cognitive Grammar. Descriptive Applications**. Standford: University Press. 1991.
- LEHMANN, C. On the typology of relative clause. **Linguistics** 24, 1986, p. 663-680.
- MEIRA, S. Orações relativas em línguas Karíb. **Ciências Humanas**, v.1, n.1. Belém: Boletim do Museu Emílio Goeldi, 2003, p. 105-121.
- MOORE, D. Cláusulas relativas em Gavião de Rondônia. **Ciências Humanas**, v.1, n.1. Belém: Boletim do Museu Emílio Goeldi, 2003, p. 135-143.
- OLIVEIRA, Gabriela. **Tipologia da oração relativa nas línguas indígenas do Brasil**. Trabalho de Iniciação Científica.
- PEZATTI, E.G. **A ordem de palavras em português: aspectos tipológicos e funcionais**. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 1992.
- RIBEIRO, E. R. Orações subordinadas em Karajá. **Ciências Humanas**, v.1, n.1. Belém: Boletim do Museu Emílio Goeldi, 2003, p. 17-47.
- RIJKHOFF, J. et al. **A method in language sampling**. *Studies in languages* 17, p. 169-203.
- RODRIGUES, A. D. **Línguas brasileiras**. Para entender as línguas indígenas brasileiras. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2002.

- RODRIGUES, C. L. R. Relativização em Xipaya. *Ciências Humanas*, v.1, n.1. Belém: Boletim do Museu Emílio Goeldi, 2003, p. 61-69.
- SEKI, L. A linguística indígena no Brasil. *Delta*, vol. 15, n. esp., 1999.
- SHIBATANI, M; MAKHASHEN, K. A. Nominalization in Soqotri, a South Arabian language of Yemen. In: WETZELS, W. L. (ed.) *Endangered languages: Contributions to Morphology and Morpho-syntax*. Leiden: Brill, 2009, p. 9-31. disponível em <http://www.ruf.rice.edu/~eivs/papers/Soqotri%20nominalization.pdf> >. Acesso 25 fev. 2011
- SONG, J. S. *Linguistic typology. Morphology and syntax*. London: Lonmans. 2001.
- TARALLO, F. *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. Univesity of Pennsylvania, PhD dissertation, 1983.
- VAN VALIN, R.D. On distruibution of passive and anti-passive constructions in universal grammar. *Lingua*, v.50. North-Holland, 1980, p. 303-327.
- VOORT, H. van der. Construções atributivas em Kwazá. *Ciências Humanas*, v.1, n.1. Belém: Boletim do Museu Emílio Goeldi, 2003, p. 87-104.

Gramáticas de línguas indígenas

- ABBOTT, M. Macushi. In: DERBYSHIRE, D.C.; PULLUM, G.K. (Eds). *Handbook of Amazonian Languages*. Vol. 3. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991. p. 23-160.
- AIKHENVALD, A. Y. *A Grammar of Tariana, from Northwest Amazonia*, Cambridge: CUP. 2003.
- AIKHENVALD, A.Y. Warekena. In: DERBYSHIRE, D. C.; PULLUM, G. K. (Eds). *Handbook of Amazonian Languages*, Vol. 4. Berlin: Mouton de Gruyter, 1988. p. 225-439.
- ARAÚJO, G. A. *A Grammar of Sabanê: A Nambikwaran Language*. Utrecht: LOT, 2004.
- BACELAR, L. N. *Gramática da língua kanoê*. Nijmegen, 2004.
- BENDOR-SAMUEL, D. 1972. *Hierarchical Structures in Guajajara*. Summer
- BORGMAN, D. M. Sanuma. In: DERBYSHIRE, D.C.; PULLUM, G.K. (Eds.) *Handbook of Amazonian Languages*. Vol. 2. Berlin: Mouton de Gruyter, 1990. p. 17-248.
- BOSWOOD, J. *Quer falar a língua dos canoeiros? Rikbaktsa em 26 lições*. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1978.
- CALLOW, J. C. *The Apinayé Language: Phonology and Grammar*. Ph.D. thesis. London University, School of Oriental and African Studies, 1962.
- CÂNDIDO, G. V. *Descrição morfossintática da língua shanenawa (pano)*. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: Unicamp, 2004.

- CHAPMAN, S.; DERBYSHIRE, D. C. Paumarí. In: DERBYSHIRE, D. C.; PULLUM, G. K. (Eds). **Handbook of Amazonian Languages**. Vol. 3. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991. p. 161-345.
- CROFTS, M. **Aspectos da língua munduruku**. Cuiabá: Summer Institute, 2004.
- CROFTS, M. **Gramática mundurukú**. Série Linguística, 2. Cuiabá: Summer Institute of Linguistics, 1973.
- CROWELL, T. H. **A Grammar of Bororo**. Ph.D thesis, Cornell University, 1979.
- CRUZ, M. O. S. **Fonologia e gramática ingarikó**. Dissertation. Amsterdam: Vrije Universiteit Amsterdam, 2005.
- DERBYSHIRE, D. C. Hixkaryana. In: COMRIE, B.; SMITH, N.; HAAS, A. **Lingua Descriptive Studies**. Vol. 1. Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1979. p. 1-185.
- DIXON, R. M. W. **The Jarawara Language of Southern Amazonia**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- DOBSON, R. M. **Aspectos da língua kayabí**. Série Linguística, 12. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1988.
- EPPS, P. **A Grammar of Hup**. Dissertation, University of Virginia, 2005.
- EVERETT, D. L. **A língua pirahã e a teoria da sintaxe**. Descrição, perspectivas e teoria. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- EVERETT, D.L.; KERN, B. **Wari: The Pacaas Novos Language of Western Brazil**. London: Routledge, 1997.
- FACUNDES, S. S. **The Language of the Apurinã People of Brazil (Arawak)**, Ph.D. Diss. SUNY-Buffalo, NY. 2000.
- FAUST, N.; LOOS, E. E. **Gramática del idioma yaminahua**, Lima: Instituto Lingüístico de Verano, 2002.
- FERREIRA, R. V. **Língua matís: aspectos descritivos da morfossintaxe**. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 2001.
- FRANCESCHINI, D. **La Langue Sateré-Mawé, description et analyse morphosyntaxique**. Dissertation, Université Paris VII, 1999.
- GABAS JR, N. **A Grammar of Karo, Tupí (Brazil)**. Dissertation, University of California. 1999.
- GOMES, Dionei Moreira. **Estudo morfológico e sintático da língua munduruku (Tupi)**. Tese (UnB). Brasília: 2006.
- _____. **Oração relativa em mundurukú?** In: **handout da comunicação apresentada no II Encontro Internacional de Línguas e Culturas dos Povos Tupi**. Brasília: 2007.

- HAWKINS, R.E. Wai wai. In: DERBYSHIRE, D.C.; PULLUM, G.K. (Eds). **Handbook of Amazonian Languages**. Vol. 4. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. p. 25-224.
- KAKUMASU, J. Urubu-Kaapor. In: DERBYSHIRE, D.C., PULLUM, G. (Eds). **Handbook of Amazonian Languages**. Vol. 1. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. p.326-403.
- KNEELAND, H. **Lecciones para el aprendizaje del idioma mayoruna**. Instituto Lingüístico de Verano Edición Provisional, n.14, 1979.
- KOEHN, E.; KOEHN, S. Apalai. In: DERBYSHIRE, D.C.; PULLUM, G.K. (Eds). **Handbook of Amazonian Languages**. Vol. 1. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. p. 33-127.
- KROEKER, M.H. **Gramática descritiva da língua nambikwára**. Cuiabá: Sociedade Internacional de Linguística, 2003.
- MARTINS, S. A. **Fonologia e gramática dâw**. 2 vols. Utrecht: LOT. 2004.
- MCLEOD, R.; MITCHELL, V. **Aspectos da língua xavante** 2. ed. Brasília: Summer Institute of Linguistics. 2003
- METZGER, R. G. **Gramática popular del carapana**. Bogotá: Ministerio de Gobierno. 1981
- MONTAG, S. **Lições para a aprendizagem da língua kaxinawá**. 2. Ed. Lima: Instituto Lingüístico de Verano, 2004.
- POPJES, J., POPJES, J. Canela-Krahô. In: DERBYSHIRE, D.C., PULLUM, G. (Eds). **Handbook of Amazonian Languages**. Vol. 1. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. p.128-199.
- RAMIREZ, H. **A fala tukano dos ye'pâ-masa**. Tomo I: Gramática. Manaus: CEDEM, 1997.
- RAMIREZ, H. **Gramática do baniwa-curripaco**, Manaus: EDUA, 2000.
- ROWAN, O.; BURGESS, E. **Gramática parecis**. Anápolis: Sil, 2008.
- SANDALO, F. **A Grammar of Kadiwéu**. Dissertation University of Pittsburgh, 1995.
- SEKI, L. **Gramática do kamaiurá**. Língua tupi-guarani do Alto Xingu. Campinas: Imprensa Oficial, 2000.
- STORTO, L. **Aspects of a Karitiana Grammar**. Dissertation, Massachusetts: Institute of Technology. 1999.
- TOBLER, S. J. **The Grammar of Karipúna Creole**. Brasília: Summer Institute of Linguistics, Série linguística, n. 10. 1983.
- VOORT, H. van der. **A Grammar of Kwaza**. Mouton Grammar Library 29. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.
- WIESEMANN, U. **Die Phonologische und Grammatische Struktur der Kaingáng-Sprache**. Janua Linguarum, series practica, 90. The Hague: Mouton, 1972.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

São José do Rio Preto, 28 de julho de 2011.

GABRIELA MARIA DE OLIVEIRA